



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL PPG-MADER

TAUANNA FALEIRO BARROS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICA NO DISTRITO
FEDERAL FRENTE À PROPOSTA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Brasília-DF

2016

TAUANNA FALEIRO BARROS

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICA NO DISTRITO
FEDERAL FRENTE À PROPOSTA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Laura Maria Goulart Duarte

Brasília-DF

2016

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fa Faleiro Barros, Tauanna
Assistência Técnica e Extensão Rural pública no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural / Tauanna Faleiro Barros; orientador Laura Maria Goulart Duarte . -- Brasília, 2016.
143 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). 2. Modelos de extensão rural. 3. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). 4. Desenvolvimento rural sustentável. I. , Laura Maria Goulart Duarte, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Termo de Aprovação

“Assistência técnica e extensão rural no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural”

Tauanna Faleiro Barros

Banca Examinadora



Profa. Dra. Laura Maria Goulart Duarte
Presidente (UnB/CDS)



Prof. Dr. Mario Lucio de Ávila
Membro Titular (UnB/FUP)



Dra. Loislene Carvalho da Trindade
Membro Externo não vinculado ao Programa (EMATER-DF)

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria de Lourdes Faleiro (*in memoriam*) e meu pai, Luís Alberto Barros (*in memoriam*), meus tesouros a quem devo todo ensinamento, tudo que tenho e sou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço Deus por cada conquista e diante de todas as dificuldades enviar “anjos” que me serviram de auxílio e amparo nos momentos em que mais precisei. São muitos nomes a serem lembrados.

Agradeço a meu esposo, Júlio César, pela dedicação, paciência e ajuda. Por sempre estar ao meu lado e me apoiar. Agradeço a toda minha família, em especial minha tia Marinez e meus sogros, Francinete e Divino pelo auxílio e pela paciência.

Agradeço a todos os meus amigos pelos momentos de apoio e descontração, a todos os colegas do mestrado e graduação, em especial, Alberto, Tayline, Ana Karoline e Lindalva.

Não posso deixar de mencionar todos os professores que me inspiraram, me ajudaram nessa caminhada e proporcionaram várias oportunidades de crescimento: Janaína Diniz, Sérgio Sauer, Mônica Molina, Ricardo Neder, e tantos outros que contribuíram na construção do meu conhecimento.

Sou grata a toda equipe do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEAS), em especial nas pessoas do professor Flávio, Denise e Neuza por todo aprendizado e por todas as oportunidades de crescimento que me proporcionaram.

Sou grata a toda equipe do curso de especialização em Residência Agrária, ao professor Rafael Villas Boas, a toda coordenação do curso, em especial Marco, Paola e Beatriz, pelo incentivo em continuar nos dois cursos, pela ajuda, pela amizade e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço a todos os extensionistas da Emater-DF, pela colaboração, pela paciência e parceria ao longo dessa caminhada. Agradeço, principalmente, a Rúbia e a Kelly, pessoas especiais que foram cruciais na execução desta pesquisa.

Sou grata aos professores Mário Ávila, Maria Neuza, a extensionista Loiselene Trindade pela participação e colaboração na banca de defesa.

Por último e não menos importante faço meu agradecimento a minha querida orientadora Laura Maria Goulart Duarte. Não tenho palavras para descrever tamanho aprendizado que obtive em cada encontro, em cada terça-feira de orientação. Aprendizados que vão além do mundo acadêmico, lições para toda a vida. Tornei-me uma grande admiradora tanto do seu trabalho quanto da sua pessoa.

RESUMO

Esta dissertação teve como principal objetivo identificar o(s) modelo(s) de extensão rural predominante na Empresa de Assistência técnica e extensão rural do Distrito Federal (Emater-DF) e analisá-lo à luz dos pressupostos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Além disso, teve como objetivos preencher a lacuna de estudos a respeito do histórico da empresa e identificar os fatores limitantes e os principais obstáculos para que os princípios norteadores da PNATER sejam de fato implementados. A introdução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ocorreu no Brasil no final da década de 1940 por meio do convênio do Governo de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana (AIA). Fortemente influenciada pela ideologia norte-americana, a extensão rural orientou-se pelo modelo difusionista com base na Revolução Verde. A ATER passou por três fases evolutivas: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico. Várias críticas foram direcionadas ao modelo de agricultura convencional e de extensão rural difusionista, tais como o êxodo rural, concentração de terra, aumento da pobreza rural, contaminação das águas, perda da diversidade biológica, entre outras. Com princípios contrários à ATER convencional, a PNATER foi criada em 2003 e institucionalizada em 2010, tendo seus esforços dirigidos ao público que ficou a margem da modernização. Apesar dos esforços, a PNATER ainda enfrenta diversos desafios para sua implementação, salienta-se em especial a formação tradicional dos agentes de ATER, as dificuldades relativas à infraestrutura e à gestão das empresas de ATER e a ausência de ações coordenadas e condizentes com os princípios da política. A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada por meio da aplicação de questionários semiestruturados em 20 unidades locais e mediante a execução de entrevistas com extensionistas da Emater-DF. Os resultados demonstram que a Emater-DF não possui um modelo hegemônico de extensão rural, mas dois modelos que aparecem com frequência de forma interligada: modelo de extensão como participação e modelo de extensão como serviço. As características de cada modelo vão se desenhando na prática; vão se adequando a cada circunstância, ao público atendido e ao aprendizado de cada extensionista. Conclui-se que, de acordo com a percepção dos extensionistas, a Emater-DF encontra-se em um grau moderado de alinhamento com a PNATER, o que pode significar que a implementação da política ocorre de forma gradual, uma vez que a empresa não tem suporte para abarcar mudanças estruturais e institucionais necessárias para implementação da política de tal magnitude.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), modelos de extensão rural, PNATER, desenvolvimento rural sustentável.

ABSTRACT

This paper aims to identify model (s) predominantly rural extension in the company of technical assistance and rural extension of the Federal District (Emater-DF) and analyze it in the light of the assumptions of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER). In addition, it aimed to fill a gap of studies about the history of the company and identify the limiting factors and the main obstacles to the guiding principles of PNATER are in fact implemented. The introduction of the Technical Assistance and Rural Extension Services (TARE) occurred in Brazil in the late 1940s through the agreement of the Government of Minas Gerais and the American International Association (AIA). Strongly influenced by the American ideology, the extension was guided by diffusionist model based on Green Revolution. The TARE has gone through three evolutionary stages: welfare humanism, production-diffusionism and critical humanism. Several criticisms have been directed to conventional agriculture model and diffusionist extension, such as rural exodus, land concentration, increased rural poverty, water contamination, loss of biodiversity, among others. With principles contrary to conventional ATER, the PNATER was created in 2003 and institutionalized in 2010 and directed its efforts to the public that was the margin of modernization. Despite the efforts, the PNATER still faces many challenges to its implementation, it is noted in particular the traditional training of ATER agents, the difficulties relating to infrastructure and the management of ATER companies and the lack of coordinated and consistent actions with principles policy. The fieldwork of this work was carried out through the application of semi-structured questionnaires in 20 local units and by conducting interviews with extension Emater-DF. The results demonstrate that DF does not have Emater-hegemonic model extension, but two templates that appear frequently in an interconnected manner: extension model as participation and extension as a service model. The characteristics of each model will be drawing on the practice; will be suiting every circumstance, attended the public and learning from each extension. It follows that, according to the perception of extension, Emater-DF is in a moderate degree of alignment with PNATER, which may mean that the implementation of policy occurs gradually, since the company does not It has support to structural and institutional changes necessary to implement the policy of such magnitude.

Keys-word: Technical Assistance and Rural Extension (ATER), extension models; PNATER, sustainable rural development.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo identificar) modelo (s) de extensión predominantemente rural en compañía de asistencia técnica y extensión rural del Distrito Federal (EMATER-DF) y analizarla a la luz de los supuestos de la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (PNATER). Además, su objetivo era llenar un vacío de estudios sobre la historia de la empresa e identificar los factores limitantes y los principales obstáculos a los principios rectores de PNATER están implementadas en forma efectiva. La introducción de la Asistencia Técnica y Extensión Rural (tara) se produjo en Brasil a finales de 1940 a través del acuerdo del Gobierno de Minas Gerais y la Asociación Internacional Americana (AIA). Fuertemente influenciado por la ideología estadounidense, la extensión fue guiado por el modelo difusionista sobre la base de la revolución verde. La tara ha pasado por tres etapas evolutivas: humanismo bienestar, la producción-difusionismo y el humanismo crítico. Varias críticas se han dirigido al modelo de agricultura convencional y la extensión difusionista, como el éxodo rural, la concentración de la tierra, el aumento de la pobreza rural, la contaminación del agua, la pérdida de la biodiversidad, entre otros. Con principios contrarios a ATER convencional, el PNATER fue creado en 2003 e institucionalizó en 2010 y dirigió sus esfuerzos a la opinión pública que era el margen de la modernización. A pesar de los esfuerzos, la PNATER todavía se enfrenta a muchos retos para su implementación, se observa, en particular, la formación tradicional de los agentes de ATER, las dificultades relacionadas con la infraestructura y la gestión de las empresas ATER y la falta de acciones coordinadas y coherentes con los principios política. El trabajo de campo de este trabajo se llevó a cabo mediante la aplicación de cuestionarios semi-estructurados en 20 unidades local y mediante la realización de entrevistas con extensión EMATER-DF. Los resultados demuestran que el DF no tiene extensión modelo EMATER-hegemónico, pero dos plantillas que aparecen con frecuencia en forma interconectada: modelo de extensión como la participación y la extensión como un modelo de servicio. Las características de cada modelo encargado de la extracción en la práctica; se satisfaciendo todas las circunstancias, con la presencia del público y aprendiendo de cada extensión. De ello se desprende que, según la percepción de extensión, EMATER-DF se encuentra en un grado moderado de alineación con PNATER, lo que puede significar que la aplicación de la política ocurre de manera gradual, ya que la empresa no lo hace tiene soporte a los cambios estructurales e institucionales necesarias para implementar la política de tal magnitud.

Palabras clave: Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), modelos de extensión, PNATER, el desarrollo rural sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Área de atuação da Emater-DF	97
Figura 02- Organograma da empresa	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Estratégias da PNATER e missão institucional	117
Gráfico 02- Resultados da PNATER	118
Gráfico 03- Disponibilidade de recursos	118
Gráfico 04- Formas de atuação	119
Gráfico 05- Participação do extensionista na implementação da PNATER	119
Gráfico 06- Novas formas de atuação.....	120
Gráfico 07-Capacitação para implementar a PNATER	120
Gráfico 08- Melhoria da qualidade de vida dos agricultores	121
Gráfico 09- Resultados da PNATER	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Perfil dos entrevistados	32
Quadro 02- Dados completos dos extensionistas respondentes.	33
Quadro 03- Evolução do sistema brasileiro de extensão rural	55
Quadro 04- Recursos federais da ATER de 2003 a 2010	68
Quadro 05- Síntese das formas de atuação dos anos 1979 a 1989	87
Quadro 06- Demonstrativo dos resultados do trabalho desenvolvidos pela Emater-DF	91
Quadro 07- Quesitos de Contexto Organizacional, Elementos de Alinhamento Estratégico e Questões Inerentes às Organizações de ATER.	101
Quadro 08- Grau de alinhamento das questões relativas aos modelos de extensão.....	104
Quadro 09- Grau de alinhamento dos extensionistas de acordo com os eixos temáticos	113
Quadro 10- Grau de alinhamento da instituição na percepção dos extensionistas	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Pesos na escala de Likert para as alternativas	29
Tabela 02- Pesos na escala de Likert de acordo com o alinhamento	30
Tabela 03- Distribuição dos respondentes por tempo de serviço.....	33
Tabela 04- Distribuição das respostas do eixo 03 em porcentagem	103
Tabela 05- Distribuição das respostas do eixo 01 em porcentagem	109
Tabela 06- Distribuição das respostas do eixo 02 em porcentagem	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

ACAR-DF – Associação de Crédito e Assistência Rural do Distrito Federal

ACAR-MG- Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

AIA – American International Association for economic and social development.

ANATER- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASBRAER- Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

ATES- Assistência Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEASA- Central de Abastecimento de Brasília

CEPAL- Comissão Econômica para América Latina

CENTRE- Centro de treinamento

CETRE- Centro de treinamento em Florianópolis

CETREINO- Centro de treinamento do Nordeste

CNDRSS -Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

CNUMAD- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CNPH- Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças

CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

CPAC- Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATER- Departamento de Assistência técnica e extensão rural

DCAG- Distrito Colonial Alexandre Gusmão

DNTR/ CUT- Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

DRS- Desenvolvimento Rural Sustentável

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FIDA- Fundo Nacional para o Desenvolvimento Agrícola

FZDF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

GDF- Governo do Distrito Federal

GEMEC- Gerência de Metodologia e Comunicação Rural

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MDA- Ministério do Desenvolvimento agrário

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

NPK- Nitrogênio, fósforo e potássio

ONG- Organização não Governamental

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PAD-DF- Programa de Assentamento Dirigido

PDV- Plano de Demissão Voluntária

PCS- Programa de cargas e salários

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB- Produto Interno Bruto

PND-Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDRSS- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNATER- Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural

PROHORT- Programa de apoio à produção e comercialização de produtos Hortigranjeiros

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVÁRZEAS- Programa Nacional de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis

PROVE- Programa de Verticalização da pequena produção

RIDE- Região Integrada do Entorno

SAB- Sociedade de Abastecimento de

SAF- Secretaria da Agricultura Familiar

SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SIMBRATER- Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

USERS-Unidades Socioeconômicas Rurais

SUMÁRIO

Introdução e procedimentos metodológicos	19
1 Marco teórico-conceitual de pesquisa	36
1.1 Mediação e a influência dos agentes públicos.....	36
1.2 Desenvolvimento Rural Sustentável.....	40
1.3 Modelos de assistência técnica e extensão rural.....	46
1.3.1 A extensão como participação.....	47
1.3.2 A extensão como serviço.....	47
1.3.3 A extensão como intervenção.....	48
2 A Assistência Técnica e extensão rural no Brasil	50
2.1 Antecedentes da Assistência Técnica e Extensão Rural.....	50
2.2 Histórico do Extensionismo no Brasil.....	53
2.3 A extensão como instituição estatal.....	57
2.4 As diferentes fases da extensão rural no Brasil.....	58
3 A extensão rural como política pública	62
3.1 Antecedentes para criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).....	62
3.2 Lei 12.188: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	64
3.3 Desafios para implementação da PNATER.....	69
4 Histórico da Extensão Rural no Distrito Federal	76
4.1 A ocupação do Planalto Central.....	76
4.2 Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-DF).....	78
4.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater- DF): período de 1978- 1980.....	79
4.4 Emater- DF: período de 1980 a 1989.....	81
4.5 Formas de atuação da Emater-DF nos primeiros anos.....	86
4.6 Emater-DF: período: década de 1990.....	87
4.7 Emater- DF: período: de 2000 a atualidade.....	94

4.8 Estrutura organizacional da Emater-DF.....	98
5 Resultados e análises: Modelos de extensão rural no DF e alinhamento com a PNATER.....	102
5.1 Identificação e caracterização dos modelos de extensão rural a partir percepção dos extensionistas	102
5.2 Alinhamento da Emater-DF aos princípios da PNATER	109
5.2.1 Modernização da agricultura	110
5.1.2 Agricultura familiar e público compromisso.....	110
5.1.3 Desenvolvimento sustentável.....	111
5.2.4 Gestão social.....	111
5.1.5 Agroecologia.....	112
5.1.6 Metodologia participativa.....	112
5.2 Percepção do extensionistas em relação ao alinhamento da empresa com a PNATER	116
6 Considerações finais	124
Recomendações.....	128
7 Referências bibliográficas	130
8 Apêndice	140
8.1 Questionário	140
8.2 Roteiro da entrevista.....	143

INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da década de 1950, foi iniciado no Brasil um processo de industrialização da agricultura tendo a extensão rural como uma das ferramentas para educar o homem do campo. O extensionismo, baseado na ideia de que a mudança se daria através da introdução de novas técnicas, trabalhou intensamente na difusão e interiorização de tecnologias agrícolas e colaborou com o crescimento do consumo de bens industriais (CAPORAL, 2007).

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estiveram voltados para a modernização conservadora e a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde¹. Para Rodrigues (1994), a partir da década de 1960, as políticas governamentais começaram a entrever objetivamente a utilização da extensão como estratégia para modernização da agricultura. Neste período, a ATER passa do estágio do “missionarismo”² para um estágio de crescimento acelerado com a expansão coordenada de seus serviços.

A criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) consolida a intervenção estatal nas atividades de extensão e delimita claramente a preferência de sua clientela: os médios e grandes agricultores. Os agricultores com menores condições ficaram confinados aos projetos ditos sociais, enquanto paulatinamente ocorria a expansão de projetos agropecuários (RODRIGUES, 1994). Rodrigues (1994: 207) relata que *“a preocupação obsessiva com a modernização da base técnica da agricultura teve como reflexos, na extensão rural, uma seletividade de seus*

¹ Modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos com intuito de aumentar a produtividade por meio de avanços técnicos. Utilizando pacotes tecnológicos e maquinário pesado, tinha como um dos argumentos para sua implantação a superação da fome por meio de “receitas” modernas adaptáveis a qualquer lugar do mundo. Nos países subdesenvolvidos o acesso a tais pacotes só era possível através do crédito subsidiado. Ao longo dos anos, percebeu-se que as consequências desse modelo refletiram em várias áreas. Por um lado são evidenciados os impactos positivos de ordem econômica e do aumento da produtividade. Por outro lado ganha vulto os impactos negativos, especialmente nas áreas ambiental, saúde humana e social, tais como a exclusão e concentração fundiária, concentração de renda e expropriação no campo (ANDRADES; GANIMI, 2007).

² Inicialmente a extensão rural não tinha como preocupação primordial o produtivismo do campo. Postulava a promoção do agricultor, de sua família e comunidade através da educação informal, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida (RODRIGUES, 1994).

programas, objetivos e metas (...) caracterizados pelo produtivismo, em detrimento das ações de orientação humanista³”.

De forma semelhante, Caporal (2007) ressalta a seletividade do público alvo neste período. Como o trabalho com os pequenos agricultores não alcançava os resultados esperados, não é de se espantar que a extensão rural passasse a incentivar o trabalho com médios e grandes agricultores que estivessem aptos a adotar as tecnologias modernas (CAPORAL, 2007).

Além disso, o autor ressalta que os agricultores, denominados na época como mini e pequenos produtores, acessavam de forma restrita o crédito subsidiado:

Diversos estudos mostram que a falta de crédito rural contratado com mini e pequenos produtores (usando as categorias que constam nos relatórios) foi sempre infinitamente desproporcional ao seu número e necessidades em relação aos demais. Mesmo assim não foram poucos os produtores com terra de tamanho reduzido que adquiriram tratores super dimensionados para suas necessidades e possibilidades de cultivo (CAPORAL, 2007: 7).

Dentro desse contexto, surge, em 1978, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) com diretrizes orientadas pela transferência de tecnologias agropecuárias pautadas no produtivismo da modernização agrícola. Embora inicialmente incipiente em sua abrangência e prestação de serviços, a empresa mostrou resultados, principalmente no que se refere ao atendimento para obtenção de crédito rural (ANSANI, 1996).

Conforme Oliveira (2012), os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), devidamente aparelhados com o crédito supervisionado, foram positivos somente para uma parcela de proprietários/produtores que tiveram acesso e facilidades na obtenção de financiamentos, e que, nesse processo, uma grande parte dos agricultores familiares⁴ ficou prejudicada. Na década de 1980, surgiram críticas relativas às formas de extensão pública e ao modelo de desenvolvimento rural adotado. Temas recorrentes nas discussões estavam

³ Segundo Rodrigues (1997) a orientação humanista refere-se a estratégias de ação que privilegiam o lado da promoção humana com a finalidade de melhorar as condições de vida da população rural. Para isso deve ter caráter menos assistencialista e utilizar a difusão de tecnologia não como um fim, mas como um dos propósitos de mudanças que auxilie na viabilidade da promoção sócio-econômica dos agricultores, de suas famílias e da comunidade.

⁴ No texto original a autora usa o termo pequeno produtor, porém nesse trabalho adotou-se o conceito de agricultor familiar. Segundo Schneider (2003), o termo agricultura familiar surgiu no contexto brasileiro a partir da década de 1990. Período marcado por pressões dos movimentos sociais e do sindicalismo rural, a expressão agricultor familiar surge como proposta de um conceito síntese capaz de oferecer guarida a diversidade de categorias sociais encontradas no campo. A expressão foi legitimada pelo Estado com a criação do Pronaf.

relacionados às mudanças das formas de atuação da extensão, ao resgate da prioridade de atendimento aos agricultores familiares, assim como aos métodos de extensão grupais e utilização de meios de maior alcance (PEIXOTO, 2009).

Além disso, o surgimento de críticas⁵ ao modelo convencional de produção e o crescimento das externalidades ambientais e sociais decorrentes da Revolução Verde, culminou no repensar do modelo produtivo e do próprio serviço de ATER.

A restrição orçamentária decorrente da crise fiscal, que ocorreu em meados da década de 1980, levou a um processo de contenção de gastos que afetou diversos serviços públicos, inclusive a extensão rural. Ao mesmo tempo, a ascensão do ideário neoliberal (intervenção mínima do Estado), vigente durante os anos 1990, fez com que os serviços de extensão rural pública, assim como outros serviços estatais, fossem considerados prescindíveis. Como consequência, ainda em 1990, a EMBRATER foi extinta, delegando a responsabilidade dos serviços de extensão aos municípios. Com isso, ocorreu a desarticulação do sistema em nível nacional, acarretando a perda de organicidade e a extinção dos serviços de ATER em diversos estados (PEIXOTO, 2009).

É importante destacar que nesse período os grandes agricultores empresariais já não dependiam dos serviços públicos para assessorá-los e auxiliá-los tecnologicamente na condução dos seus negócios. As empresas privadas e departamentos técnicos das empresas do setor supriam de forma mais rápida e eficiente as inovações tecnológicas desejadas (DIAS, 2008).

Com a restrição do crédito rural surge a necessidade de reformulação do discurso e das ações dos serviços de ATER. Na segunda metade da década de 1980, a extensão rural toma novos rumos. Com uma orientação mais participativa as Emateres são convocadas a resgatarem os agricultores que por anos ficaram à margem dos serviços de ATER e da modernização agrícola (ANSANI, 1996).

Ao longo de sua trajetória no Brasil, os serviços de extensão passaram por reformulações em suas ações, métodos e público alvo. As mudanças ocorreram de acordo com os planos e programas de governo e as regras das instituições de extensão em cada época. Rodrigues (1997) identifica três momentos da extensão rural no Brasil até o final dos anos 1980.

⁵ No Brasil, na década de 1970, diversos pesquisadores apresentaram questionamentos ao modelo de agricultura vigente. As principais críticas eram relativas às áreas social e ambiental (BIANCHINI; MEDAETS, 2015). Ver Fonseca (1985), Caporal e Costabeber (2004). Altieri (2009); Gamini; Andrade (2007).

1. **Humanismo assistencialista** (1948 a 1962): período em que o país ainda não tinha despertado para o potencial da agricultura em termos de capitalização. O objetivo da extensão era auxiliar as famílias na melhoria da qualidade de vida e bem estar, mediante a aceitação de novas ideias e renovação de hábitos. O público alvo eram os agricultores, donas de casa e jovens rurais.
2. **Difusionismo produtivista** (1963 a 1984): período marcado por abundante crédito rural. É nesta fase que se verifica a maior expansão da estrutura operacional do sistema de extensão rural. Nesse período as ações de extensão rural se tornaram um instrumento eficaz da política de acumulação capitalista do campo sendo marcante a hegemonia da orientação difusionista e produtivista.
3. **Humanismo crítico** (1985 a 1989): tem como principal característica a promoção humana, sem o paternalismo característico da primeira fase, com uma perspectiva libertadora onde o agricultor problematiza a sua realidade.

Durante a década de 1990, atendendo a pressão dos movimentos sociais do campo, o Governo Federal cria, em 1996, o primeiro programa voltado especificamente à agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Posteriormente, em 2003, de forma democrática e participativa⁶, cria a Lei de ATER, instituída através da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (DIAS, 2007; PAIVA, 2012).

Conforme Caporal e Ramos (2006), a partir de então, a PNATER passou a nortear as ações do Governo Federal para a reorganização e fortalecimento dos serviços de ATER no país. Entretanto, por ser baseada em princípios contrários a extensão convencional esta política enfrenta, ainda hoje, vários desafios em sua implementação, dentre os quais se destacam a formação dos extensionistas, o estabelecimento de um novo profissionalismo, gestão condizente com a política, dificuldades institucionais, entre outros.

⁶ A política Nacional de ATER foi construída em articulação com diversas esferas do Governo Federal e unidades federativas, instituições, segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações dos agricultores familiares e movimentos sociais. Tem como principais diretrizes a adoção de metodologias participativas; agricultura de base ecológica; desenvolvimento rural sustentável; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; contribuição para a segurança e soberania alimentar (MDA, 2004).

Problema e justificativa

Estudos realizados em várias regiões do país⁷ concluem que mesmo que a PNATER esteja de alguma forma presente no cotidiano das ações dos agentes de ATER, a efetivação de seus princípios ainda ocorre de forma pouco significativa. Segundo Paiva (2012), e também do ponto de vista dos extensionistas, embora as mudanças estejam ocorrendo, as propostas só serão efetivadas se houver maior investimento em programas de capacitação, ampliação dos quadros profissionais e melhor estrutura nas instituições.

A formação do extensionista é fator crucial nesse processo. É quase impossível imaginar um novo paradigma de desenvolvimento rural com a formação dos agentes de ATER voltada basicamente para a parte técnica, por vezes desvinculada da realidade local. Conforme afirmam Silveira e Balem (2004: 11): *“a formação profissional hoje enfoca em uma lógica em que o conteúdo independe do contexto e as práticas devem ser padronizadas segundo a orientação da pesquisa acadêmica, diametralmente oposta ao pressuposto construtivista”*.

Para Caporal (2006), um dos desafios está justamente em estabelecer um novo profissionalismo, contrário ao modelo de desenvolvimento rural convencional apregoado na formação dos profissionais de ciências agrárias, na maioria das vezes voltada para a difusão de receitas técnicas e pacotes tecnológicos.

Segundo Dias (2008), por ser uma política inovadora, a PNATER pode acarretar impactos significativos nas habilidades e competências já legitimadas no cotidiano das organizações, dificultando as mudanças necessárias para sua implementação. O sucesso de sua efetivação depende, portanto, *“da capacidade de legitimar-se diante de seus principais interessados [...] e de convencer a sociedade e os governos a criarem as condições para que [...] esse tema não seja mais deixado de fora das agendas políticas daqui por diante.”* (DUARTE, SILIPRANDI; 2006:15).

Além disso, os extensionistas se deparam com um meio onde devem executar uma diversidade de atividades. Mesmo que a diversificação torne o ambiente favorável à

⁷ Ver Paiva (2012), Souza (2011); Souza (2006); Oliveira, Wehrmann; (2009), Pettan (2010), Bertoldo e Neumann (2009), Mussoi (2011).

experimentação, muitas atividades os deixam perdidos diante das inúmeras demandas e possibilidades de ação (DIAS, 2012).

Embora a proposta da PNATER seja a favor de um novo modelo de desenvolvimento rural, parte dos extensionistas ainda está presa à orientação produtivista e o difusionismo permanece como referencial de suas práticas (PAIVA, 2012). Caporal e Ramos (2006) argumentam que as entidades de ATER carecem de uma gestão alinhada aos novos desafios e a uma nova visão do que seria o papel e perfil dos extensionistas, ressaltando que:

[...] ainda se observa uma enorme força da inércia que faz com que os serviços sigam por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se forem úteis para a etapa de introdução da modernização conservadora, mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico (CAPORAL, RAMOS; 2006:5)

Assim, apesar do esforço no sentido de converter a matriz extensionista no Brasil, ainda há dificuldades em tirar do papel e por em prática os novos métodos de extensão (BERTOLDO; NEUMANN, 2009), e, como demonstram alguns estudos⁸, o paradigma produtivista e difusionista ainda é muito presente nas instituições públicas de extensão.

O Distrito Federal, desde a transferência da capital do país para Brasília, investiu em ações para a modernização da agricultura local com vistas a obter autonomia de abastecimento alimentar. Com largos investimentos nas áreas da química, mecânica e genética produziu de forma altamente produtiva em solos considerados improdutivos, tornando a região difusora de tecnologias apropriadas para o Cerrado (MATSURA, 2008).

Criada há mais de 30 anos, a Emater-DF foi uma das ferramentas desse desenvolvimento regional, levando crédito e assistência técnica para os agricultores (MATSURA, 2008). Entretanto, assim como as demais empresas de ATER do país, devido ao contexto neoliberal, ao baixo desempenho institucional e ao descrédito perante os agricultores, a empresa viveu sua primeira crise durante a década de 1980. A proximidade de extinção culminou em mudanças relacionadas à qualidade e produtividade dos serviços.

Buscando superar a crise, a Emater- DF procurou se adequar às novas demandas, priorizando os pequenos e médios agricultores, capacitando seus extensionistas (ANSANI, 1996), e encontra-se, atualmente, diante de uma nova perspectiva de atuação proposta pela política de ATER, tendo como missão “*promover o desenvolvimento rural sustentável e*

⁸ Apesar da positividade em relação à adoção dos critérios da PNATER, o estudo desenvolvido por Pettan constatou que 70 % dos extensionistas evidenciam a necessidade de receber mais informações sobre o desenvolvimento sustentável proposto pela PNATER. Ver também Dias (2008); Favero e Sarriera (2009); Balem et al (2009).

segurança alimentar, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno” (EMATER, 2012).

Segundo Oliveira e Wehrmann (2009), embora a PNATER tenha uma proposta inovadora dirigida à sustentabilidade ambiental e socioeconômica do meio rural, o que têm se observado em boa parte da região do DF é que a extensão ainda continua a disseminar um ideal distinto do desenvolvimento sustentável. Segundo as autoras, os serviços de ATER na capital do país são bastante significativos e contam com grande disponibilidade de técnicos, mas,

Observou-se que embora esses agricultores recebam um bom atendimento de assistência técnica, infraestrutura adequada, acesso a crédito e ao mercado local, percebe-se que o componente “preservação ambiental” ainda não faz parte do ideal desses produtores, embora, eles tenham ciência dos problemas ambientais da atualidade e que os recursos naturais disponíveis poderiam ser utilizados de um modo mais eficiente. Neste sentido, cabe ao extensionista, desenvolver junto aos agricultores um trabalho voltado para melhor utilização dos recursos disponíveis, bem como, tecnologias apropriadas para cada localidade. Inclusive, existe uma gama de críticas ao modelo de assistência técnica ainda hoje vigente que não atua como agentes multiplicadores do ideal do desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; WEHRMAN, 2009:10).

Embora a Emater-DF seja reconhecida por sua relevância para o desenvolvimento rural do DF, verifica-se a limitação de estudos sobre a mesma. Há pouco conhecimento sobre o processo histórico da empresa e as poucas publicações existentes não ultrapassam a metade da década de 1990. Anos após o lançamento da PNATER, pouco se sabe dos resultados da política na região.

Assim, diante do cenário de obstáculos e dificuldades para a efetiva implementação da PNATER e da lacuna de conhecimentos sobre a ATER pública na região do DF, as perguntas norteadoras desta pesquisa são: Qual/quais são os modelos de ATER praticados e/ou institucionalizados na Emater-DF? Esse(s) modelo (s) é(são) condizente(s) com os pressupostos do desenvolvimento rural sustentável contidos na PNATER? A simples adequação da política é suficiente para que ela seja de fato implementada e executada?

Os modelos de ATER praticados e/ou institucionalizados na Emater-DF serão identificados e analisados a partir dos modelos de ATER desenvolvidos por Castro (2003). Segundo o autor, a extensão pressupõe uma intenção da fonte que não necessariamente está no receptor, ou seja, se baseia na percepção da necessidade do outro. Os modelos, ou paradigmas da extensão, concebem de maneira diferente a ação do extensionista e a relação que estabelece com os beneficiários. A escolha de classificação de acordo com estes modelos

se deu pela objetividade e ao mesmo tempo complexidade da classificação das práticas de ATER usada pelo autor.

Segundo Castro (2003), a extensão pode ser classificada como:

- **Extensão como participação:** A fonte crê que possui informações importantes às quais deseja compartilhar com quem tiver interesse. Neste caso não se apropria do conhecimento, mas o reconhece como livre e acessível, sendo o seu papel de mediação. Considera os receptores como autônomos e com capacidade de discernimento. A atitude básica da extensão é uma proposta, uma aliança, onde se comunicam experiências de interesse mútuo.
- **Extensão como serviço:** A fonte se considera como portadora de um domínio do conhecimento que carece o receptor que busca soluções de um especialista para seus problemas. A atitude básica de extensão se traduz em respostas específicas dadas a quem procura. Assemelha-se a uma relação contratual onde ambas as partes criam compromisso mútuos.
- **Extensão como intervenção:** Modalidade comum em organismos públicos, a fonte (no caso a instituição e os agentes) procura convencer os receptores para que adotem as técnicas que julguem ser mais adequadas. Baseada em comprovações científicas, não está disposta a discutir os conteúdos. A atitude básica da extensão se materializa em programas e projetos de governo através da transmissão e persuasão.

Além de contribuir, para o avanço do conhecimento sobre as práticas de extensão e modelos institucionalizados nos órgãos públicos de ATER, em particular no DF, os resultados desta pesquisa poderão auxiliar os gestores dessas empresas a dar base para a construção de propostas que contenham os requisitos necessários ao desenvolvimento rural sustentável, previstos na PNATER, dentre os quais a observação das especificidades e demandas locais é uma das prioridades.

Objetivo geral

Contribuir para a identificação e análise dos modelos de extensão rural predominantes no Distrito Federal e oferecer subsídios para que os gestores de políticas públicas gerem

propostas condizentes com o desenvolvimento rural sustentável preconizado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Objetivos específicos

- Resgatar o histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural no DF até a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Identificar a estrutura e as estratégias organizacional e gerencial da Emater-DF.
- Identificar qual/ quais modelo(s) de extensão rural é/ são praticados e/ ou institucionalizados na empresa de ATER do DF.
- Caracterizá-lo(s) a partir dos modelos de ATER propostos por Castro (2003) e analisá-lo(s) à luz dos pressupostos da PNATER, em especial o do desenvolvimento rural sustentável, identificando os fatores limitantes e os principais obstáculos para que os princípios norteadores da PNATER ocorram de fato.

Hipóteses

- O(s) modelo(s) praticado(s) e institucionalizado(s) na Empresa de ATER do DF ainda é(são) norteado(s) pelas concepções dos modelos de extensão como serviço e da extensão como intervenção, restando o modelo de extensão como participação uma concepção marginal na empresa.
- O(s) modelo(s) de extensão rural praticado(s) e institucionalizado(s) na Empresa de ATER do DF não está(ão) totalmente alinhado(s) ao modelo preconizado pela PNATER, em especial no que se refere ao desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a formação dos agentes de ATER, ainda baseada em princípios difusionistas e produtivistas, os obstáculos institucionais e gerenciais, e a carência de infraestrutura, dentre outros.
- A simples adequação do(s) modelo(s) praticados e institucionalizados na Empresa de ATER do DF às diretrizes e princípios da PNATER não seria suficiente para a execução da política. Além da superação dos diferentes obstáculos institucionais e infraestruturais, torna-se fundamental uma mudança na concepção do que seja a

extensão rural, ou seja, de uma mudança do paradigma institucional que norteia as ações dos extensionistas do DF.

Metodologia

Com vistas à execução dos objetivos propostos, considerou-se necessário a utilização de técnicas qualitativas (realização e interpretação de entrevistas, buscando recuperar a história institucional e captar a percepção dos informantes) e quantitativas (aplicação de questionário e sistematização dos dados). O uso conjugado desses dois tipos de abordagem visou identificar e compreender de forma mais profunda e interpretativa a complexidade dos processos e dinâmicas ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural no DF.

Para obter informações pertinentes a respeito da trajetória da Emater-DF, foi utilizado o método da história oral, conjugado com a pesquisa bibliográfica e documental. O procedimento metodológico da história oral permite perpetuar vivências daqueles indivíduos que se propõem a compartilhar suas memórias; neste caso, as memórias ligadas à história institucional. As entrevistas foram realizadas com funcionários que vivenciaram a totalidade ou partes dessa história. A pesquisa bibliográfica e documental teve como fonte trabalhos acadêmicos e técnicos, atas e outros documentos institucionais, a partir dos quais foi possível resgatar os principais elementos historiográficos da empresa.

Desta forma, estruturou-se a pesquisa de campo em três partes principais: revisão documental para o levantamento do histórico da empresa; entrevistas com funcionários mais antigos para complementação do histórico; aplicação de questionário semiestruturado para identificação do alinhamento da Emater-DF à PNATER e dos modelos de extensão. Os questionários foram encaminhados, via malotes, pela Emater sede às unidades do Distrito Federal e Entorno, tendo como destinatários os gerentes e extensionistas com nível superior diretamente ligados às atividades de campo. Segundo informações da própria empresa, há aproximadamente 139 extensionistas com nível superior e aproximadamente 100 que atuam diretamente no campo.

A elaboração do questionário (apêndice 8.1) teve como principal referência a pesquisa de doutorado de Pettan (2010) e constou de 30 questões, 28 fechadas e 2 abertas, divididas em 3 eixos: eixo 1, relativo à concordância da empresa com os princípios norteadores da

PNATER; eixo 2, relativo ao alinhamento com a PNATER; eixo 3, relativo aos modelos de extensão rural adotados. As questões foram apresentadas por meio de afirmativas onde o entrevistado deveria escolher uma única opção entre as cinco alternativas possíveis: Discordo totalmente (DT); discordo parcialmente (DP), não tenho opinião formada sobre esse assunto (NO); concordo parcialmente (CP); concordo totalmente (CT). A opção escolhida foi confrontada com os pesos da Escala de Likert que indica o grau de alinhamento (tabela 02) da empresa com a PNATER.

A escala de Likert requer que o respondente indique o grau de concordância ou discordância com as questões propostas, sendo atribuídos valores numéricos para medir a direção das respostas. Geralmente as declarações de concordância recebem valores positivos ou altos enquanto a discordância recebe valores negativos ou baixos. (BRANDALISE, BERTOLINI; 2013).

No caso desta pesquisa, optou-se pela padronização dos pesos para todas as questões de modo a facilitar compreensão e tabulação dos dados. Cada uma das cinco alternativas tinha equivalência de peso, como mostrado na tabela 01. A frequência de respostas caracterizou a maior ou menor sintonia com os temas abordados. Os dados das questões fechadas estão apresentados na forma de porcentagem.

Tabela 01: pesos da escala de Likert para as alternativas

PESOS	ALTERNATIVAS
1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Não tenho opinião formada sobre esse assunto
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de Pettan (2010)

O objetivo do eixo 01 foi identificar o alinhamento da ação extensionista à PNATER. Para avaliar o grau de alinhamento, foram apresentadas seis afirmativas relacionadas aos princípios norteadores da PNATER resumidas nos seguintes eixos temáticos: modernização da agricultura (questão 06), agricultura familiar (questão 07), público-compromisso (questão 08), desenvolvimento sustentável (questão 09), gestão social (questão 10), agroecologia (questão 11) e metodologia participativa (questão 12).

O objetivo do segundo eixo foi identificar os impactos na organização interna que a PNATER trouxe para a instituição. As afirmativas estavam relacionadas à orientação da instituição buscando aferir em que medida a empresa se baseia nos princípios da PNATER. Para complementar o eixo 02 foi feita uma pergunta aberta relativa aos obstáculos para implementação da PNATER na empresa.

O eixo 03 buscou identificar o/s modelo (s) de extensão predominante na empresa, a partir do ponto de vista dos extensionistas. Neste caso, podendo ser a extensão como intervenção, como serviço e como participação. Para identificar o modelo de extensão rural predominante na Emater-DF foram feitas duas etapas complementares de pesquisa, a aplicação do questionário e as entrevistas com os extensionistas. No caso do questionário foram destinadas duas afirmativas para identificação de cada modelo. Além disso, foi feita uma pergunta aberta sobre qual tipo de modelo o extensionista identifica como predominante na Emater-DF..

Para exemplificar a forma de análise, vamos supor que as afirmativas relativas ao modelo de extensão como participação recebam as pontuações 4 ou 5. De acordo com as tabelas 01 e 02, (pesos da escala de likert para as alternativas e pesos na escala de likert de acordo com o alinhamento), isto significa uma maior sintonia do extensionista com o modelo de extensão como participação. Caso contrário, as afirmativas receberem as pontuações, 3, 2 ou 1, significa que há um baixo nível de concordância, ou seja, o respondente não está alinhado ao modelo. Resumindo, quanto maior o nível de concordância maior o alinhamento com a PNATER.

Tabela 02: pesos na escala de likert de acordo com o alinhamento

PESOS NA ESCALA LIKERT	SIGNIFICADO
1	Fortemente não alinhado
2	Moderadamente não alinhado
3	Sem alinhamento
4	Moderadamente alinhado
5	Fortemente alinhado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de Pettan (2010)

Métodos de pesquisa

Questionário

O questionário, enquanto técnica de pesquisa apresenta algumas limitações, principalmente quando são auto aplicados. Para Gil (2008: 122), entre as principais desvantagens estão: resultados críticos em relação à objetividade, não avaliação das circunstâncias em que foi respondido e ausência de garantia de retorno.

Nesta pesquisa utilizou-se questionários auto aplicáveis (apêndice 8.1) que foram distribuídos em malotes para 20 unidades locais (Alexandre Gusmão, Brasília- CEASA, Ceilândia, Centrer, Gama, GEPRE leste Formosa, GEPRE noroeste Padre Bernardo, GEPRE norte Assentamentos, GEPRE sudoeste Cristalina, Jardim, PAD-DF, Paranoá, Pipiripau, Planaltina, Rio Preto, São Sebastião, Sobradinho, Tabatinga, Taquara) Os envelopes continham 5 questionários. Ao todo foram distribuídos 100 questionários. Houve o retorno de 33 questionários, totalizando 33 % da amostra total.

Entrevistas

Para execução das entrevistas foi utilizado um roteiro semiestruturado previamente elaborado (apêndice 8.2). Diante a solicitação da pesquisa, esta foi autorizada pelo diretor executivo que encaminhou a Gerência de Metodologia e Comunicação Rural (GEMEC) para auxiliar no andamento da aplicação do questionário e agendamento das entrevistas. As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora com cada extensionista componente da amostra, explicitando o objetivo da pesquisa e sua importância. O roteiro da entrevista serviu de orientação, porém as conversas fluíram naturalmente, permitindo que o entrevistado falasse abertamente da forma que lhe conviesse, somente orientado por alguns pontos chaves. Com a autorização dos mesmos, as entrevistas foram gravadas. Foram realizadas sete entrevistas, cuja duração variou de 35 minutos a 59 minutos cada uma.

Segundo Gil (2008), entre as desvantagens da utilização desse tipo de método são: a falta de motivação do entrevistado em responder as perguntas, a inadequada compreensão do que está sendo perguntado e o fornecimento de respostas falsas determinadas por diversas razões.

Perfil dos entrevistados

Os sete entrevistados foram escolhidos de acordo com o tempo de empresa e experiência institucional. A maior parte ingressou na década de 1980 e são formados nos cursos de agronomia, medicina veterinária e economia doméstica, O quadro 01 resume o perfil dos entrevistados segundo o sexo, formação, ano de ingresso e tempo de empresa. Vale ressaltar que os entrevistados do quadro 01 são diferentes dos respondentes do quadro 02. Para diferenciá-los, durante a descrição das falas, optou-se em nomear os entrevistados em sequência alfabética e os respondentes do questionário em sequência numérica.

Quadro 01: Perfil dos entrevistados

ENTREVISTADO N °	SEXO	FORMAÇÃO	ANO DE INGRESSO	TEMPO DE EMPRESA
Entrevistado A	M	Agrônomo	1988	27
Entrevistado B	M	Veterinário	1988	27
Entrevistado C	M	Agrônomo	1978	37
Entrevistado D	M	Veterinário	1983	32
Entrevistado E	F	Economia doméstica	1988	27
Entrevistado F	F	Economia doméstica	1992	23
Entrevistado G	M	Agrônomo	1982	33

Fonte: Dados da pesquisa

As primeiras questões do questionário, intituladas “dados pessoais” foram usadas para compor um breve perfil dos extensionistas respondentes. A frequência de respostas revelou que dos 33 extensionistas respondentes, os homens representam 57,57% e as mulheres 42,42%.

Cerca de que 42,42% dos extensionistas se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos e igualmente de 41 a 50 anos. A tabela 03 mostra que o tempo de serviço da maior parte dos respondentes (72,70%), é de 5 anos. Apesar da idade relativamente madura, a maioria dos extensionistas desta pesquisa são os que ingressaram recentemente na empresa.

Em relação à formação acadêmica, os resultados da pesquisa mostra que a maior parte dos respondentes, 30,30% são formados em engenharia agrônômica e igualmente 30,30 % são formados em medicina veterinária.

Segundo a Entrevistada F o fato da maioria dos respondentes se encontrarem na faixa de tempo de serviço de até cinco anos se deve a renovação do quadro técnico da empresa.

Com a saída de vários profissionais com o Programa de Demissão Voluntária (PDV), consequentemente ocorreu a entrada de novos profissionais para substituição do quadro. A maior parte dos extensionistas mais antigos se encontram na área gerencial e a maioria das unidades locais, que lidam diretamente com o campo, são compostas por novos técnicos.

Tabela 03: Distribuição dos respondentes por tempo de serviço

TEMPO DE SERVIÇO	%
0 a 5 anos	72,70%
6 a 10 anos	9,09%
11 a 20 anos	0%
21 a 30 anos	12,12%
Mais de 30 anos	3,03%
Sem resposta	3,03%

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 02 resume os dados dos respondentes de acordo com a formação, sexo, idade e tempo de serviço.

Quadro 02: Dados completos dos extensionistas respondentes

Nº	FORMAÇÃO	SEXO	IDADE	TEMPO DE SERVIÇO (ANOS)
01	Zootecnia	M	30	5 anos
02	Economia doméstica	F	35	6 anos
03	Engenharia agrônômica	F	29	2 anos e meio
04	Medicina veterinária	F	Sem resposta	Sem resposta
05	Engenharia agrônômica	M	28	5 anos
06	Zootecnia	F	33	10 anos
07	Engenharia agrônômica	F	39	5 anos
08	Técnico em economia doméstica	F	42	23 anos
09	Técnico em agroindústria	M	28	2 anos
10	Nutricionista	F	37	5 anos
11	Técnico em agropecuária	M	48	30 anos
12	Medicina Veterinária	F	42	5 anos
13	Técnico em agroindústria	M	37	4 anos e 7 meses
14	Engenharia agrônômica	M	31	2 anos

15	Economia doméstica	F	56	26 anos
16	Engenharia agrônômica	M	38	4 anos
17	Medicina veterinária	M	53	1 ano e 10 meses
18	Engenharia agrônômica	M	30	2 anos e meio
19	Medicina Veterinária	M	45	2 anos e meio
20	Medicina Veterinária	M	33	1 ano e 10 meses
21	Engenharia agrônômica	F	46	2 anos
22	Zootecnia	F	34	1 ano e 10 meses
23	Zootecnia	M	31	1 anos e 10 meses
24	Zootecnia	M	Sem resposta	5
25	Medicina veterinária	M	50	22
26	Engenharia agrônômica	M	45	5
27	Medicina Veterinária	F	37	4
28	Engenharia agrônômica	M	30	2
29	Economia doméstica	M	40	1 ano e 10 meses
30	Zootecnia	M	32	2
31	Medicina Veterinária	F	34	2 anos e 6 meses
32	Engenharia agrônômica	M	34	10
33	Medicina Veterinária	F	58	22

Fonte: Dados da pesquisa.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, além da introdução. Na parte introdutória apresenta-se o problema de pesquisa, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos, hipóteses, metodologia e estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo denominado “*Marco teórico-conceitual da pesquisa*” expõe os principais conceitos que auxiliaram na contextualização e análise dos resultados das entrevistas e do questionário. O capítulo está dividido em três partes: mediação e influência dos agentes públicos, desenvolvimento rural sustentável e modelos de extensão rural.

No segundo capítulo intitulado “*Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil*” é apresentado o contexto histórico da assistência técnica e extensão rural, seus antecedentes, trajetória no Brasil, a influência norte americana nos serviços de ATER, a institucionalização

via estatal até a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

O terceiro capítulo denominado “*A extensão rural como política pública*” relata os antecedentes para o surgimento da Lei 12.188, o conteúdo da lei, os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os principais desafios para sua implementação.

O quarto capítulo denominado “*Histórico da Extensão Rural no Distrito Federal*” traz a recuperação histórica da extensão rural no Distrito Federal, mais propriamente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater-DF), a estrutura organizacional da empresa e parte da transcrição das entrevistas feitas com os extensionistas.

No quinto capítulo intitulado “*Resultados e análises: modelos de extensão rural no DF e alinhamento com a PNATER*” são analisados os resultados obtidos com a aplicação do questionário e as entrevistas para identificação do(s) modelo(s) de ATER na Emater-DF, o grau de alinhamento da empresa com a PNATER e o conhecimento dos princípios norteadores da política. No sexto e último capítulo denominado *Considerações finais* são feitas as conclusões da pesquisa e algumas recomendações.

1 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL DE PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os conceitos teóricos utilizados na análise dos modelos predominantes na Empresa de ATER do DF e grau de alinhamento com a PNATER tendo como base três referências fundamentais: o conceito de mediação social, os três modelos de ATER propostos por Castro (2003) e o conceito de desenvolvimento rural sustentável, eixo base dos pressupostos estabelecidos pela PNATER.

1.1 Mediação e a influência dos agentes públicos

A mediação é uma prática milenar para a resolução de conflitos civis e religiosos. Sua institucionalização ocorreu no século XX, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. A mediação pode ter orientação para resolução de problemas ou orientação transformadora. Na primeira vertente o intuito é satisfazer ao máximo as necessidades individuais através das melhores soluções para disputas. Já na orientação transformadora, o conflito é visto como uma oportunidade de crescimento para os envolvidos dando empoderamento às partes envolvidas. Há também um terceiro enfoque pouco explorado, a via universalista, que tem como intuito estimular a criatividade e estabelecer novas ligações entre as pessoas (BUSH, FOLGER; 2006, *apud* BELEZA; 2009).

De acordo com a etimologia latina a mediação deriva de *mediato* e *mediare*, que significa se interpor ou dividir. Segundo Neves (2008), a mediação é uma relação que apresenta uma dupla imbricação e normalmente se refere a um intermediário que estabelece comunicação entre um duplo polarizado sem correspondência. O termo mediação implica o reconhecimento de significados legitimados e intercomunicados coletivamente, e compreendidos por meio da construção social. A mediação também pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos, valores e visões de mundo baseados nos saberes científicos dos mediadores que são transmitidos com a finalidade de construir novas identidades.

Para Oliveira (2004:37) o termo mediador “*alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com*

vistas a um determinado resultado” e geralmente está associada a um indivíduo munido de poder ligado a uma determinada instituição. Ou seja, o mediador possui certa legitimidade para solucionar conflitos entre grupos de diferentes interesses. Para isto, deve acreditar e fazer acreditar que está ali de forma desinteressada, o que não ocorre na prática, uma vez que almeja os lucros simbólicos ou econômicos desta relação.

A definição de mediador social é um conceito analítico que auxilia na compreensão da atuação de agentes detentores de um poder institucionalizado que assumem o papel de aproximar dois ambientes distintos. No caso das populações rurais, aproximar o ambiente rural do ambiente externo. No entanto, esses agentes muitas vezes não se identificam como mediadores sociais, sendo tratados como tal em função de sua posição e influência em determinado espaço social. O mediador pode assumir este papel por ser capaz de interagir em diversos domínios sociais e adaptar diferentes códigos e valores para a comunicação entre os grupos (OLIVEIRA, 2004).

Conforme destaca Oliveira (2011), a noção de mediação social permite captar as estratégias e alianças de pessoas que lutam por melhorar sua posição em um contexto incerto e hostil, iluminando os processos de mudança social. Segundo o autor, *“o conceito de mediação é tomado como revelador de uma dinâmica complexa em que os agentes situados em posições sociais diferentes interagem na perspectiva de construção de uma outra realidade”* (OLIVEIRA, 2011: 70).

Segundo Sardan (1995), os mediadores são considerados agentes de desenvolvimento que assumem uma tripla função, por meio das quais se tornam porta-vozes dos conhecimentos científicos e mediadores dos conhecimentos populares: a defesa dos seus interesses pessoais, a defesa do interesse da instituição a qual pertencem e a mediação entre diversos interesses dos atores locais.

Os agentes de desenvolvimento rural geralmente estão vinculados a projetos de desenvolvimento e cumprem o papel de animadores, de transmissores, missionários e divulgadores. Geralmente, tendem a atribuir a si mesmos o papel de emancipadores pelo fato de levarem outra visão de mundo aos mediados e por auxiliá-los na incorporação de saberes diversos. Geralmente a experiência do mediado é desqualificada e não incorporada no processo (DEPONTI, ALMEIDA; 2008).

Dois paradigmas legitimam a prática dos profissionais mediadores do desenvolvimento, independentemente de sua orientação ideológica e política: 1) O desenvolvimento é para o bem dos outros (paradigma altruísta). Resulta daí que o

desenvolvimento tem uma forte conotação moral. 2) O desenvolvimento envolve progresso técnico e econômico (paradigma modernizador). O desenvolvimento, sob esse prisma, tem uma forte conotação evolucionista e tecnicista (SARDAN; 1995: 77) e, muitas vezes, está ligado a uma lógica semelhante à mercadológica, onde se “vendem” projetos, *slogans* e políticas que levam à competição entre instituições nos espaços de mediação.

A questão chave parece estar no fato de que os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. A conquista da legitimidade das ações dos mediadores quase sempre depende desta capacidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento (KREUTZ, PINHEIRO, CAZELLA; 2005: 51).

Um aspecto interessante na construção da relação de mediação se refere ao fato de que os mediadores constroem legitimidade à medida que conseguem aglutinar ao seu redor interesses diversos da sociedade, dando “voz” ao que não a tem. Geralmente, esses agentes possuem capital cultural, social, político e econômico, somando importantes recursos para alcançar interesses no jogo social que disputam. É importante destacar que o mediador, por menor interferência que tenha em determinada situação, sempre carregará sua parcialidade, mesmo que esteja somente transmitindo informações de um lado a outro; pois é um tradutor, interpretador e adaptador das informações colhidas nos diferentes espaços sociais que interage (OLIVEIRA, 2004).

A mediação pode ocorrer de diversas formas, a depender da participação diferenciada dos mediadores. Quando sua missão é destinada a mudar comportamentos e visões de mundo, os agentes estão assumindo o papel de tradutores do sistema de crenças ao qual se filiam. Neste caso, devem ser zelosos com as diferenças para produção do diálogo e compartilhamento das crenças comuns. Portanto, o exercício da mediação não pode ser assumido sem o questionamento de determinadas formas de dominação (econômica, política, simbólica). O papel social dos mediadores só pode ser compreendido se considerar o caráter paradoxal que se constitui, pois o emancipado pode assumir o papel de subordinado, tal fato deve ser questionado para que não se caia na suposta inocência das boas intenções (NEVES, 1998 *apud* KREUTZ, PINHEIRO, CAZELLA; 2005).

Os serviços de ATER sempre foram e continuam vinculados a um projeto de desenvolvimento. Em meio a esse cenário, muitos mediadores valorizam a transmissão de conhecimentos para assegurar a viabilidade da instituição que representam, assumindo a posição de porta-vozes dos conhecimentos científicos. Para Sardan (1995), muitas vezes os

extensionistas não estão necessariamente conscientes do papel de mediadores. O certo é que a mediação vai existir, mas passa a ser realizada de maneira imprópria ou unilateral.

Para Ávila e Duarte *et al* (2009) apud Ávila *et al* (2011), os técnicos de ATER são responsáveis pelos processos de mediação e por vezes disputam a exclusividade de recursos cooptando e dominando os agricultores para legitimação de projetos muitas vezes descendentes. Isto resulta na baixa identidade dos agricultores com os projetos propostos, uma vez que os mesmos não representam suas reais demandas. Nesse processo, os agricultores tentam adequar os objetivos da instituição a seus interesses mais imediatos para viabilização de suas expectativas.

Os técnicos tradicionais do setor rural, especialmente na área da agronomia, são pouco habituados à negociação do saber. Esses técnicos possuem recursos que os produtores necessitam e isto se manifesta na obediência por parte dos que necessitam da assistência técnica oficial (ÁVILA, SABOURIN, DUARTE; 2009).

Assim sendo, a mediação é reivindicada como tarefa técnica, inerente à dominação formal-legal, desencadeando uma divisão social do trabalho, entre dois “seres sociais” (instituições que objetivam políticas e programas públicos, por um lado, e, por outro, reais ou potenciais beneficiários, construídos para essa interdependência), intermediada por um terceiro “ser social”, o mediador (MEDEIROS, MARQUES; 2012: 248).

Frequentemente, as abordagens relacionadas à mediação produzem controvérsias em relação à prática dos mediadores sociais. Embora os mediadores geralmente apresentem em seus objetivos o fortalecimento da autonomia política e econômica dos mediados, muitas vezes reforçam a dependência e vínculos ambíguos que envolvem reciprocidade e dominação (ALMEIDA, 2014).

Longe de ocorrer de forma espontânea, frequentemente a mediação se dá em um contexto institucional determinado com período e circunstâncias definidas. Tal fato pode colaborar no constrangimento ou estimulação de diferentes repertórios de ação coletiva. Evidencia-se uma série de limites quando o processo se reduz a aspectos puramente mecanicistas. Esses problemas independem do tipo de vinculação dos mediadores (RECH; 2015).

Para alcançar habilidades sociais para constituição de diversas redes que proporcionem uma mediação mais qualificada na implementação de políticas públicas é necessário o acúmulo de conhecimentos ao longo do tempo. Os mediadores, principalmente das áreas públicas, devem entender o pluralismo cultural da sociedade para que consigam lidar com os conflitos de diferenciação coletiva e de pertencimento.

Torna-se necessário, portanto, criar um regime de responsabilidade e de engajamento coletivo, onde os indivíduos se sintam capazes de reconhecer, discutir e procurar conjuntamente as soluções para seus problemas. Nesse contexto, o mediador do desenvolvimento deve exercer um papel fundamental e ultrapassar as questões inerentes ao jogo ator-estratégia-recursos, presentes em qualquer projeto de desenvolvimento (KREUTZ, PINHEIRO, CAZELLA; 2005).

1.2 Desenvolvimento Rural Sustentável

De acordo com a Lei de 12.188 de 2010, os pressupostos norteadores da PNATER são:

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Conforme o texto base da PNATER (MDA, 2004; 2007), o desenvolvimento sustentável supõe estilos de agricultura sustentável que devem ir além da transferência tecnológica. A transição agroecológica é uma das variantes de apoio a esse processo. Para dar conta dos novos desafios, o documento propõe o uso de metodologias participativas, de modo que os agentes atuem de forma educativa e facilitem os processos de desenvolvimento rural sustentável.

Para tanto, a ATER deve privilegiar o potencial das localidades e interagir com os conhecimentos dos agricultores, de forma a privilegiar o uso racional dos recursos locais. Ao contrário da ATER convencional, a nova ATER deve atuar a partir da análise dos

agroecossistemas com a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. As ações da ATER pública devem, também, auxiliar na viabilização de estratégias que levem à segurança e soberania alimentar e sejam capazes de privilegiar a busca de equidade e inclusão social.

Segundo o documento base da política, baseado em Buarque (1994), o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social e de elevação das oportunidades da sociedade que compatibiliza, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações.

A discussão a cerca do tema é de interesse atual e suas definições e metodologias mostram a necessidade de um maior aprofundamento do conceito, visto as controvérsias e dificuldades encontradas na conjugação dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Mesmo que intensamente trabalhada nos últimos anos, a noção de sustentabilidade encontra-se genérica e pouco precisa e está sujeita a diferentes concepções e definições (ALMEIDA, 1997).

O desenvolvimento vai além da noção de crescimento econômico na medida em que seus objetivos são maiores do que a mera multiplicação da riqueza material. Igualdade, equidade e solidariedade devem estar incluídas no conceito de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento se popularizou a partir da segunda guerra mundial baseada na ideia de que quanto mais crescimento e riqueza mais evolução e progresso o país alcançaria. Porém, na prática, o acesso a bens e serviços não alcançou a todos, uma boa parcela da população mundial permanece excluída em situação de extrema pobreza (OLIVEIRA, 2012).

Assim, o crescimento econômico por si só tem mostrado não ser sinônimo de desenvolvimento se não contribuir para a redução das desigualdades e da pobreza. Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta as dimensões ambiental e social à econômica. Conforme Sachs (2008), os cinco pilares em que os processos de desenvolvimento devem estar ancorados são: social, ambiental, territorial, econômico e político.

A história do desenvolvimento sustentável está intimamente ligada à história do pensamento ambiental. Desde a década de 1960, já se questionava os efeitos de produção na indústria e na agricultura relacionados à questão ambiental. *“Desde os anos 1970 a atenção dada aos problemas ambientais levou a uma ampla recontextualização do desenvolvimento,*

em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2008:36).

No mesmo período, diversos teóricos alertavam para o esgotamento dos recursos naturais pelo seu uso intensivo, passando a discutir sobre qual a melhor forma de desenvolvimento. Um marco importante foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972, onde foi discutida a noção de ecodesenvolvimento com foco nas relações entre o homem e o meio ambiente. O debate em torno deste conceito resultou na construção de um documento chamado *Brundtland*, ou Nosso Futuro Comum onde o desenvolvimento sustentável é conceituado como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (OLIVEIRA, 2012).

Em 1990, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92, ou Rio- 92. O termo desenvolvimento sustentável passou a fazer parte das discussões de vários segmentos da sociedade e passou a ser explícito na agenda política da maioria das nações. Um documento chamado Agenda 21 foi aprovado na conferência firmando um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o terceiro milênio (OLIVEIRA, 2012; GASTAL, 2008).

O conceito de sustentabilidade está polarizado em duas concepções principais: de um lado está sendo concebido dentro da esfera econômica, incorporando a natureza como um bem de capital e por outro, há uma ideia de quebra da hegemonia do discurso meramente econômico incorporando elementos sociais e ambientais (ALMEIDA, 2008).

Existem múltiplos significados para o conceito, dependendo de cada contexto, podendo se adequar a distintos interesses. Para Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável tem como premissa o comprometimento com as gerações presentes e futuras adotando critérios de sustentabilidade social, ambiental e de viabilidade econômica. Somado a isso, o desenvolvimento deve estar amparado no tripé socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Segundo o autor, o verdadeiro progresso social só ocorre quando há distribuição primária da renda para que não se torne um crescimento socialmente perverso que aumente as desigualdades sociais.

A agricultura tem recebido atenção em relação ao tema da sustentabilidade. A apropriação industrial da produção agrícola após a primeira guerra mundial fez com que a agricultura passasse a depender cada vez mais dos insumos modernos produzidos pela

indústria, tais como tratores e maquinaria, sementes geneticamente modificadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos. A modernização da agricultura, de modo geral, tem sido considerada fonte de degradação e contaminação dos recursos naturais. A adoção deste modelo trouxe consequências negativas de várias ordens, principalmente na área ambiental e social (GASTAL, 2008).

Tudo isto tem contribuído para o questionamento do modelo convencional de produção, fazendo emergir o discurso da sustentabilidade ao invés da produtividade a qualquer custo. O conceito de agricultura sustentável é bastante amplo, podendo variar entre formulações bem simples a formulações mais complexas. Segundo Caporal e Costabeber (2004:39):

Efetivamente, a agricultura sustentável é muito mais um processo que um ponto final; mais que um conjunto de técnicas, a sustentabilidade agrária pode ser vista como um enfoque que permite encontrar um balanço entre os ótimos agrônômicos, ambientais, econômicos e sociais. A agricultura sustentável não é um simples modelo ou pacote para ser imposto aos agricultores, senão muito mais um processo de aprendizagem. E, como tal, pode ser entendida como uma meta, como um objetivo de chegada que trata de assegurar que todos os sistemas agrários cumpram certos princípios básicos para a sustentabilidade. Vista sob esta ótica, a agricultura sustentável poderia ser alcançada através de distintas vias ou estilos, chamem-se agricultura ecológica, agroecológica, biológica, de baixos inputs, etc.

Uma das propostas para a transição de um modelo produtivista para uma forma de produção mais sustentável é a transição agroecológica. Com a urgência da construção de um novo modelo produtivo mais sustentável, a agroecologia assume posição de destaque e nasce como uma nova abordagem da agricultura que se fundamenta nos conhecimentos tradicionais e ecológicos com novo padrão técnico capaz de orientar um desenvolvimento rural sustentável (THEODORO *et al*, 2009).

Para Theodoro *et al* (2009), a agroecologia procura incorporar práticas sustentáveis adequadas a cada região, não obedecendo a um modelo pronto como o pacote tecnológico da modernização agrícola. Ela propõe também a apropriação social, incorporação coletiva e participativa dos agricultores, mantendo sua relação sociocultural, econômica e identidade local.

Com tamanha complexidade, a agroecologia tem se apresentado como um enfoque teórico que proporciona bases para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa e/ou sustentável. A transição agroecológica pode ser definida como um processo gradual de formas de manejo de um sistema convencional para outro sistema que incorpore princípios e métodos de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A sustentabilidade, assim como a agroecologia, não é algo estático, mas faz parte de um processo de busca permanente de estratégias de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo, tendo como condições:

- a) Ruptura das formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de reprodução sejam estas de natureza ecológica, socioeconômica e/ou política.
- b) Utilização daqueles recursos que permitam que os ciclos de materiais e energias existentes no agroecossistema sejam o mais parcimonioso possível.
- c) Utilização dos impactos benéficos que se derivam dos ambientes ecológico, econômico, social e político existente nos distintos níveis (desde a propriedade rural até a ‘sociedade maior’).
- d) Não alteração substantiva do meio ambiente quando tais mudanças, através da trama da vida, podem provocar transformações significativas nos fluxos de materiais e energia que permitem o funcionamento do ecossistema, o que significa a tolerância ou aceitação de condições biofísicas em muitos casos adversas.
- e) Estabelecimentos dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, para permitir a manutenção a longo prazo das capacidades produtivas dos agroecossistemas.
- f) Valorização, regeneração e ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem a qualidade de vida da população, definida desde sua própria identidade local.
- g) Estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma progressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançados por sua forma de ação social coletiva.
- h) Potenciação da biodiversidade, tanto biológica como sociocultural (SEVILLA GUZMÁN, 1999 apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004:86).

O desenvolvimento rural deve ir além das melhorias das condições de produção, englobando questões como educação, lazer, infraestrutura, acesso a terra, êxodo rural, empobrecimento do campo, entre outros. Isso significa conceber um desenvolvimento ligado à noção de sustentabilidade. O desenvolvimento rural sustentável (DRS) engloba o desenvolvimento dentro de uma perspectiva territorial a partir da integração das dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional com objetivo de promover o bem estar da população do campo. O DRS busca ainda a formulação de estratégias e política públicas que conduzam ao desenvolvimento territorial (SEPÚLVEDA, 2003 *apud* GASTAL, 2008).

No Brasil, as Organizações não Governamentais (ONGs) são precursoras na utilização do termo agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Inicialmente, a agricultura sustentável era vista somente como uma alternativa às tecnologias modernas. Esta visão ainda é utilizada por organismos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que propõe o uso de tecnologias adaptadas que conservem o meio ambiente, porém como condicionante da competitividade e da eficiência. Os organismos

oficiais têm buscado uma conceituação de desenvolvimento sustentável que seja aceita pela maioria dos agentes. No entanto, esses esforços não têm sido muito promissores. Também não há consenso a respeito das formas de crescimento sob o ponto de vista da sustentabilidade (ALMEIDA, 1997).

Por volta dos anos 2000, passou a ser mais discutido um modelo de desenvolvimento sustentável com a elaboração de projetos onde o território é uma unidade do DRS. O processo teve origem na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As propostas de desenvolvimento a partir dos territórios reconhece a diversidade dos territórios rurais que possuem diversas raízes, relações políticas e identidades que vão além de suas características naturais (OLIVEIRA, 2012).

Outras ações têm sido conduzidas pelo Governo Federal para o fortalecimento das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade. Em 2013, foi elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), durante a Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (CNDRSS), realizada pelo MDA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Entre os objetivos do plano está o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, a democratização do acesso a terra, entre outros (MDA, 2015).

No Distrito Federal ocorreu a I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do DF, em 2011, onde foram discutidos políticas e instrumentos relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais, acesso das mulheres a terra, geração de renda no meio rural, assistência técnica e extensão rural, ampliação de recursos para agricultura familiar, comércio justo, gestão social entre outras ações necessárias ao desenvolvimento rural sustentável (SILVA, 2012).

Em 2015, foi anunciado o aumento do apoio à agricultura familiar no Brasil. O Fundo Nacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) anunciou o aumento do apoio, com base nos resultados de programas que investem em gestão de água, produtividade, empoderamento dos beneficiários e envolvimento de mulheres, jovens e quilombolas em atividades de desenvolvimento. O FIDA financiou projetos desde 2008, com foco na transformação rural sustentável e inclusiva através da agricultura familiar (ONUBR, 2015).

Conforme salienta Assis (2006), o papel do Estado é de suma importância no processo de formulação de estratégias e políticas públicas que permitam implementar uma proposta de desenvolvimento rural sustentável. Primeiramente é preciso mudar o direcionamento, geralmente voltado para a agricultura patronal, e dar maior foco aos segmentos até então

marginalizados, como a agricultura familiar. Ademais, a proposta deve ser construída em um ambiente que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura.

Além disso, as necessidades dos grupos sociais devem ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, uma vez que o desenvolvimento sustentável deixa de ter uma direção única e linear, mas uma articulação de diferentes formas de organização e de demandas. Todas as ações devem ser baseadas nas instâncias locais com formas de controle social de modo a garantir autonomia das comunidades (ALMEIDA, 1997; ASSIS, 2006).

1.3 Modelos de assistência técnica e extensão rural

Segundo Castro (2003), o termo *extensão rural* denota um processo onde ocorre uma ação da fonte (profissionais, técnicos, administradores, instituição), que tem por objeto o outro (receptor) que recebe a ação, sobre o qual se descarrega o conteúdo que a fonte deseja transmitir. Primeiramente, a extensão pressupõe a intenção que se encontra na fonte, mas que não necessariamente se encontra no receptor (agricultor). Também é baseada na percepção de uma necessidade que está presente em quem realiza a extensão, mas muitas vezes não é percebida pelo receptor da ação, sendo assim o dever da fonte “ajudar” a essa população muitas vezes excluída e sem instrução.

Em muitos casos este poder se revela na intervenção na realidade do outro, mesmo que este outro não tenha solicitado tal intervenção. A fonte cria mecanismos de transmissão dos conhecimentos os quais consideram adequados de forma que o receptor se convença de que esta intervenção é o melhor para sua realidade.

Sintetizando os modelos ou paradigmas da extensão propostos por Castro (2003)⁹, pode-se dizer que os mesmos concebem de maneira diferente a ação do extensionista e a população beneficiada com os serviços de assistência técnica e extensão rural, ou seja, seus atores e receptores, assim como a relação que se estabelece entre ambos, conforme descrito a seguir.

⁹ Os três modelos propostos por Castro são proposições teóricas, podendo estar presente ou não nas empresas de ATER, de acordo com seu contexto estrutural, político, institucional, dentre outros fatores.

1.3.1 A extensão como participação

Concepção mais próxima da representação etimológica, a fonte possui informações que deseja compartilhar com quem tem interesse e acredita que estas podem ser universalmente compartilhadas. Nesse caso, não se apropriam do conhecimento e o reconhece como livre e acessível, sendo o papel da fonte o de intermediação.

Em relação ao conteúdo valorizado, a fonte o considera útil e capaz de melhorar de alguma forma a realidade de quem o recebe. Considera os receptores como autônomos, com capacidade de discernir o que é melhor para sua realidade, o que os permite optar pelas alternativas que consideram mais convenientes.

Em relação à atitude básica da extensão, trata-se de uma aliança onde se comunicam experiências e conhecimentos de interesse mútuo. A forma social pode ser individual ou projetos para amplos setores da população.

Tem caráter unidirecional, porém não enxerga o receptor como limitado, mas possuidor da capacidade de selecionar o que lhe convém, eliminando o caráter assistencial e messiânico. Não lhe interessa convencer ou persuadir, mas sim oferecer uma alternativa viável. Segundo Castro (2003:53): *Si tuviéramos que sintetizar con pocas palabras los estados de ánimo de los participantes, emplearíamos los términos alegría, regocijo, para la fuente, y contagio para los receptores.*

1.3.2 A extensão como serviço

Concepção que mais se aproxima do profissional liberal. Nesse paradigma a fonte se reconhece como portadora do conhecimento que carece o receptor. Esta modalidade tem um caráter de troca, onde o receptor busca solucionar seu problema e procura um especialista em busca da informação adequada. A fonte não é intermediária da situação, mas sim possuidora de uma resposta efetiva, sendo o receptor responsável em executá-la. O conteúdo é valorizado para ambas as partes e não é de interesse da fonte difundi-lo a todo mundo, mas somente aplicá-lo de maneira específica. É uma resposta técnica para solucionar problemas específicos.

A fonte estabelece uma relação diretamente proporcional com os receptores, quanto mais valorizados são, mais valorizarão os receptores. A atitude básica desta modalidade é uma

resposta dada a quem procura e que no mínimo deve por em prática o que lhe foi transmitido. Se os resultados não saírem como o esperado, considera-se que o receptor provavelmente tenha executado algo de maneira incorreta.

A forma social adotada é especializada, podendo ser individual ou grupal, com pouca improvisação e com aplicação de soluções certas e concretas. Tem um caráter unidirecional e assistencial do conhecimento. A fonte se limita a informar as soluções disponíveis para problemas específicos estabelecendo uma relação contratual onde ambas as partes estabelecem compromissos mútuos. O receptor é visto como um cliente, um usuário do serviço. A fonte não busca persuadir, mas se limita a informar as opções disponíveis. *Sintetizando los estados de ánimo, aplicaríamos los términos seriedad, competencia, para la fuente y confianza para los receptores (CASTRO, 2003:55).*

1.3.3 A extensão como intervenção

De acordo com Castro (2003), o modelo de extensão como intervenção é frequente nos organismos públicos. Neste caso, a fonte se divide na instituição e nos seus agentes. Além de ter o domínio das informações, acredita que suas bases científicas são incontestáveis, não estando disposta a discutir os conteúdos transmitidos.

Em relação aos receptores, existem os beneficiários diretos de suas ações, no caso os agricultores, e os beneficiários indiretos, como a sociedade em geral. Essa distinção é importante, pois a fonte se sente “obrigada” a lutar pelo bem estar comum e executar políticas de Estado, programas e propostas cujas verdades científicas são incontestáveis. O conteúdo transmitido é hipervalorizado e muitas vezes supera a importância dos membros da relação.

A ação extensionista se torna um imperativo categórico independente do que pense os receptores, sendo estes obrigados a ser persuadidos. Tem um caráter unidirecional, assistencial e messiânico. O “querer fazer algo” dos agentes se esbarra na realidade e muitas vezes causam desestímulos nos agentes que acreditam em sua “boa intenção”.

Ahora sí es posible hablar de intervención (ya no de asistencia ni de participación) y el agente es facilitador en cuanto la fuente o institución se convierten en el fundamento y origen de toda política y realización en el sector, a través de mensajes, como dijimos anteriormente, incuestionables. La fuente está convencida de la utilidad de sus orientaciones, entre otras razones, porque se asienta en experiencias desarrolladas con éxito en otros lugares (CASTRO:2003:56)

A atitude básica desse modelo se materializa em programas e projetos que devem ser executados e se por acaso, não alcançam os resultados alcançados, as responsabilidades são atribuídas às partes. Esta modalidade está intimamente relacionada com a lógica mercadológica, transformando a realidade numa dinâmica de transação reduzida a quantitativos sobre os quais são originados projetos do governo de curto, médio e longo prazo.

Sintetizando como lo hicimos en los casos anteriores, si tuviéramos que representar esta modalidad con pocas palabras, hablaríamos de deber y obligación para la fuente y de acatamiento para los receptores (CASTRO, 2003:57).

2 A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Neste capítulo será apresentada a revisão histórica da extensão rural, suas origens no mundo e no Brasil. As principais referências utilizadas são dos autores Caporal, Peixoto, Pettan, Mussoi e Rodrigues pelo detalhamento da história dos serviços de extensão rural e pela contribuição teórica que suas publicações têm para tema.

2.1 Antecedentes da Assistência Técnica e Extensão Rural

A extensão rural enquanto prática educativa para a transferência de informações técnicas na agropecuária apresentou características diversas ao longo da história da humanidade, com papéis determinados pelo modo de produção e desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com Caporal (1991) e dentro desta perspectiva histórica, pode-se inferir que o trabalho da extensão certamente foi desempenhado desde o Neolítico¹⁰, embora não fosse uma atividade sistematizada sob o rigor científico.

As mudanças ocorridas nas relações e sistemas de produção colaboraram para profundas transformações na sociedade. Com o domínio cada vez maior do homem sobre a natureza, as formas de produção foram caminhando da subsistência para troca e, posteriormente, para o modo de produção capitalista. A partir do XVI e início do século XVII, quando o capital começou a determinar de forma considerável as novas relações de produção, houve uma adaptação do extensionismo às exigências da nova realidade. (CAPORAL, 1991).

Possivelmente, o primeiro e moderno serviço de extensão agrícola ocorreu na Irlanda, durante o período conhecido como a “fome da batata”, no século XIX. Nesta época, o Estado já havia sido criado, a divisão de classes era bem clara e a concentração de terra e a

¹⁰ Segundo Caporal (1991), o aspecto revolucionário do Neolítico foi a introdução das práticas da agricultura e com ela a troca de informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso de utensílios de trabalho. Esse intercâmbio de informações seria uma semente das relações extensionistas.

propriedade privada haviam sido instituídas por meio dos “cercamentos dos campos”¹¹. Havia a predominância da empresa privada no ensino e na pesquisa agrícola na Inglaterra, evidenciando o caráter dominante do modo de produção capitalista. A partir do desenvolvimento das forças produtivas, deu-se início à separação do trabalho manual do intelectual, processo no qual o Estado assumiu o papel de mediador (CAPORAL, 1991).

Tal fato oportunizou o surgimento de categorias intermediárias, com papéis de mediadores e transmissores de informações técnicas da agricultura, ou seja, estavam estabelecidas as bases para o surgimento do profissional de extensão rural. Outros fatores foram necessários para a organização do trabalho de extensão rural, tais como: a sistematização de informações de práticas agrícolas, o acúmulo de experiências, estrutura organizacional adequada, apoio legislativo e mandato oficial com autorização para que os serviços ocorressem na incidência de situações críticas, como a fome, pragas, esgotamento do solo, entre outros (JONES; GARFORTH, 1997).

O uso da palavra extensão vem das universidades inglesas durante a segunda metade do século XIX. Inicialmente, os temas trabalhados eram literários e sociais, sendo que, somente por volta de 1890, foi despertado o interesse pelos assuntos agrícolas. O sucesso dessas atividades influenciaram outros lugares, especialmente os Estados Unidos (JONES; GARFORTH, 1997).

A Sociedade da Filadélfia, nos Estado Unidos, também é mencionada como uma das pioneiras nos registros da história da extensão rural. Nascida em 1785, por iniciativa dos próprios agricultores, assumiu a função de difundir informações entre seus membros e posteriormente para sociedade rural. Ao Japão também é dado o crédito às primeiras atividades da moderna extensão, em 1893. Depois seriam institucionalizados os serviços de extensão no Reino Unido (1946); Israel (1948); Índia (1952); Paquistão (1952); República Árabe Unida (1953); Holanda (1953); Nigéria (1954); Taiwan (1955) (CAPORAL, 1998:48).

Apesar dos diferentes vocábulos e usos do termo *extensão*, suas definições incluem, em geral, algumas dimensões em comum como a noção da ajuda, educação e comunicação. Tais noções fazem parte dos estudos tradicionais sobre o tema e normalmente trazem consigo uma determinada ideologia na medida em que se estabelece *o que se comunica e para quem se destina o serviço* (CAPORAL, 1998).

¹¹ Em sua obra “A grande transformação”, Karl Polany ressalta que o movimento da mercantilização da terra propiciou ao surgimento do capitalismo. Em toda Europa iniciou-se uma transformação na paisagem social com o cercamento das propriedades comunitárias e expulsão dos camponeses.

De tal modo, a extensão aparece definida como um programa informal e educacional destinado a ministrar e estender conhecimentos e habilidades que permitam aos agricultores e sua família adotarem melhores práticas na agricultura, produção animal, administração, atividades domésticas, entre outras (CAPORAL, 1998).

De acordo com Mussoi (1985), é importante distinguir dois momentos relevantes para extensão rural mundial. O primeiro momento ocorre com a formação espontânea de grupos de agricultores que se reúnem para discutir problemas em busca de alternativas e que posteriormente procuram pessoas especializadas (professores, técnicos, etc.) para maiores orientações. No segundo momento é onde acontece a institucionalização da extensão rural e sua introdução nos países em desenvolvimento.

No Brasil, os conceitos de extensão foram baseados nas definições estabelecidas nos Estados Unidos, sendo que desde sua origem estavam relacionados à atividade de educação informal, dirigida a homens, mulheres e jovens do meio rural com o objetivo de transferir conhecimentos por meio de uma metodologia de extensão. A própria Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) definia a extensão rural como um sistema educacional informal, não obrigatório e democrático que deveria atuar no sentido de levar aos agricultores conhecimentos e informações necessárias para a melhoria do seu nível de vida (CAPORAL, 1998).

Embora não haja uniformidade na definição e nos objetivos, a extensão rural pode ser considerada como uma instituição regida por normas e regras sancionadas em uma sociedade num dado momento histórico. Isso nos permite entender as mudanças ocorridas em diferentes épocas e lugares, condicionadas pelas exigências e necessidades do modo de produção dominante em dada formação social (CAPORAL, 1998).

Segundo Caporal (1998: 46), *“el extensionismo es una actividad históricamente subordinada a un determinado conjunto de relaciones de naturaliza económica, social, política y cultural, presentes y activos en una época específica, bajo un modo de producción dominante.*

Para Peixoto (2008: 7):

O termo extensão rural não é auto-explicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo e as mudanças conjunturais e particularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país.

O autor propõe a conceituação do termo extensão rural em três dimensões: como processo, como instituição e como política. A extensão como processo seria justamente o ato de estender, de transmitir informações de uma fonte geradora ao público final, ou seja, um processo educativo de conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, o termo difere de assistência técnica, já que esta não tem um caráter educativo, mas de solucionar problemas pontuais, como é o caso das empresas privadas produtoras de insumos e revendas agropecuárias.

A extensão como instituição refere-se às organizações estatais prestadoras do serviço de ATER e tem por objetivo desempenhar um processo de “desenvolvimento” junto às comunidades rurais. Já a extensão como política refere-se às políticas de extensão criadas pelos governos ao longo do tempo, executadas por instituições públicas e/ ou privadas (PEIXOTO, 2008).

Com a expansão das organizações de extensão, invariavelmente tornaram-se mais burocráticas, hierarquizadas e geridas por uma ou duas estruturas intermediárias entre os agentes de campo e a sede. Muitas críticas foram direcionadas a esta forma de gestão por ser uma abordagem “de cima para baixo”. A adoção desta estrutura organizacional é justificada para que sejam obtidos mais recursos e financiamentos por via estatal ou por meio de doações internacionais (JONES; GARFORTH, 1997).

2.2 Histórico do Extensionismo no Brasil

A passagem da agricultura tradicional para agricultura moderna foi largamente incentivada pelo Estado, primeiramente nos Estados Unidos e Europa e, posteriormente, disseminada entre os países em desenvolvimento (BIANCHINI, MEDEATS; 2015). Nesse período, o Estado cumpriu o papel fundamental na regulação capitalista e na modernização da agricultura, dando viabilidade por meio de programas governamentais¹² que garantiam crédito e assistência técnica necessária para implantação de novas tecnologias. (MACHADO, 2014).

¹² Ao decorrer das décadas de 1950 até 1980 ocorreu uma transformação radical da base tecnológica da produção agrícola. Isso ocorreu devido aos planos de desenvolvimento do governo via financiamentos agrícolas, estímulo a produtividade, acesso a maquinário e insumos, crédito subsidiado, garantia de preços mínimos e fomento a pesquisa. Entre os programas governamentais implementados na época pode-se citar: Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social; Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) o I Plano Nacional de

Denominada “modernização conservadora”, o processo de modernização rural no Brasil possibilitou a subordinação da agricultura às necessidades de acumulação do capital, sem alterar previamente a estrutura fundiária. As políticas e programas de governo tiveram um papel fundamental neste processo e as diretrizes adotadas foram compatíveis com a política de desenvolvimento econômico nacional (PETTAN, 2010; MUSSOI, 2011).

A prioridade era a adoção de um modelo orientado para o aumento da produtividade, por meio de mudanças na base genética das espécies de plantas, juntamente com o uso de fertilizantes, agrotóxicos e da mecanização. Para viabilizar a modernização, o Estado organizou e expandiu as agências de pesquisa e extensão para que atuassem como facilitadoras da difusão desse modelo de produção (MUSSOI, 2011).

O caráter institucional do extensionismo no Brasil estava notoriamente ligado à dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina no período pós-guerra. Ou seja, a introdução da extensão rural no Brasil esteve relacionada à política e à ideologia norte-americana. Uma das justificativas era oferecer alternativas de desenvolvimento para superação do atraso na agricultura nos chamados “países subdesenvolvidos” (CAPORAL, 1991).

Nos anos 1940, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) propunha como solução para superação do atraso a adoção do nacional-desenvolvimentismo por meio da implementação de uma política de desenvolvimento industrial. Tal incentivo abriu caminho para introdução de um serviço de Estado com fins de “educação” para que a população rural modernizasse suas atividades agrícolas e unidades familiares. Essa educação e modernização dos “atrasados” foram um dos elementos ideológicos mais evidentes da prática extensionista, traduzida no princípio de *aprender a fazer*, úteis ao desenvolvimento do capitalismo no campo (CAPORAL, 1991; 1998).

Nelson Rockefeller se destaca como um dos aliados na introdução dos serviços de ATER no Brasil. Os entendimentos com o Governo mineiro, em 1948, conduziram à assinatura do convênio, entre o Governo de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana (AIA). A partir de 1949, teve início o funcionamento da ACAR-MG, com base nas experiências do serviço cooperativo de extensão e das práticas extensionistas dos *Land Grand Colleges* e das políticas de intervenção chamadas *Farm and Home Administration*. (OLIVEIRA, 2012; CAPORAL, 1998).

A criação da ACAR-MG deu base para a criação das demais associações em cada estado. Conforme apresentado no quadro abaixo, vinte três associações foram criadas até 1974, formando o sistema brasileiro de extensão rural.

Quadro 03: Evolução do Sistema brasileiro de extensão rural.

ANO	LOCALIDADE
1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE,PE,BA)
1955	ASCAR-RS,ANCAR (RN, PB)
1956	ABCAR, ACARESC
1957	ACAR-ES
1958	ACAR-RJ
1959	ACAR-GO, ACARPA
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, a primeira em SE.
1963	ANCARs: autonomia de RN, AL, MA, BA.
1964	ANCARs: autonomia de PE, PB, CE.
1965	ACAR- Pará, ACAR-MT
1966	ANCAR-PI. ACAR-AM
1967	ACAR-DF
1968	ACAR-AC
1971	ACAR-RO
1972	ACAR-PR
1974	ACAR-AP

Fonte: PEIXOTO (2008)

Entidade sem fins lucrativos, a AIA desempenhou um papel importante no desenvolvimento da extensão rural. Seu objetivo principal era o de atender e auxiliar os pequenos produtores a contribuir na produção agropecuária e proporcionar benefícios às comunidades rurais através do uso do crédito rural (OLIVEIRA, 2012).

Há pelo menos quatro iniciativas ligadas a AIA, no que se refere ao desenvolvimento rural no Brasil: *o assentamento maciço dos nordestinos no Planalto Central, proposta de colonização para Jaíba, a diversificação produtiva da região de Campos, no estado do Rio de Janeiro e a colonização associada com o Grupo Antunes no Amapá* (OLIVEIRA, 1999:12).

A institucionalização efetiva dos serviços de ATER no país através das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) culminou na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo. Vale ressaltar que o início da extensão rural no Brasil coincidiu com o período de introdução das tecnologias baseadas na Revolução Verde (FONSECA, 1985, MUSSIOI, 1985).

Até o momento de sua implantação, o termo utilizado para designar as atividades de extensão era ajuda técnica e financeira. O termo extensão rural passou a ser utilizado

largamente, a partir de 1952, nos cursos de formação de extensionistas promovidos pela Universidade de Viçosa (CAPORAL, 1998).

Para coordenar as atividades das ACARs, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), expandindo as atividades em nível nacional. Os objetivos das ACARs eram os mesmos do modelo clássico americano: melhorar as condições de vida no campo, atuando nas unidades familiares de modo a convencer os agricultores a promover mudanças no modo tradicional de vida com vistas à adoção de métodos mais modernos (PETTAN, 2010).

Segundo Caporal (1998):

Este modelo de extensión rural nació con el propósito de “educar” para la asistencia técnica, o sea, preparar la gente del campo para el proceso de introducción de los progresos técnicos en la agricultura. Utilizándose de diferentes estrategias y métodos de comunicación y difusión, la extensión rural contribuyó decisivamente para llevar gran parte de la agricultura tradicional a realizar cambios y subordinarse al modelo de desarrollo urbano-industrial (CAPORAL, 1998: 66)

No período de difusão das empresas afiliadas à ABCAR foram criados centros de pesquisa e capacitação regionais, surgindo o CETRENO (Nordeste), CETREISUL (Rio Grande do Sul) e CETRE (Florianópolis). O processo de capacitação consistia na reprodução de um conjunto de conhecimentos sobre ensino e aprendizagem, relações na comunidade, liderança e políticas públicas para agricultura, em especial o crédito rural. Com o passar do tempo, o extensionismo se transformou em uma atividade voltada para a execução das políticas de Estado (CAPORAL, 1998).

Se inicialmente a extensão rural estava voltada para o desenvolvimento comunitário e para resolução dos programas locais, ao longo dos anos pode-se perceber uma gradual mudança de objetivos com fins modernizadores. Para Mussoi (2011:13): *“Se puede argumentar que se trataba de un procedimiento estratégico con miras a una “preparación” para la introducción de la Revolución Verde como un proceso de “modernización de la agricultura.”* A vinculação do crédito com os serviços de ATER constituiu-se em uma nova experiência de extensão (PETTAN, 2010). Segundo Peixoto (2009):

A orientação aos produtores para o padrão tecnológico preconizado pela Revolução Verde era assegurada pelos projetos técnicos elaborados pelos serviços de extensão rural pública ou de assistência técnica particular, exigidos pelos bancos para a contratação dos empréstimos (PEIXOTO, 2009: 12).

2.3 A extensão como instituição estatal

Na medida em que ocorreu a verticalização dos serviços de ATER houve o afastamento das agências norte-americanas, cedendo espaço aos investimentos estatais. Isso acarretou no distanciamento do ideário original da extensão que paulatinamente foi adotando o projeto do Estado (PETTAN, 2010).

A década de 1960 marcou o declínio Associação Internacional Americana (AIA) junto à extensão rural que desde então era apoiada por programas de ajuda do governo norte-americano. A entidade não concordava com as intenções do ministro da agricultura da época em submeter à suas ordens o comando dos serviços de extensão, mais especificamente o controle da associação de crédito rural da AIA. Em 1968, a AIA encerra suas operações no país. (OLIVEIRA, 1998).

Neste período a responsabilidade legal das atividades de extensão rural foi transferida para Ministério da Agricultura por meio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), no entanto, o órgão não obteve sucesso na execução de suas atividades. Em consequência destas dificuldades o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) foi estatizado, criando em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Para solucionar os problemas de articulação entre o sistema de ATER e a pesquisa agropecuária foi promovida a integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹³. Com características mais claras, a EMBRATER torna-se “braço forte” do Estado empenhado em modernizar o meio rural, mesmo que de forma excludente (OLIVEIRA, 1998; PEIXOTO, 2009; CAPORAL, 1991).

Criada durante o Governo Militar, a EMBRATER tinha por objetivo atender de forma rápida e eficiente a necessidade de informação tecnológica, além de ser instrumento para execução de programas integrados com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade da agricultura. A partir de 1974, surgem as Empresas Brasileiras de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres), coordenadas pela EMBRATER e vinculadas ao Ministério da Agricultura. As Emateres foram criadas como empresas públicas segundo um modelo padrão, incorporando os recursos e servidores das ACARs (CAPORAL, 1998; SILVA, 2010).

13 Para solucionar os problemas advindos do modelo tecnicista, em 1972, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Enquanto a Embrapa produzia a tecnologia, as agências de assistência técnica faziam a difusão entre os produtores que tinham condições econômicas para aderir os novos pacotes (SILVA, 2010).

Com a criação dos sistemas integrados de pesquisa e extensão é possível perceber que essas organizações se tornaram mais complexas, uma vez que o modelo de agricultura necessitava de mais especialização. Nesse período, a lógica era a superioridade do conhecimento científico gerado pelos centros de pesquisa e transmitido pelos serviços de assistência técnica. A estreita relação com o Ministério de Agricultura dava a EMBRATER certa autoridade na formulação de programas alinhados ao projeto de desenvolvimento e políticas de modernização (MUSSOI, 2011).

Para Mussoi (2011:16):

En este modelo, la extensión debe cumplir su función, ahora más clara y definitiva, de "puente" entre la investigación agrícola y los agricultores (ahora un grupo bien definido y —seleccionado/elitizado), con el apoyo de créditos agrícolas altamente subsidiados.

A estrutura organizativa da extensão rural era centralizada e atuava dentro da lógica de controle e supervisão dos programas a fim de garantir êxito em sua implementação. Os chamados conselhos de desenvolvimento se reuniam uma ou duas vezes por ano para aprovar os planos apresentados pelas instituições de extensão. O sentido “descendente” da política dava-se de forma autoritária e sem a participação da população (MUSSOI, 2011).

A criação da empresa em nível nacional consolidou a intervenção estatal nas atividades de extensão e delimitou claramente a preferência de sua clientela: os médios e grandes agricultores. Os agricultores com menores condições ficaram confinados aos projetos ditos sociais, enquanto paulatinamente ocorria a expansão de projetos agropecuários. Rodrigues (1994: 207) relata que:

(...) a preocupação obsessiva com a modernização da base técnica da agricultura teve como reflexos, na extensão rural, uma seletividade de seus programas, objetivos e metas (...) caracterizados pelo produtivismo, em detrimento das ações de orientação humanista.

2.4 As diferentes fases da extensão rural no Brasil

Segundo o Rodrigues (1994), até o final dos anos 1980, a trajetória da extensão rural pode ser dividida em três momentos distintos: 1) humano assistencialista, 2) difusionismo produtivista e 3) humanismo crítico. A primeira fase, compreendida entre 1948 a 1960, caracterizou-se pela ideia de extensão como uma modalidade informal de educação voltada a

agricultores, donas de casa e jovens rurais. A postura humanista deste período estaria caracterizada pela preocupação com a melhoria das condições de vida da população rural, através da aceitação de novas ideias, renovação de hábitos e atitudes e uso do crédito rural para dar suporte à administração da propriedade e do lar (RODRIGUES, 1997).

À medida que o Estado idealizava a necessidade de modernização da agricultura, a extensão rural foi solicitada a se pautar nos planos governamentais através da difusão de tecnologias atrelada ao uso de crédito rural. Nesse período, de 1963 a 1984, iniciou-se a segunda fase da extensão, o difusionismo produtivista, podendo ser identificado claramente quando o número de contratos com crédito rural orientado superou as orientações de crédito supervisionado. É nesta fase que proliferaram as unidades locais especializadas e os objetivos nacionais dos planos governamentais prevaleciam sobre o missionarismo inicial da ação extensionista. Os objetivos nacionais foram consolidados com a criação da EMBRATER e com expansão do sistema operacional de extensão rural no país (RODRIGUES, 1997).

Segundo Pettan (2010:135):

As metas setoriais para a agricultura prescreviam uma profunda alteração da base técnica da agricultura baseada nos princípios da “Revolução Verde” que induzem à incorporação de tecnologia de uso intensivo de capital. Nesse particular, destacava-se o desenvolvimento tecnológico pela intensificação do uso de “insumos modernos”, da mecanização agrícola, de um novo programa de pesquisa e experimentação agropecuária e fortalecimento dos sistemas nacionais de crédito e Extensão Rural.

A crise econômica que abateu o país, na década de 1980, decretou o esgotamento da orientação produtivista da extensão, cogitando-se o retorno da orientação humanista de assistência. É nesta fase, de 1985 a 1989, que tem início o terceiro e último período, o humanismo crítico, caracterizado pela promoção humana, dentro de uma perspectiva libertadora, onde o pequeno agricultor deveria problematizar a sua realidade.

Em 1985, a EMBRATER passou a ser dirigida por Romeu Padilha Figueiredo, seguidor de Paulo Freire. Conhecido como um dos críticos da extensão rural, ele reafirmou a mudança do paradigma produtivista rumo ao humanismo crítico, com vias mais participativas e orientadas aos pequenos e médios agricultores. Tal fato consolidou a mudança de rumos da extensão no país. A partir de então teve início um “repensar” nas atividades de ATER, direcionando críticas ao método difusionista e aos pacotes da Revolução Verde e resgatando a prioridade de atendimento aos agricultores marginalizados (PETTAN, 2010).

Essa atitude causou muitos conflitos para os extensionistas, uma vez que os princípios humanistas não eram consensuais entre os agentes que nas últimas décadas, tiveram suas ações pautadas pela orientação produtivista. Além da resistência, outros fatores atentaram

contra a implantação do período humanista tais como as mudanças de rumo da nova república, a resistência interna de setores fortalecidos e as ameaças de extinção da extensão como serviço público no país. De fato a orientação humanista fora apenas esboçada. (RODRIGUES, 1997).

A associação das políticas de crédito e de pesquisa com o serviço de assistência técnica e extensão rural teve um papel fundamental na difusão de novas tecnologias e na promoção da modernização da agricultura brasileira. Porém, diversos estudos¹⁴ apontam que esse processo de modernização agrícola foi excludente e concentrador, focado principalmente na região Centro-Sul, voltado para produtores com maiores condições financeiras e para culturas de exportação (PEIXOTO, 2009).

A própria EMBRATER (1990) *apud* Caporal (1991), em seus últimos documentos, afirmou que a forma que ocorreu o processo de modernização e a rápida expansão das fronteiras agrícolas acarretaram consequências negativas, tais como: a ocupação desordenada do espaço rural; concentração de terra; alteração profunda da base técnica da produção; êxodo rural; assalariamento da força de trabalho agrícola; dependência da produção agrícola ao mercado internacional.

Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos do processo de extensão convencional. Em seu livro *Extensão ou comunicação*, propôs que os serviços de ATER se pautassem na relação dialógica¹⁵ entre o agricultor e o extensionista com troca de saberes e adequação a realidade local. Criticou o papel do extensionista, cujo objetivo era fazer com que a comunidade substituísse seus conhecimentos pelas informações fornecidas pelos agentes de forma a negar ao homem sua construção como sujeito transformador da própria realidade.

Durante a década de 1980, a extensão rural pública foi atingida pela crise fiscal e sua capacidade de atuação foi cada vez mais restringida pelos limites orçamentários impostos. Outros fatores influenciaram a crise dos serviços de ATER. A ideia de inutilidade dos serviços de assistência técnica aos interesses do agronegócio, o reduzido recurso financeiro disponível pra obtenção de crédito, a influência do neoliberalismo (intervenção mínima do Estado) e a defesa da contenção de gastos públicos fez com que os serviços de extensão rural estatal fossem considerados prescindíveis (PEIXOTO, 2008; 2009).

¹⁴ Algumas bibliografias indicadas: PEIXOTO (2009); OLIVEIRA (2012); ANDRADE; GAMINI (2007); MACHADO (2014); SILVEIRA; BALEM (2004). MARTINE (1991); KAGEYAMA (1987).

¹⁵ Ainda segundo Freire (1983), o caminho correto para se alcançar o verdadeiro humanismo é através da dialogicidade, vivenciando o diálogo sem invasão cultural e manipulação.

Em 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, a EMBRATER foi extinta e a extensão rural foi desarticulada, resultando em um grande desmonte dos serviços das ATERs públicas estaduais. Todas as 27 organizações estaduais afiliadas, conhecidas como Emateres entraram em um período de crise e o que era um sistema articulado nacionalmente foi esfacelado, levando cada estado a adotar caminhos que lhe parecessem adequados. Este período ficou conhecido como o sucateamento da extensão rural (CAPORAL, 2009).

Nos anos subsequentes, houve a desorganização do sistema oficial de extensão. Algumas tentativas de restaurar o sistema foram feitas ao longo da década de 1990, como a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 1993, porém sua ação foi limitada devido à restrição de recursos financeiros e a pouca representação política do setor na época (PEIXOTO, 2008).

A história da extensão rural no Brasil nos mostra que embora tenha havido propostas de mudança, os serviços de ATER não foram alterados em seus eixos centrais de educar o homem para interiorização das tecnologias (CAPORAL, 1991).

Os impactos do modelo convencional de agricultura, largamente difundido pela assistência técnica, apontam para a necessidade da construção de um modelo produtivo mais sustentável e menos agressivo ao meio ambiente. Dentro dessa ótica, o modelo deve ser inserido num padrão de desenvolvimento que busque a manutenção das populações ao longo do tempo, de forma equitativa e equilibrada com os recursos naturais, além de promover a manutenção social e cultural local (SILVEIRA; BALEM, 2004).

3 A EXTENSÃO RURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Neste capítulo será revisado brevemente os antecedentes históricos até a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o conteúdo da Lei 12.1888 que institui a PNATER e o Programa Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), suas diretrizes e primeiras ações de implementação. Por último serão apresentados os principais desafios para efetivação da política de acordo com estudos feitos em diversas regiões do país e com os principais pesquisadores da área.

3.1 Antecedentes para criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Durante a década de 1980, pela primeira vez nos planos governamentais, foram consideradas as dimensões sociais e ambientais. Avaliados os resultados dos primeiros planos de governo pode-se constatar que os benefícios da Revolução Verde não alcançaram os agricultores menos capitalizados. Buscando suprir esta lacuna, os serviços de ATER foram reorientados para os pequenos e médios produtores, deixando a cargo das empresas privadas os grandes produtores. A EMBRATER retomou a orientação de melhoria da qualidade de vida e de bem estar das famílias, redefiniu seu público alvo e incluiu o uso racional dos recursos naturais em suas diretrizes (PETTAN, 2010).

No início da década de 1990, como já mencionado, a extinção da EMBRATER levou a crise dos serviços de extensão, o que culminou na extinção de diversas instituições de ATER em vários estados. Esse episódio de privação dos serviços prejudicou principalmente o segmento da agricultura familiar que em falta do serviço gratuito não tinha como acessá-lo. (OLIVEIRA, 2012).

No cerne desse processo, movimentos sociais começaram pressionar o Estado na retomada dos serviços de extensão rural aos agricultores marginalizados. Observa-se uma importante participação da sociedade civil organizada, tais como: organizações de base das

igrejas; Organizações Não Governamentais (ONGs); trabalhadores rurais; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); entre outros movimentos sociais do campo. Além disso, ocorreram eventos importantes ¹⁶ onde foram apresentadas duras críticas ao modelo de extensão vigente e foram feitas propostas de resgate da dívida social para com os produtores excluídos do processo de modernização da agricultura (PETTAN, 2010).

Esse período foi marcado por intensos debates a respeito da Lei Agrícola e os movimentos sociais e trabalhadores rurais se tornaram importantes atores na discussão sobre o tema. O crescimento dos estudos sobre agricultura familiar e reforma agrária nortearam a formulação de políticas públicas voltadas a esse segmento, sendo a primeira e mais significativa, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado 1996 (PETTAN, 2010).

A primeira versão do Pronaf foi criada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e fornecia crédito de investimento e custeio a agricultores familiares. Juntamente com a consolidação do Pronaf, os movimentos sociais passaram a exigir um serviço de ATER público. O reconhecimento real da importância estratégica da agricultura familiar pela extensão pública ocorreu durante o *Seminário Nacional: Agricultura Familiar e Extensão Rural em debate*, ocorrido em 1995, onde se discutiu a necessidade de um novo desenvolvimento rural, o fortalecimento da agricultura familiar e um novo papel para extensão (PETTAN, 2010).

Em 1997, realizou-se Seminário nacional sobre ATER, onde surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de ATER pública, descentralizada, pluralista, autônomo e gratuito, com princípios contrários a extensão tradicional. A proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável e a exclusividade para a agricultura familiar (PEIXOTO, 2008).

Desde seu surgimento, os serviços de ATER passaram por diversas orientações políticas, concepções, missões, público preferencial, capacidade operacional, além de constantes crises e redefinições. A percepção dos limites e ineficiências e a inoperância do formato convencional de extensão proporcionaram o surgimento de diversas críticas que pressionaram mudanças estruturais nas ações governamentais. Uma mudança importante, ocorrida no ano 2003, foi à transferência da competência da extensão rural do Ministério da

¹⁶ Jornadas Nacionais de Luta (primeira metade da década de noventa); Seminário Nacional: Agricultura Familiar e Extensão Rural em debate (1995); I e II Grito da Terra Brasil (1995,1996); Seminário Nacional de ATER (1997).

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (DIAS, 2007).

A mudança para uma instituição vinculada à agricultura familiar significou uma aposta em um sistema de extensão diferenciado do existente nos últimos 50 anos. Para orientar a reconstrução das atividades de ATER enquanto política pública, houve um amplo processo de discursão com a sociedade civil para que se estabelecessem as bases para compor a nova política (DUARTE, SILIPRANDI; 2006).

Para Mussoi (2011):

Los movimientos sociales y sindicatos de agricultores y empleados de la Extensión Rural, las instituciones públicas, organizaciones no gubernamentales, dirigentes políticos, por ejemplo, se han movilizado con el fin de buscar una forma más apropiada de Extensión Rural a los nuevos tiempos. Esta acumulación de experiencias y luchas de las últimas décadas se ha percibido y sistematizado por el gobierno nacional que se ha implantado en 2003, con el objetivo principal de rescatar a esta importante política pública (MUSSOI, 2011:21).

Paralelamente, foi implementada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) por meio de um processo participativo de discussão e consulta à sociedade, tomando por base as reivindicações da agricultura familiar e dos profissionais de extensão apresentadas em seminários nacionais e estaduais. A partir de então, iniciou-se a recomposição nacional do serviço de extensão rural pública (CAPORAL, 2006).

A acumulação de experiências e debates com diversos setores da sociedade foi essencial para o resgate da extensão e para busca de novos princípios que superassem os problemas ocorridos no passado. Para isso, foram propostas novas matrizes produtivas e pedagógicas (MUSSOI, 2011).

3.2 Lei 12.188: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

A Lei de 12.188, conhecida como Lei de Ater, sancionada em 2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural juntamente com o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) e definiu os princípios e os objetivos dos serviços de ATER (PETTAN, 2010).

A PNATER foi estabelecida de forma sistêmica através da articulação de recursos financeiros e humanos a partir de parcerias com o intuito de desenvolver e fortalecer a

agricultura familiar em todo o território nacional. Entre seus pilares fundamentais destaca-se o respeito à pluralidade e a diversidade presente no campo, incluindo os enfoques de gênero, geração, raça e etnia. Mais precisamente, em seu documento oficial, a PNATER estabelece cinco princípios:

I-Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;

II- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;

III- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;

IV- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;

V- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (MDA, 2004:7).

Baseados nesses princípios, o objetivo geral da nova ATER é:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (MDA, 2004: 9).

E sua missão é:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004:9).

A nova ATER se define como crítica aos resultados negativos da Revolução Verde, baseado no difusionismo e aponta para possibilidade de maior participação e controle social. Com intuito de romper com a lógica difusionista, a política de extensão rural propõe uma nova abordagem e destaca um novo perfil dos extensionistas que deverão trabalhar de forma mais participativa. A política se mostra inovadora em vários sentidos, principalmente porque

propõe mudanças em princípios já enraizados pelas instituições de ATER. (DUARTE, SILIPRANDI, 2006; FAVERO, SARRIERA; 2009).

Fundamentada nas crises econômicas e socioambientais geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento, a PNATER recomenda uma “*clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde*” e propõe que sejam substituídos por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico (MDA, 2004:5).

Segundo Dias (2007), os princípios da política evidenciam as intenções de mudança. Primeiramente é definido um público como prioritário (agricultura familiar) que deve ser atendido de forma gratuita e de qualidade. Há uma clara orientação rumo à sustentabilidade e ao uso de métodos de intervenção mais participativos. Além disso, há o reconhecimento da pluralidade dos agentes que trabalham com ATER, caracterizando-a como uma política pública multicêntrica. Esta é uma das diferenças significativas em relação às ações do Estado à extensão rural em períodos anteriores (RAMBO, 2015).

O instrumento de execução da política é o PRONATER que tem por objetivo principal organizar e executar os serviços de ATER de acordo com os recursos disponíveis. Os serviços de ATER passam a ser contratados por meio de chamadas públicas realizadas pelo MDA e pelo INCRA e organiza-se na forma de um sistema descentralizado. As entidades participantes podem ser estatais e não estatais desde que atendam as exigências mínimas estabelecidas na política (MDA, 2004).

São ações programáticas no PRONATER:

- a) formar agentes de Ater (quadros técnicos, agricultores familiares e agentes de desenvolvimento);
- b) apoiar a transição agroecológica; monitorar e avaliar a Pnater;
- c) qualificar o uso do crédito rural do Pronaf;
- d) apoiar a execução de programas estaduais de Ater;
- e) credenciar as entidades de Ater;
- f) garantir a prestação dos serviços de Ater para públicos específicos (extrativistas; indígenas; quilombolas; mulheres; pescadores artesanais e aqüicultores; beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Jovens Rurais) (PETTAN, 2010: 96).

As instituições devem ter como natureza principal de suas atividades a relação permanente com os agricultores familiares e demais públicos incluídos na política e devem desenvolver ações que promovam o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. A partir desta referência estão compreendidas como entidades, instituições ou organizações que podem participar do sistema descentralizado de ATER:

- 1) As instituições públicas estatais de Ater (municipais, estaduais e federais);
- 2) As empresas de Ater vinculadas ou conveniadas com o setor público;
- 3) As de serviços de Extensão Pesqueira;
- 4) As organizações dos agricultores familiares que atuam em

Ater; 5) As organizações não-governamentais que atuam em Ater; 6) As cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de Ater; 7) Estabelecimentos de ensino que executam atividades de Ater na sua área geoeducacional; 8) As CFR (Casas Familiares Rurais), EFA (Escolas Família Agrícola) e outras entidades que atuem com a Pedagogia da Alternância e que executam atividades de Ater; 9) Redes e consórcios que tenham atividades de Ater e 10) Outras que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política.(PETTAN, 2010: 92)

O PRONATER ressalta a necessidade de um novo perfil das instituições prestadoras dos serviços de extensão de modo que estas consigam executar os princípios estabelecidos na política.

Os beneficiários da PNATER são: a) as categorias compreendidas no conceito de agricultura familiar, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores e demais beneficiários da lei 11.326 de 2006¹⁷; b) os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2010).

O primeiro passo para implementar a PNATER foi sua divulgação através da realização de seminários em diversos estados. Também foram oferecidas capacitações e formações dos agentes de extensão rural, incluindo temas que fazem parte dos princípios da política, como agroecologia, metodologias participativas, relações de gênero, entre outros (PAIVA, 2012).

Segundo Duarte e Siliprandi (2006:3), para a consolidação da PNATER, o DATER e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) empreenderam três grandes ações:

1) A reconstrução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar (CONDRAF) e, dentro dele, do Comitê Nacional de ATER, com uma participação ampliada de vários setores representativos dos agricultores familiares; 2) o financiamento a instituições estatais de ATER, mediante a apresentação de projetos; e financiamento de ações de capacitação junto aos públicos beneficiários, dirigidos para instituições não estatais (organizações não-governamentais, cooperativas, instituições de ensino e outras); 3) e ações diretas de capacitação de técnicos de instituições estatais e não estatais, em todo o Brasil, para a divulgação, discussão e assimilação das novas orientações.

¹⁷ Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura familiar e Empreendimentos rurais familiares considera como agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural e atende aos seguintes requisitos: 1) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são beneficiários desta lei: 1) silvicultores; 2) aquícultores ;3) extrativistas excluídos os garimpeiros e fiscoadores; 4) pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.5) povos indígenas; 6) integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

O processo da implementação da política também veio acompanhado do estabelecimento de parcerias com entidades de ATER e com instituições envolvidas na capacitação de agricultores familiares. Outra ação importante foi à realização de oficinas com cerca de 270 extensionistas para que estes pudessem ser multiplicadores das bases conceituais da política em seus estados. Também foram feitas alianças com universidades e instituições de ensino visando à qualificação de estudantes para que possam atuar junto com as entidades de ATER (CAPORAL, 2006).

Os recursos para financiamento da rede de ATER são oriundos de fundos federais, estaduais e municipais. Em termos gerais, a nível federal, os recursos repassados as instituições ocorreram de forma crescente, como indica o quadro abaixo:

Quadro 04: Recursos federais para ATER de 2003 a 2010

ANO	RECURSOS (MILHÕES DE REAIS)
2003	42
2004	99
2005	177
2006	210
2007	264
2008	301
2009	482
2010	626

Fonte: MUSSOI (2011)

No estudo realizado por Pettan (2010), os valores diferem um pouco da tese de Mussoi. Segundo o autor, em termos de recursos financeiros alocados para a implementação da PNATER, entre 2004 e 2009, foram aplicados aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em todo o território nacional, iniciando com R\$ 34,3 milhões e chegando em 2009 à quantia de R\$ 734 milhões. Dentre as regiões brasileiras, o nordeste foi a que recebeu o maior volume de recursos, seguido pelo centro-oeste, sul, sudeste e norte.

Embora tenha tido investimentos por parte do Governo Federal, o grande questionamento é se há intenções claras de ruptura com o histórico difusionista da extensão. Boa parte dos trabalhos relativos à extensão rural afirma que a extensão convencional segue atuando de forma difusionista, baseada no produtivismo, utilizando metodologias obsoletas que não primam pelo diálogo e construção do saber, como veremos a seguir.

3.3 Desafios para implementação da PNATER

Ao longo de três décadas a modernização da agricultura propiciou o aumento da produtividade, ocupação de terras consideradas “impróprias” para o plantio, diversificação na balança comercial, entre outros avanços. Porém, esse processo não ocorreu de forma homogênea, privilegiando apenas uma parcela de agricultores e os estados mais ricos, sem alterar a estrutura agrária do país (GONÇALVES NETO, 1997 *apud* RAMBO *et al*, 2015).

De acordo com o histórico da ATER no Brasil pode-se dizer que a assistência técnica voltada para a difusão de pacotes tecnológicos com finalidade de aumentar a produção e produtividade foi prioridade em detrimento da extensão rural. A ATER se distanciou do processo educativo humanizador¹⁸ e deu foco a inserção do agricultor na dinâmica da economia de mercado (SOUZA, 2011).

Os objetivos da extensão rural alcançaram sucesso na disseminação de técnicas produtivas, porém colaborou na geração de externalidades sociais e ambientais negativas. Assim, a partir das décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de críticas direcionadas ao modelo de produção convencional, a extensão rural se torna objeto de contestação, fazendo-se necessária sua reformulação (BALEM *et al*, 2009).

Neste sentido, diversos estudos¹⁹ sobre a trajetória da extensão rural no Brasil evidenciam que o Estado, através de seus programas e projetos de desenvolvimento rural, contribuiu para acumulação seletiva do capital, em resposta aos modelos dominantes. Essa forma de modernização gerou efeitos negativos como, exclusão social e econômica, além dos efeitos insustentáveis para o meio ambiente.

A discussão sobre a necessidade de mudança da ação extensionista não é recente. Desde a década de 1980, se discute a mudança de orientação da ação dos agentes de ATER. A questão da participação já era discutida por analistas de projetos de desenvolvimento rural do Banco Mundial e em alguns estados brasileiros já havia a iniciativa de mudança desde a década de 1990. O que se pode verificar é que houve um conjunto de iniciativas rumo à mudança de orientação da extensão rural nos últimos anos (DIESEL; NEUMANN; GARCIA, 2007).

¹⁸ Para Freire a prática pedagógica pode ser um caminho desencadeador de um processo humanizador onde a participação dos oprimidos (no caso do campo, os agricultores) se dê na reflexão crítica da própria realidade.

¹⁹ FONSECA (1985); OLIVEIRA (1987); CAPORAL (1991); CAPORAL (1998); MUSSOI (2011); OLIVEIRA (1999).

Propondo romper com lógica conservadora desenvolvimentista de caráter prioritariamente econômico, a PNATER propõe um novo modelo de participação e democratização nos serviços com o uso de metodologias e ações mais compatíveis com as realidades e modo de vida da agricultura familiar. Segundo Lusa (2013: 122) “*a proposta é estabelecer uma parceria entre conhecimento científico e senso comum, entre o técnico e o usuário da política, onde um irá complementar o outro, havendo uma produção coletiva de conhecimento*”.

A PNATER tem como intuito nortear as ações do Governo Federal, direcionadas para reorganizar e fortalecer os serviços de ATER no país, além de ser um referencial teórico da extensão para os Estados (BERTOLDO, 2009).

A implementação da PNATER tem se deparado com alguns impasses que dificultam sua efetivação, uma vez que sua orientação propõe mudanças em toda estrutura convencional, metodologias e perfis para as instituições e para os próprios extensionistas. Isso resulta tanto em acréscimos no aprendizado para os agricultores, quanto para os profissionais extensão rural (LUSA, 2013).

Anos após a criação da política se verifica que:

O modelo predominante em ATER ainda é convencional, ou seja, assistência técnica voltada ao cunho mercadológico e difusionista. A alternativa a esse método foi e segue sendo pauta de política pública justificada na adoção da PNATER, porém, o que se verifica é que tanto as instituições de ensino quanto as instituições de pesquisa e extensão ainda não adotaram na plenitude as diretrizes anunciadas pela NOVATER. (BERTOLDO *et al*, 2009).

Tal fato não surpreende, pois a política é uma intenção de governo e não necessariamente será bem aceita pelas instituições, além do mais, há que se considerar que todo órgão possui sua cultura institucional que resiste diante de novas propostas. Portanto, é evidente que a efetivação dos novos princípios trata-se um processo conflituoso, onde velhas e novas questões duelam diariamente (BERTOLDO *et al*, 2009).

Outro fator limitante se encontra nas instituições de ensino que não estão criando espaço suficiente para formação de profissionais que se enquadrem as exigências da nova ATER. Desta forma, Bertoldo *et al* (2009) afirmam haver um descompasso entre a PNATER como política de Estado e as ações das instituições de ensino, pesquisa e extensão relativas a formação que se enquadre nos princípios e diretrizes da política.

Choa (2012) reforça que a transição do modelo convencional de produção para um mais sustentável esbarra no tipo de formação do ensino superior brasileiro voltado para o atendimento das demandas do mercado. Isto dificulta a formação de um profissional

multidisciplinar que pense a sociedade em todos os seus aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Para Lusa (2013), a implementação PNATER aponta um novo perfil político de desenvolvimento de Estado e para os profissionais de ATER. Para que isso ocorra é preciso que os pressupostos da nova ATER estejam presentes desde a formação dos agentes de extensão, os quais tem como principal desafio a superação da carência de ações multidisciplinares.

Segundo Oliveira (2012):

A área de ciências agrárias estava vinculada ao desdobramento denominado de ramo profissional que foi dividido em: industrial, comercial e agrícola. Essas divisões que foram criadas estavam de acordo com as urgências detectadas pelos grupos que assumiram o controle político do país (OLIVEIRA, 2012: 85).

Isso pode ser confirmado com os currículos destes profissionais já que desde a metade do século passado grande parte do que era ensinado nas universidades e utilizado para fonte de pesquisa era o modelo tecnicista da Revolução Verde, o que dificulta a expansão de novos modelos de agricultura, como a agroecologia (SILVERIA; BALEM, 2004).

Esse perfil faz com que os profissionais tenham uma visão restrita voltada essencialmente para aspectos produtivos e econômicos sem compreender a complexidade do campo e as novas ruralidades existentes (MIRANDA, 2013). Ou seja, as escolas e instituições de Ensino Superior, em sua maioria, não estão formando profissionais com competências suficientes para atender os desafios da nova ATER e para o fortalecimento da agricultura familiar (CALLOU *et al*, 2008).

No texto original da PNATER é evidente a preocupação com a formação dos extensionistas e com a atualização desses profissionais para que atuem nas especificidades de cada comunidade de forma mais eficaz. Como afirma Caporal (2004:70):

“os profissionais da extensão devem mudar seus compromissos e sua forma de ação, deixando de atuar como um experto transferidor de tecnologias e passe a atuar como um facilitador que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto”.

Caporal e Ramos (2006) afirmam que mesmo quando as instituições de ATER tentam mudar suas práticas, acabam caindo nas velhas práticas de assistência técnica, caracterizadas pela difusão de pacotes tecnológicos. Embora haja a tentativa de readaptação no quesito ambiental²⁰, continuam sendo práticas baseadas no paradigma convencional.

²⁰ Atualmente vem ocorrendo uma nova revolução conhecida como Revolução Verde-verde que propõe a geração de novas tecnologias supostamente menos danosas ao ambiente. A hipótese tecnicista ambientalmente

Embora o novo perfil do extensionista esteja claramente delineado do ponto de vista teórico e sejam realizadas ações para que ocorram mudanças nas práticas de extensão, a concretização de um novo modelo de ATER esbarra em diversas dificuldades.

(...) ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sigam pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da modernização conservadora, mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico (CAPORAL; RAMOS, 2006: 5).

Na pesquisa desenvolvida por Mussoi (2011) é clara a pouca aderência da política nas instituições de ATER estaduais. Em muitos casos a PNATER sequer foi discutida com os extensionistas. Muitos deles só tiveram contato com a política anos depois de sua implementação, ou seja, até então desconheciam seus princípios e diretrizes, o que confirma que ainda existe um grande descompasso entre a política e as estratégias por parte das entidades estaduais. Além disso, há um patrimonialismo político que usa as entidades públicas a favor de projetos partidários.

Segundo o autor acima citado, em uma das entrevistas feitas com extensionistas, a agroecologia é vista como algo transversal e há “má vontade” de muitos para que seja levada a campo. Para ele, o MDA deveria fiscalizar se as empresas de ATER de fato realizam ações agroecológicas ou se a utilizam somente de forma marginal. Tal questionamento é uma crítica implícita ao próprio ministério que aparentemente não consegue fazer cumprir a PNATER e seus princípios, não estando preparada para implantar uma política de tal magnitude.

Outra questão relevante presente no mesmo estudo é a presença predominante de instituições clássicas de ATER que pressupõem um alto grau de hierarquia e autoritarismo. Esta estrutura organizativa se mostra superada na atualidade. Se antigamente serviam para dar suporte para o modelo de desenvolvimento baseado na Revolução Verde, atualmente, por ser uma perspectiva descendente e controladora, se mostra arcaica e deficitária.

Caporal e Ramos (2004) também fazem referência ao autoritarismo institucional presente em boa parte das organizações públicas de ATER que são fortemente hierarquizadas e geralmente colocadas a serviço dos programas de governo dos estados. Isso resulta numa desmobilização e descontinuidade das ações em andamento, mantendo uma relação paternalista que muitas vezes acaba por prejudicar o prestígio do técnico junto aos

correta segue sendo excludente sob o ponto de vista social e econômico e não enfrenta questões chave da sustentabilidade, como a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (CAPORAL. COSTABEBER, 2006, p. 03).

agricultores. Ademais, o cumprimento destes planos governamentais acaba por deixar em segundo plano as demandas dos agricultores, sendo necessário um novo modelo de gestão com descentralização do poder.

Em geral, as regras e formas institucionais e de poder estabelecidas por grande parte das empresas de assistência técnica não estão sendo alteradas. Ou seja, as instituições de ATER carecem de uma gestão compatível com desafios impostos pela nova ATER. Embora se observe a mudança de discurso, na prática ela não se materializa (CAPORAL, RAMOS, 2006). Para Balem *et al* (2009:5)

(...) as instituições governamentais estaduais de extensão rural, salvo em iniciativas isoladas, não aderem de forma massiva aos princípios da nova ATER e nem mesmo é um consenso no Governo Federal, que por outro lado, continua promovendo o agronegócio, facilitando os usos de insumos e compra de máquinas agrícolas e liberando os cultivos transgênicos.

Outro desafio a ser considerado é a resistência da organização a mudanças repentinas. Segundo Vasconcelos e Vasconcelos (2000), citado por Souza (2011), a implementação de programas que rompem com o passado da organização pode causar crise identitária e gerar resistência organizacional. É o que se pode constatar com dificuldade de legitimação da PNATER. No mesmo estudo a autora trás a tona outro gargalo enfrentado também em outras empresas do país: o excesso de demandas cobradas aos extensionistas para execução de políticas e programas que muitas vezes não estão diretamente ligados à assistência técnica e extensão rural. Tal fato evidencia que nem sempre as prioridades da empresa convergem nas prioridades do meio rural (SOUZA, 2011).

Para Dias (2007), o poder de efetivação da política depende de uma complexa rede de interação, onde pode haver aceitação ou rejeição das propostas. Somente no cotidiano das instituições será possível verificar qual o sentido atribuído à promoção do desenvolvimento rural. Segundo o mesmo autor: *Mudam os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece o ethos extensionista enraizado no “difusionismo produtivista”* (DIAS, 2007:16).

Diesel *et al* (2006) apud Diesel *et al* (2007) relatam que há uma fragmentação da ação extensionista no país, existindo organizações mais alinhadas a PNATER e organizações atuando de acordo com o modelo tradicional. Para explicar tal diversidade os autores afirmam que a orientação extensionista é resultante da interação de diversas forças, entre elas a tradição da organização, planos de desenvolvimento local, convicções pessoais, programas governamentais e de parceiros e pressão do público-alvo.

Em um estudo sobre a adoção da PNATER na região nordeste, constatou-se a diferente aceitação da política entre os estados e mesmo nos estados mais favoráveis há pouco conhecimento sobre a política. Um fator interessante levantado pelo autor é a influência político-ideológica que auxilia na adoção ou refutação dos princípios da PNATER. Nos estados mais favoráveis ao fortalecimento do agronegócio, por exemplo, há baixa aceitação da nova política de ATER (SOUZA, 2006).

A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater)²¹ evidencia a contradição das ações governamentais na prestação dos serviços de ATER. Criada em 2013, a agência é responsável pela difusão de tecnologias, integração com o sistema de pesquisa agropecuária, incorporação de inovações tecnológicas, qualificação de profissionais, entre outras ações. Um dos principais objetivos da agência é a elevação da produção e produtividade do campo. O público atendido inclui o médio produtor, definido como público prioritário das ações de ATER coordenadas pelo MAPA (BRASIL, 2014).

Nesta breve definição da agência é possível identificar ações que estão na contramão da PNATER, como a difusão de pacotes tecnológicos, a inclusão do médio produtor e a prioridade na dimensão econômica em detrimento do enfoque social e sustentável preconizado pela Lei de ATER. Tal fato implica em riscos aos avanços conquistados pela PNATER, como a relação dialógica entre o extensionista e o agricultor, transição para agricultura de base ecológica, promoção do desenvolvimento rural sustentável e prioridade de atendimento para agricultores familiares e comunidades tradicionais. Portanto, o que fica evidente é que a agência representa interesses de grupos hegemônicos para a manutenção do extensionismo convencional praticado nas últimas décadas, além de ter objetivos opostos aos da PNATER.

Além dos fatores já expostos, há outros obstáculos para implementação da política. As empresas de pesquisa desenvolvem pouca tecnologia voltada para transição agroecológica e tecnologias sustentáveis. Somado a isso, as universidades, em geral, não aderiram em seus programas de ensino os princípios norteadores da política o que dificulta a comprovação de resultados para a assistência técnica. Outro fator preponderante é a resistência e até mesmo boicote por parte dos gestores das empresas de ATER, por razões ideológicas. Outro

²¹ A agência é composta pelo presidente da Anater, pelo Presidente da Embrapa, por 4 representantes do Poder Executivo federal, por 1 representante de governos estaduais, por 1 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, 1 representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF, 1 representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e 1 representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de 2 anos, permitida a recondução (BRASIL, 2013)

problema é a falta de autonomia e a burocracia da liberação dos recursos aprovados nos editais do MDA (DINIZ, HESPANHOL, 2015).

Diante de tais argumentos, o que se verifica é que, embora haja um esforço no sentido converter a matriz extensionista no Brasil, ainda há grandes dificuldades no processo de tirar do papel e por em prática os novos métodos de extensão. Para que orientações da PNATER possam ser colocadas em prática é necessário que as instituições mudem suas diretrizes e prioridades e que os extensionistas incorporem as novas concepções de ATER (SILVA NETO, 2011; BERTOLDO, *et al*; 2010). A implementação efetiva da PNATER depende de um conjunto de atores em uma complexa rede de interação (DIAS, 2008).

4 HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL

Neste capítulo será apresentada a revisão histórica da extensão rural no Distrito Federal. Inicialmente, será feito um breve resumo da ocupação da região para contextualizar a introdução do serviço. Sobre a Emater-DF foram encontradas somente três referências de extensionistas da própria empresa, Ansani (1996), Guedes (1996) e Matsuura (2008) que relatam um pouco sobre o histórico da instituição de ATER do Distrito Federal. A carência de publicações sobre o tema foi complementada com a revisão documental feita na Emater-DF e com entrevistas feitas com os extensionistas mais antigos na empresa.

4.1 A ocupação do Planalto Central

A ocupação da região Centro-Oeste passou por duas grandes fases de ocupação. A primeira, no fim do século XVII, durante o ciclo do ouro, e a segunda, no século XX, mais precisamente, nas décadas de 1950 a 1970, com a expansão industrial e o processo de urbanização (PEDROSO, 2005).

A primeira iniciativa de ocupação direcionada para região ocorreu na década de 1940, durante o governo Getúlio Vargas, com a criação de colônias agrícolas nos estados de Goiás e Mato Grosso. Inicialmente, as terras dos Cerrados tornaram-se abastecedoras de alimentos básicos. Posteriormente, motivada pelo ciclo modernizador e em paralelo aos projetos de desenvolvimento do Estado ocorreu a expansão da agricultura intensiva na produção de grãos, em especial a cultura da soja (THEODORO; LEONARDOS; DUARTE, 2002).

De acordo com Matsuura (2008), antes da criação de Brasília, as atividades relacionadas à agricultura e pecuária se resumiam à subsistência e à criação extensiva de gado. Não havia produção nos moldes capitalistas e os solos eram considerados impróprios para o plantio, devido à elevada presença de alumínio, alto de grau de acidez e ausência de macroelementos essenciais para agricultura.

Em 1956, por meio da Lei 2.874, foi confirmada a mudança da capital federal do país para o Planalto Central sendo criado o Distrito Federal²². No mesmo ano foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), como órgão responsável e com plenos poderes para adquirir, permutar ou arrendar imóveis na região. Para as áreas rurais era previsto o arrendamento das terras, reservando ao Estado a função de organizar a produção agrícola, com a finalidade de garantir o abastecimento local. Neste período, foram concebidas as Unidades Socioeconômicas Rurais (USERS) (CODEPLAN; SEPLAN, 2015).

Inicialmente, a legislação estabelecia critérios para seleção dos arrendatários com objetivo de evitar ocupações irregulares e distribuir a terra em um maior número de estabelecimentos. Com a criação de novas regras e sem limites rígidos relativos ao tamanho das propriedades, abriu-se espaço para grandes projetos agropecuários. Posteriormente, a política de incentivo para vinda de funcionários públicos por meio da distribuição de lotes contribuiu para a proliferação de chácaras de lazer e a especulação imobiliária (CODEPLAN; SEPLAN, 2015), como especificado abaixo.

Mais especificamente a formação de terras do setor rural do Distrito Federal se deu pela ocupação de terras, pela entrada da capital e pela intensificação da agroempresa. Neste sentido o Estado, justificando sua ação com base na necessidade de produção, tendo em vista o crescimento populacional e a formação do mercado consumidor em Brasília se contradiz, passando a entregar essas áreas para pessoas capitalizadas, influentes, inclusive distribuindo lotes para funcionários públicos (ANSANI, 1996: 96).

Tal fato acarretou problemas relacionados ao abastecimento e insegurança alimentar. A situação se agravou após a inauguração de Brasília. Com o crescimento da população local, o Distrito Federal passou a depender cada vez mais da produção de outros estados (MATSUURA, 2008).

O Governo Federal desempenhou um importante papel para o desenvolvimento da agropecuária na região. Segundo Araújo (1979), *apud* Guedes (1996), esse processo pode ser dividido em dois períodos principais: de 1957 a 1964, com a divisão e arrendamento de terras rurais em pequenos lotes como atrativos para a transferência de funcionários para nova capital, e de 1964 a 1977, com a criação de núcleos rurais para incentivar o aumento da produtividade, especialmente a produção de hortigranjeiros. Essas medidas possibilitaram a

²² O Distrito Federal é a menor unidade federativa brasileira e está dividida oficialmente em 19 regiões administrativas, conhecidas como cidades satélites (CODEPLAN; SEPLAN, 2015).

concentração de grandes empreendimentos e a criação da Central de Abastecimento de Brasília (CEASA).

4.2 Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-DF)

Em 1967, foi criada no Distrito Federal, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Distrito Federal (ACAR-DF), coordenada pela ABCAR, e integrante do SIBRATER. De acordo com o estatuto da instituição, a ACAR-DF tinha por finalidade: *“Contribuir para aceleração do crescimento econômico e social do meio rural do Distrito Federal, mediante o planejamento e execução das atividades de extensão e crédito rural educativo no Distrito Federal”* (ACAR-DF, 1969: 6).

Em 1969, a ACAR-DF dispunha de sete escritórios locais, um escritório regional, cinco unidades de crédito rural, uma coordenação de crédito rural e uma coordenação administrativa, todas sob a supervisão da secretaria executiva. A ACAR-DF atuava nas regiões administrativas do DF, com bases físicas nas cidades de Planaltina, Sobradinho, Taguatinga, Brazlândia, Distrito Colonial Alexandre Gusmão (DCAG) e também em alguns municípios goianos limítrofes. Contava com dez extensionistas e doze funcionários administrativos. Fortemente influenciada pelas ações do governo, suas diretrizes estavam alinhadas com o Sistema Brasileiro de Extensão Rural. No relatório de atividades da instituição do ano de 1969, constavam projetos na área social relacionados à vida familiar e comunitária (ACAR- DF, 1969).

Alguns anos depois, em 1972, a estrutura da instituição cresceu para onze escritórios, além do escritório central, prestando serviços no estado de Goiás, nas cidades de Cristalina, Luziânia, Padre Bernardo, Formosa e Cabeceiras (ACAR- DF, 1972).

A entidade era mantida por receitas diversas, tais como doações orçamentárias públicas, bens e direitos doados, contribuições de outros órgãos, entre outros. Mesmo com a disponibilidade de recursos, somente 28,65 % dos agricultores da região tinham acesso a esses serviços. Apesar de o Governo Federal ter lançado um programa de financiamento da produção, o crédito rural continuava inacessível ao agricultor menos capitalizado e a extensão se tornava cada vez mais inoperante (GUEDES, 1996).

No ano de 1974, as atividades da ACAR-DF foram transferidas para a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF),²³ desvinculando-se do Sistema Nacional de ATER.

4.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater- DF): período de 1978- 1980

Embora Brasília tenha sido criada com objetivos políticos administrativos e possuir limitada extensão territorial, era necessário que o núcleo rural da região se tornasse atuante e garantisse o abastecimento local já que era dispendiosa a importação de alimentos devido à crise do petróleo. Para identificar os principais problemas e pensar em possíveis soluções para o setor agropecuário, foi criada em 1971, a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN). Na mesma época também foram criados o Centro Nacional de Pesquisa e Hortaliças (CNPQ), o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (GUEDES, 1996; ANSANI, 1996).

A década de 1970 foi marcada por grandes avanços técnicos na área agrícola. Pesquisas nas áreas da química, mecânica e genética impulsionaram o setor industrial agrícola, elevando os níveis de produtividade na região do Cerrado (MATSUURA, 2008).

Com a proliferação de empresas públicas no país foi criada, em 1978, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF) para execução de programas de assistência técnica, econômica e social. Seus objetivos estavam em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual objetivava o aumento real do Produto Interno Bruto (PIB), além de criar condições para a expansão do parque industrial no país (ANSANI, 1996).

A Emater-DF foi criada como uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, integrante da administração indireta do Distrito Federal, vinculada a Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal e associada a EMBRATER. Tinha como objetivos:

- a) Colaborar com órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

²³ De acordo com os documentos consultados e com a revisão de literatura, não foram encontrados registros do motivo de mudança das competências da ACAR-DF para a FZDF.

b) Planejar, coordenar, executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Distrito Federal, de acordo com as políticas de ação de Governo do Distrito Federal e do Governo Federal (GUEDES,1996:23)

Em seu primeiro ano de funcionamento a Emater funcionava no Palácio do Buriti e contava com 23 funcionários, entre técnicos e administrativos. Diferente das demais empresas de extensão do país associadas à EMBRATER, possuía uma estrutura organizacional reduzida e sua capacidade só era suficiente para atender às demandas relacionadas aos projetos agropecuários e de crédito rural (ANSANI, 1996).

No relatório de atividades do ano de 1979 é perceptível as dificuldades enfrentadas para operacionalização da ATER no DF. Inicialmente, a empresa dispunha apenas de seis técnicos e poucos veículos vindos da FZDF²⁴ atuando de forma tímida na região. Somente no ano seguinte a empresa regularizaria o problema de locomoção (EMATER- DF, 1979). *Antigamente a assistência técnica era na Fundação Zoobotânica, ela fazia o trabalho que a Emater fazia em 1978. Inclusive veio o pessoal de lá pra cá, o quadro de técnicos.* (ENTREVISTADO D).

De acordo com documento da Emater-DF:

No plano de assistência técnica ao produtor do DF, julgamos necessário que sejam feitas considerações mais prolongadas. A princípio, dispúnhamos de apenas 6 técnicos (optantes da FZDF) que em decorrência dos compromissos absorvidos pela Emater-DF, dividiam suas atenções entre as tarefas de supervisões/ liberações de projetos anteriores e elaboração/análise de novos projetos, atividades desenvolvidas com suporte de apenas 3 veículos cedidos pela FZDF .Posteriormente, em setembro de 1978, iniciamos a fase de contratação de pessoal técnico para assistência técnica no campo, ao que chegavam o primeiros 5 veículos de propriedade da empresa. Como não poderia deixar de ser, entre setembro e outubro do mesmo ano, proporcionamos treinamento a esse pessoal de campo, capacitando-os as suas futuras atividades. Àquela altura, enquanto processávamos nova aquisição de veículos, a FZDF, exige a devolução dos seus. Somente em novembro, pudemos contratar mais 5 veículos que , somados ao anteriores , facilitaram as atividades de supervisão/liberação/elaboração de projetos. (EMATER- DF, 1979).

Neste período, a empresa não dispunha de condições necessárias para oferecer outros serviços relativos à assistência técnica e extensão rural, devido ao seu corpo técnico reduzido e estrutura ainda insuficiente, e limitou-se ao atendimento da demanda proveniente da

²⁴ De acordo com os registros encontrados na empresa haviam seis técnicos cedidos da FZDF, porém na tese de Ansani (1996) há um depoimento de um extensionista que afirma que havia sete técnicos quando entrou na instituição, em 1978. Aqui preferiu-se adotar o número informado no relatório.

elaboração de projetos agropecuários e crédito rural. Outro problema era a ausência de um diagnóstico completo da área rural de Brasília, o que dificultava o planejamento eficaz das ações pelo desconhecimento das reais restrições e potencialidades da região. Tal fator também dificultava a mensuração dos resultados alcançados (ANSANI, 1996). O depoimento de um extensionista entrevistado ilustra as dificuldades vivenciadas:

Inicialmente os salários eram muito baixos e a situação no campo era bem precária nas unidades locais, embora alguns técnicos tivessem condições de moradia, a gente era obrigado a morar com outras pessoas e dividir a mesma casa na área rural. Gasolina era muito cara naquela época, a gente não conseguia voltar para o Plano todos os dias. Além disso, a comunicação era muito difícil e não tinha infraestrutura nas áreas rurais. (ENTREVISTADO D).

Considerando as dificuldades encontradas nos anos iniciais para atingir as metas estabelecidas, a empresa estreitou o relacionamento com a EMBRATER e com o governo local, a fim de buscar mais recursos para aprimoramento dos trabalhos realizados. Tal iniciativa auxiliou em sua consolidação (ANSANI, 1996), o que é ilustrado na fala do Entrevistado A: *Naquela época a política pública para os pequenos agricultores era a própria ATER e o crédito rural. Em função disso a gente ofertava muita visita. Nós éramos conhecidos por visitar as propriedades com muita constância* (ENTREVISTADO A).

4.4 Emater- DF: período de 1980 a 1989

A década de 1980 inicia-se cheia de incertezas. O agravamento da economia mundial tornou inviável o discurso dos planos de governo anteriores. O III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) assume uma nova diretriz: a de redução das desigualdades sociais e da pobreza. Para Rodrigues (1994), a falência do modelo econômico e a crise levaram o governo a uma mudança de rumos, enfocando o lado social para reforçar sua legitimação. Com a restrição do crédito rural, atividade base dos serviços de extensão até então, as empresas públicas de ATER entraram em crise e foram obrigadas a reformular seu discurso e ação. Assim como nas demais instituições de extensão, neste período ocorreu a primeira crise institucional na Emater-DF, culminando na mudança de rumos da empresa. O presidente da época foi substituído por um mais alinhado ao governo (ANSANI, 1996).

Para melhorar a situação foram tomadas algumas medidas tais como: aumento da estrutura da empresa, contratação de novos funcionários, abertura de novos escritórios e capacitação técnica para os extensionistas. Em 1981, a empresa encontrava-se mais consolidada, tanto no setor técnico quanto no setor administrativo financeiro (ANSANI, 1996).

Um ano depois os resultados mostraram-se mais positivos. Em 1979, a empresa contava com 76 empregados e dava assistência a 867 agricultores, já em 1982 havia 146 funcionários e 2065 produtores atendidos. De acordo com a categoria do público atendido, 82% dos beneficiários pertenciam aos estratos de pequenos e médios produtores, (EMATER-DF, 1982).

Os principais programas executados pela empresa à época eram: Programa Nacional de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS); programa compra antecipada de produção; programa de apoio à produção e comercialização de produtos hortigranjeiros no Distrito Federal (PROHORT); programa conservação de solos; programa multiplicadores rurais; programa de desenvolvimento rural integrado; programa de bem estar social (EMATER-DF, 1982).

Segundo o Entrevistado G, no ano de 1982, o trabalho executado pela empresa era de cunho tecnicista e produtivista, onde se trabalhava prioritariamente os produtos. Embora houvesse o conceito de família subjacente ao trabalho técnico, a prioridade era o aumento da produtividade e tecnologia de produção.

O ano de 1983 marcou uma importante conquista da Emater-DF: a construção do edifício-sede, juntamente com a EMBRATER. Um fator interessante relatado por Ansani (1996) era a constante preocupação tanto da EMBRATER, quanto da Emater em transformar a empresa em vitrine da extensão no país. Era evidente o apoio constante e até certa predileção pela Emater-DF por parte da EMBRATER.

Também no ano de 1983 foi iniciado um direcionamento rumo ao planejamento participativo entre técnicos e produtores e realizadas campanhas relativas à educação florestal e uso adequado de defensivos agrícolas. Para ocorrer tais mudanças a empresa elaborou treinamentos, capacitações e reciclagem de seus técnicos (EMATER-DF, 1983), como relatado a seguir.

Quando eu cheguei aqui, em 1983, havia programas nacionais, um deles era o programa de conservação do solo e água e constituía basicamente em colocar equipes técnicas pra demarcar as áreas nas fazendas dos produtores, tanto área privada quanto pública. Demarcar é fazer os terraceamentos, que são as curvas de nível para evitar as erosões. Ao mesmo tempo existia um programa que chamava irrigação e drenagem que fazia drenagem de áreas úmidas, ou seja, secavam os

brejos, que são nascentes. Era um processo de secagem de nascentes pra incorporar aquelas áreas como áreas produtivas. Então existia uma contradição, ao mesmo tempo que se conservava os solos, muitas nascentes eram incorporadas como áreas produtivas (ENTREVISTADO D).

O público prioritário era constituído dos pequenos e médios agricultores, embora houvesse atendimento a grandes produtores e a outros públicos que demandassem os serviços. Os parâmetros de identificação do público-alvo consideravam as seguintes variáveis: mão de obra, orientação da produção e tecnologia, conforme descrito a seguir:

- Pequeno produtor: mão de obra predominante familiar + mão de obra contratada; produção para subsistência; tecnologia básica.
- Médio produtor: mão de obra familiar + mão de obra contratada; produção para subsistência + pequena capitalização; tecnologia básica ou moderna.
- Grande produtor: mão de obra predominantemente contratada + familiar; produção para capitalização; tecnologia moderna. (EMATER-DF, 1983).

Os entrevistados A e D relatam como era o atendimento nos primeiros anos.

“No começo o atendimento era para todo mundo, não existia nenhum tipo de priorização. Grande, médio, pequeno. O grande nunca foi um cara muito demandador dos nossos serviços” (ENTREVISTADO A).

O sistema de extensão classificava como pequeno, médio e grande. Para dirigir uma política mais específica passou a chamar de produtores de baixa renda. Ao longo do tempo isso foi mudando até chegar à agricultura familiar propriamente dita. Atendíamos todo mundo, não tinha discriminação de público. 100 % do DF tinha que ser atendido igualmente, então não tinha essa distinção de política pública (ENTREVISTADO D).

No ano de 1984, a empresa lançou o programa de fomento ao pequeno produtor rural. Seu objetivo era auxiliar as propriedades rurais a transformarem uma área mínima devidamente preparada, corrigida e adubada, destinada à produção de alimentos necessários para a subsistência do produtor rural e sua família (EMATER, 1984).

No documento do programa foi citada a crise que se encontrava o país e, conseqüentemente, a extensão rural que, dentro de suas limitações de recursos, tinha que planejar ações na tentativa de ampliação de sua capacidade de ação por meio da formulação de estratégias para aumentar a abrangência e reduzir os custos (EMATER, 1984).

A empresa auxiliou no suporte à expansão agrícola nos cerrados, viabilizando seu aproveitamento. É importante ressaltar que seus solos eram considerados impróprios para o plantio (MATSUURA, 2008). As falas dos entrevistados ilustram bem a atuação da Emater no DF.

Quando eu entrei foi a pior fase da empresa no sentido de recursos e em termos salariais. Acho que só entrava aqui quem gostava mesmo. Não tinha recurso para nada, então a gente tinha que ser muito criativo junto à comunidade. A gente realizava festas para angariar fundos para implementar cursos e atividades. O que nós tínhamos de recursos para realizar as atividades era o combustível. A gente trabalhava muito em duplas, como tinha pouco carro a gente trabalhava muito em parceria. A gente fazia a extensão e a assistência lado a lado (ENTREVISTADA E).

Se não fosse a Emater com certeza, não estaria no patamar que está hoje. Essa questão de dizer pra pesquisa o que nós precisamos que seja pesquisado, isso foi muito importante inclusive pra Embrapa, que muitas vezes não sabia o que pesquisar e muitas vezes ficava pesquisando outras coisas que não se aplicavam aqui (ENTREVISTADO C).

No começo, quando eu entrei, era muito disso do difusionismo. Empresas particulares influenciam muito na nossa forma de recomendar as coisas, uma visão muito influenciada pelos princípios da revolução verde. Mas já estava acabando. Quando eu entrei esse processo já estava em um período de transição, de uma forma muito difusionista, revolução verde e pacotes, para um começo de um pensamento um pouco diferenciado (ENTREVISTADO A).

No ano de 1984 a empresa contava com 167 funcionários e atendia 5500 agricultores. O perfil dos quadros é descrito por um dos entrevistados:

Dentro das unidades locais a distribuição de profissões era muita parecida com as de hoje. Na época em que entrei tinha basicamente agrônomos, veterinários, técnicas em agropecuária e economistas domésticas. Eram as 04 profissões certas em cada unidade local (ENTREVISTADO A).

Independente da crise que se encontrava o país, a Emater-DF alocava recursos através de parcerias do BIRD, da EMBRATER e do GDF²⁵. Quando faltavam recursos, eram solicitados créditos suplementares. De um modo geral, o período de 1980 a 1985 foi um período de crescimento e consolidação da empresa (ANSANI, 1996).

Nesse período, a administração era considerada autoritária e centralizadora. Todavia, por ter definições, metas, diretrizes, objetivos e estratégias de ação exatas, funcionava de forma eficaz. De modo geral, nos cinco primeiros anos da década de 1980, houve o crescimento e consolidação da Emater- DF. A partir de 1985, assumiu uma nova presidência

²⁵ É importante ressaltar que a sobrevivência da Emater, no que tange os recursos financeiros, ao contrário das empresas privadas, não dependia das condições de mercado, por ser uma organização pública, sua sobrevivência é garantida em função de diversos fatores de articulação com o ambiente ao seu redor (ANSANI, 1996).

distinta da anterior que, em consonância com o que vinha acontecendo em âmbito nacional²⁶, tinha características mais participativas. No entanto, os funcionários não foram preparados para lidar com a nova proposta de ação institucional (ANSANI, 1996; EMATER-DF, 1990).

O fim da década de 1980 trouxe novos rumos para a extensão rural. A EMBRATER passou a ser presidida por Romeu Padilha Figueiredo, considerado um dos críticos da extensão. A partir daí, as afiliadas da EMBRATER foram instadas a resgatar o público que ficou a margem do processo de modernização. Para se adequar as novas demandas, o sistema de planejamento verticalizado da Emater-DF foi substituído pelo planejamento participativo com ações de caráter social. Foram iniciados ciclos de estudos e capacitações relacionados às metodologias participativas (ANSANI, 1996).

Nesse período, a extensão se torna alvo de críticas. Como relata o Entrevistado G, os serviços de extensão rural executavam os programas de Estado e a eles eram atribuídas as consequências e impactos negativos da modernização da agricultura. A partir de então, tem início na empresa uma quebra de paradigma no sentido da participação e de um desenvolvimento rural voltado para a família, e não somente para os produtos como tradicionalmente era proposto. Entretanto os métodos de ação ainda eram muito arraigados aos parâmetros tecnológicos.

Na mesma época, foram empossados novos diretores. Mesmo com o indicativo de mudanças, a Emater passava por um momento turbulento devido o agravamento da situação política e econômica do país, o que estava refletido na defasagem salarial e, em consequência, na falta de motivação dos funcionários. Além disso, uma crise interna de divisão de opiniões se instalou na empresa. De um lado agruparam-se os profissionais mais alinhados com a linha produtivista difusionista e de outro se agruparam os simpatizantes da linha mais humanista e social (ANSANI, 1996).

Assim, a década de 1980 terminou de forma negativa para ATER no DF. Com o corpo técnico desmotivado, pouco comando e planejamento, divisão de opiniões e posições dentro da empresa e com a diminuição dos recursos decorrente da crise do país, iniciou-se um ciclo de greves e paralisações pela reivindicação de melhores condições de trabalho. Em 1989, a EMBRATER é extinta e a Emater tem que buscar fontes alternativas de recursos para sua sobrevivência. Por recomendação do secretário de agricultura da região, a empresa retomou o discurso produtivista. Neste período houve uma diminuição dos escritórios locais e muitos funcionários saíram da empresa, conforme relatado nas entrevistas.

²⁶ O I PND da Nova República tinha uma orientação mais social, tendo como núcleo básico a erradicação da pobreza (ANSANI, 1996).

No final da década de 1980, quando a EMBRATER foi extinta, se discutia sobre o processo participativo, diagnóstico rural participativo, processo de organização de compras organizadas. O pessoal organizava grupos para negociar a compra de adubo, sementes e animais, para incentivar um processo de organização. Depois da destituição da EMBRATER, em 1990, foi criada a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a ASBRAER²⁷, dos dirigentes de extensão para tentar substituir parte do trabalho. Geralmente nosso presidente aqui era o presidente da associação, então a gente tinha uma conexão direta com a discussão nacional (ENTREVISTADO D).

Quando a EMBRATER foi extinta tinha uma proposição muito forte do presidente da época, ele passou a fazer um discurso mais voltado para produtores menos capitalizados, tentando construir uma política nacional de assistência direcionada pra chamada baixa renda. (ENTREVISTADO D).

Eu entrei na Emater em um momento em que os salários eram muito baixos, houve o final da EMBRATER, em 1990, no governo Collor e isso deu uma desequilibrada geral no sistema brasileiro de extensão. Uma sorte dos agricultores e do próprio sistema de extensão do DF é que havia na época o governador Roriz, que por ser um cara do meio rural bancou todo o custo da extensão rural (ENTREVISTADO A).

Quando entrei aqui em 1988, existia um problema administrativo orçamentário igual o que estamos passando hoje no governo, só que a inflação era muito maior, o salário aqui estava muito baixo, existia uma grande defasagem de recursos humanos. Saíram 15 pessoas na época em que nós entramos, alguns depois até retornaram. Nossos salários estavam muito ruins em 1988 e em 1989 nós começamos a construir o PCS (programa de cargas e salários) e nós conseguimos implementar em 1990 (ENTREVISTADO B).

4.5 Formas de atuação da Emater-DF nos primeiros anos

De acordo com o relatório institucional do ano de 1990, distinguem-se três principais formas de atuação nos 11 primeiros anos da empresa. A primeira delas, de 1979 a 1980, o trabalho era voltado para o atendimento por demanda sem um planejamento prévio. De 1981 a 1985 havia um rigoroso controle e supervisão do trabalho sob uma direção centralizadora. As ações eram planejadas com eleição de prioridades e houve um aumento significativo de atendimentos. De 1986 a 1989 o enfoque de um caráter essencialmente produtivista deu lugar a questões mais sociais das comunidades, além da uma maior participação dos funcionários nas decisões da empresa. Nesse período, com as constantes defasagens salariais houve greves,

²⁷ A ASBRAER (Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural) foi criada em 1990 para minimizar o impacto da extinção da EMBRATER, procurando exercer papel importante no debate das políticas para ATER no país. Atualmente, embora não se comprometa diretamente com PNATER, a ASBRAER destaca importância da política como um marco histórico e político (ANDRADE, SANTOS; 2015).

rotatividade do corpo técnico e desmotivação. Essas diferentes formas de atuação estão sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 05: Síntese das formas de atuação dos anos de 1979 a 1989.

ANO	ESCRITÓRIOS LOCAIS	PRINCIPAIS PROGRAMAS
1979	05 escritórios locais	Assistência individualizada, não havia plano de ação.
1980	12 escritórios locais	Atendimento ao agricultor em qualquer exploração, treinamento de mão-de-obra, PROVÁRZEAS, Biodigestores, existência de plano de ação.
1981	12 escritórios locais e 3 escritórios avançados	Atendimento ao agricultor em diversas explorações, PROVÁRZEAS, Biodigestores, Conservação do solos, Compra antecipada, PROHORT, Projeto bem estar social.
1982	14 escritórios locais e 2 escritórios avançados	Programas acrescentados: programa emergencial da seca, multiplicador de tecnologia, tecnologia adaptada.
1983	15 escritórios locais, 1 escritório avançado, 1 escritório especial (CPAC).	Programas acrescentados: tração animal, administração rural, juventude rural e associativismo.
1984 e 1985	17 escritórios locais, 1 escritório especial, 1 escritório avançado.	Mesmo programas trabalhados em 1983.
1986	18 escritórios locais e 1 escritório comunitário.	Trabalhos voltados para produção de alimentos básicos, associativismo, comercialização agrícola, drenagem e irrigação, mecanização, organização rural e área social.
1987 e 1988	19 escritórios locais e 1 escritório comunitário.	Mudança do enfoque essencialmente produtivista para uma postura mais social e participativa.
1989	15 escritórios locais e 1 escritório comunitário	Mantem-se o enfoque dos anos anteriores apesar do abandono da questão participativa e menor enfoque a organização social.

Fonte: Elaborada pelo autor baseado no relatório institucional da Emater-DF(1990)

4.6 Emater-DF: período: década de 1990

No início da década de 1990, a EMBRATER foi extinta trazendo um completo sucateamento da extensão rural no país com cortes financeiros substanciais. Para sobreviver à

crise, a Emater-DF retomou a linha produtivista e buscou apoio no governo local (ANSANI, 1996).

Segundo relato dos Entrevistados,

Em 1990, teve a extinção da EMBRATER e isso foi um choque, foi uma modificação estrutural do Governo Federal. Tirou a cabeça do sistema de extensão rural brasileiro, então as empresas passaram a depender exclusivamente dos estados. Isso foi um momento marcante da política nacional. (ENTREVISTADO D).

Até a década de 1990, o Governo Federal colocava dinheiro em todas as Emateres. Quando fechou a EMBRATER, as Emateres perderam o apoio do Governo Federal. No caso da Emater-DF, o Roriz assumiu a folha de pagamento e mais algum custo. A Emater representa um custo muito pequeno pro GDF. A gente passou por essas dificuldades, mas assim como dizia o Ansani, a gente tinha que andar com um “pires na mão”, pegando um dinheirinho daqui, outro dali para poder fazer as ações. (ENTREVISTADO B).

Com a extinção da EMBRATER as Emateres passaram a depender dos governos estaduais, muitas foram fechadas. Ao contrário do acontecia em âmbito nacional, a Emater-DF se fortaleceu muito sob o Governo Roriz²⁸. (ENTREVISTADO G).

Segundo dados da própria empresa, mesmo com o desmonte da ATER no país, os serviços da Emater-DF alcançavam cerca de 75% dos agricultores da região, totalizando 14.773 pessoas. Nesse período, a empresa contava com 181 funcionários²⁹ (GUEDES, 1996; ANSANI, 1996).

A partir de 1991, ao contrário da crise existente na maioria das empresas de extensão rural no país, acontecia uma situação privilegiada. Com total apoio político e financeiro do Governo do Distrito Federal que se iniciava, a Emater-DF passa a ter um caminho diferenciado das demais (ANSANI, 1996: 83).

Com recursos vindos do GDF e através de convênios, iniciou-se um processo de modernização institucional, aquisição de veículos e contratação de pessoal. O ex-diretor técnico do período de 1980-1985, conhecido pela gerência descrita como de “pulso forte”, retoma a presidência da empresa. Segundo depoimento de um extensionista relatado por Ansani (1996) era necessário um gerenciamento mais firme e articulador para a melhoria da empresa, e o retorno do diretor colaborou para a arrancada da Emater.

²⁸ Segundo relato dos entrevistados, durante o governo Roriz a extensão rural no DF encontrava-se em situação privilegiada, pois o governador tinha certa predileção pelo meio rural. Nascido em Luziânia- GO, também era um homem do campo. Durante seu mandato não havia diferenciação do público-alvo, eram atendidos todos do meio rural, pequenos, médios e grande agricultores.

²⁹ Segundo Ansani (1996), frente ao quadro que se encontrava a Emater neste período, o aumento dos resultados pode ter ocorrido como reflexo da gestão anterior ou erro/ajustamento dos dados em função de algum objetivo ou ainda mesmo com aumento de agricultores atendidos houve prejuízos na qualidade do atendimento.

No relatório de atividades do ano de 1991 e 1992, com uma visão difusionista, a empresa tinha como missão a transferência de conhecimentos e tecnologias agropecuária, gerencial e de economia doméstica aos produtores rurais e suas famílias. Aos poucos, a temática ambiental foi sendo inserida na orientação dada aos agricultores.

Os temas trabalhados estavam relacionados ao uso racional dos recursos naturais, manutenção do equilíbrio biológico do ecossistema, defesa sanitária animal e vegetal, introdução de novas culturas e criações, aprimoramento no uso dos fatores produtivos, entre outros. Disseminou-se a ideia do plantio direto como alternativa ambientalmente mais adequada. Ademais, foram realizadas ações de educação ambiental com os pequenos agricultores, como coleta seletiva e tratamento correto de embalagens de agrotóxicos (EMATER, 1993, 1991; MATSSURA, 2008).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em 1992, foi incorporado à missão da empresa o termo transferência de tecnologia agropecuária em “harmonia com o meio ambiente” (EMATER-DF, 1993). Essas mudanças foram relatadas nas entrevistas, conforme mostram os trechos a seguir.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, iniciou um momento muito forte da extensão rural do DF e de várias partes do país, onde se começou a trabalhar muito a dimensão ambiental da sustentabilidade. Como você faz pra produzir preservando o meio ambiente? Essa era a pergunta, então naquele momento muitas técnicas foram aperfeiçoadas ou desenvolvidas na conservação do solo, na conservação de estradas, práticas vegetativas e mecânicas de conservação do solo. Foi um momento muito forte. Teve movimentações dessa natureza aqui dentro da Emater-DF. Houve um curso de agricultura alternativa mais ou menos em 1994, onde muitos técnicos participaram. Foi o primeiro momento de capacitação formal relacionada à temática ambiental (ENTREVISTADO A).

No diagnóstico institucional de 1992, um dos pontos críticos que dificultava as relações na empresa era a limitada autonomia política, administrativa e financeira, centralização de poder e de decisões, além do desconhecimento de funções, pessoas e segmentos da instituição. Outros problemas relatados foram: a falta de integração entre as pessoas/áreas na empresa para o cumprimento das atividades, excesso de burocracia interna, morosidade, falhas nas comunicações administrativas e excesso de relatórios. Tais limitações tornavam o processo gerencial um dos pontos de estrangulamento da empresa, conforme descrito a seguir:

A cada governo que entra não é que mude muito a Emater, mas até os anos 1990, essa empresa era totalmente apolítica, não tinha tantos indicados políticos como é hoje. O que ocorre é que o governo tem que se ater a sua política, determinar e discutir a política agrícola. Os executores da política agrícola no DF, são os extensionistas, é a extensão rural, a Emater. Ocorre que isso às vezes não está bem entendido nos governos, eles fazem o que acham que devem fazer, mas não fazem

uma política agrícola. No fim das contas nós técnicos que montamos um programa, em função dos conhecimentos que a gente tem. E continuam (governo) fazendo as mesmas coisas todos os anos, entra governo e sai governo (ENTREVISTADO C).

Em termos administrativos nós tivemos uma fase difícil. Nós tivemos uma gestão em que ficou presa ao INSS e isso gerou resultados financeiros muito ruins. Nós não podíamos participar de atividades públicas e então durante muito tempo a gente ficou sem recursos, então nós tivemos uma fase em que entrou um novo presidente e ele conseguiu desatar essa dívida, essa pendência. Isso foi uma mudança transformadora para empresa, desde as estruturas físicas até a própria organização para concurso público (ENTREVISTADA F).

Para o Entrevistado A muitas vezes as trocas de governo atrapalham o andamento da empresa: *No último governo local, houve a troca de 04 presidentes, um para cada ano. Embora todos tivessem uma linha de pensamento parecida, é evidente que eles não são iguais, um prioriza mais uma área do que outro.*

Um fato interessante relatado pela entrevistada F foi à criação da Fundação Rural como saída para receber recursos devido à dívida gerada pelo pagamento incorreto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A fundação era constituída pelos próprios funcionários da Emater-DF e dava suporte à empresa, atuando de modo paralelo. Como não havia recursos na Emater, a Fundação Rural captava recursos e contratava a Emater para executar os serviços.

Em 1993, foi assinado um convênio com governo de Goiás estendendo sua atuação aos municípios da Região Integrada do Entorno (RIDE). Em decorrência da assinatura do convênio, a empresa passou de 16 para 30 escritórios com atuação nos municípios do Entorno. Conforme descrito no quadro 06, que apresenta o demonstrativo dos resultados dos trabalhos desenvolvidos de 1978 a 1992, a Emater contava com 245 funcionários (EMATER-DF, 1993).

A primeira vez que atendemos no Goiás foi através de um convênio entre o governo de Goiás e o governo de Brasília, então tinha técnicos deles e técnicos nossos trabalhando nos mesmos escritórios. Isso foi através de um convênio que foi extinto, e durou cinco anos (ENTREVISTADO D).

Quando o governo Cristovam entrou, fez-se uma avaliação e ai resolveram abrir mão de atuar no entorno ai voltou tudo pra cá. Isso deu uma força maior de recursos humanos (ENTREVISTADO C).

Quadro 06: Demonstrativo dos resultados do trabalho desenvolvido pela Emater-DF³⁰

ANO	AGRICULTORES ASSISTIDOS	FUNCIONÁRIOS (TÉCNICO E ADMINISTRATIVO)
1978	212	23
1979	867/1080	76
1980	2200	97
1981	2501	111
1982	2065/2900	146
1983	3447	157
1984	5500	155/167/2003
1985	5255	170
1990	6467	148
1991	8264	152
1992	7540	181

Fonte: Elaborado pelo autor (a) a partir da revisão documental.

Nesse período, a empresa trabalhava com agroindústria, associativismo, programa de verticalização da pequena produção (PROVE) e projeto de compra garantida. Foi criada a Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) e quiosques de comercialização. Porém, tais programas sofreram descontinuidade no final da década de 1990 (MATSUURA, 2008). Os entrevistados relatam esse período nos trechos a seguir.

A Emater começou com a agroindústria em 1990. Fizemos um programa chamado PROVE, isso teve uma repercussão nacional muito grande (ENTREVISTADO B).

Na política local, durante o governo Cristovam, o que mexeu com a cultura da organização foi o foco no processo de agroindustrialização e agregação de valor voltado para o pequeno produtor (ENTREVISTADO D).

Existiam programas feitos pelo próprio Governo do DF. A SAB (Sociedade de abastecimento de Brasília) tinha uma rede de supermercados. Eles compravam dos pequenos produtores, buscavam o produto na fazenda e colocavam nos mercados. Chamava programa de compra antecipada. A gente cadastrava o produtor, elaborava o projeto e o produtor podia produzir que a SAB ia comprar. O programa terminou porque foram mudando as propostas, as abordagens. Na volta do governo Roriz, houve um desmonte do programa e toda base de apoio que se teve foi retirada abruptamente, muitos produtores não se sustentaram, foi outro choque (ENTREVISTADO D).

Nós tivemos uma fase onde houve uma intensificação de um trabalho muito grande, o PROVE, em prol da agricultura familiar. Esse período teve muitos ganhos, mas

³⁰ Informações baseadas na memória de dados do período de 1978- 1979 e nos autores Ansani (1996) e Guedes (1996). A presença de dois valores nos anos de 1982 e 1984 são divergências encontradas nas referências consultadas. A tabela mostra o número de produtores assistidos e não engloba o número de famílias e públicos diferenciados atendidos pela Emater- DF (Jovens, trabalhadores rurais, mulheres rurais, multiplicadores e público urbano).

também muitos prejuízos, porque os agricultores não estavam preparados para serem empresários. Eles eram agricultores e de repente tinham que plantar, produzir, cuidar, comercializar, então foram muitas informações e nem todos os agricultores estavam preparados pra isso. Depois, nós da extensão rural, fomos descobrir que quando esses agricultores se tornavam empreendedores eles perdiam a qualidade de segurado especial, então posteriormente gerou prejuízos para o agricultor, algo que nós da extensão não tínhamos conhecimento. Então a atuação do Estado dentro da ATER as vezes é prejudicial , pois não há continuidade dos programas (ENTREVISTADA F).

Ainda no mesmo ano, aparece pela primeira vez algo semelhante ao desenvolvimento sustentável. No relatório anual de 1993, encontra-se o termo *desenvolvimento sustentado*, preconizando a compatibilização entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental. As ações ambientais estavam voltadas à demarcação de curvas de nível, terraceamento, adubação verde, rotação de culturas, faixas de retenção, conservação do solo e água, preservação e recuperação de matas ciliares, agricultura ecológica e educação ambiental (EMATER-DF, 1993). O Entrevistado C manifestou-se sobre o assunto da seguinte forma:

O interessante é que (a parte ambiental) não foi uma política de governo. Uma coisa que é a essência do trabalho da gente é o meio ambiente. E o governo não tinha uma política pronta. Muitas políticas de meio ambiente foram desenvolvidas pelos nossos técnicos, por interesse deles mesmos que começaram a entrar na ciência do meio ambiente e do conhecimento e abraçavam isso. Hoje uma das gerências mais fortes na Emater é a gerência de meio ambiente (ENTREVISTADO C).

Como pode ser visto na literatura e nos relatos dos entrevistados, ao longo de sua história foi constante o ajuste da missão da empresa. De acordo com seu regimento interno, em 1994, a missão da Emater- DF era: *Transferir conhecimento e tecnologia agropecuária, gerencial e de economia doméstica, preferencialmente aos pequenos e médios produtores rurais e suas famílias em harmonia com o meio ambiente, visando o seu desenvolvimento socioeconômico* (EMATER-DF, 1994:1). Já em 1995, a Emater tinha como missão (EMATER-DF, 1995b:8) : *Desenvolver e disseminar conhecimentos do sistema produtivo agrícola, para informar e formar trabalhadores rurais, suas famílias e organizações, visando o desenvolvimento rural sustentado e o pleno exercício da cidadania*. Os Entrevistados relatam:

Em 1995, o próprio governo do DF fez um Seminário de Agricultura Alternativa que marcou muito a necessidade dos técnicos começarem a pensar uma outra forma para atuar no meio rural. Não me lembro, como consta hoje, exatamente quando a palavra sustentável consolidou aqui dentro. Mas acho que já vinha antes, porque essa preocupação com o ambiental é antiga na Emater. Depois veio a lei do pró-rural que não falava exatamente de sustentabilidade, mas constava o item de promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica. O termo agroecologia entrou muito forte a

partir do seminário de agricultura alternativa. Um dos encaminhamentos do seminário era que a extensão rural pública do DF deveria investir ainda mais na capacitação dos seus técnicos. A primeira coisa a acontecer foi uma seleção, em 1996, para o mestrado em agroecologia. Quando eu cheguei do mestrado, a Emater tinha contratado como assessor especial o atual deputado Joe Valle pra implantar o programa de agricultura orgânica aqui dentro. Ele chegou aqui em março de 1999 (ENTREVISTADO A).

A forma como o desenvolvimento estava sendo colocado estava excluindo os produtores. A economia de escala tira o produtor do acesso ao mercado se não conseguir se inserir na produção de *commodities*. Essa forma de produção nas pequenas áreas não se sustenta. Então esses movimentos (movimentos sociais) criaram uma outra discussão que considerasse o que o produtor sabia, o que o produtor fazia, a cultura dele e a cultura das comunidades e que considerasse que o sistema de extensão rural passasse a discutir a questão ambiental como um viés forte (ENTREVISTADO D).

No ano de 1998 foi elaborado um plano de profissionalização para os agricultores familiares com objetivo de formação nas áreas tecnológica, social e política para a democratização do conhecimento e afirmação da cidadania, sendo o próprio agricultor o protagonista do processo de desenvolvimento rural. Um dos entraves para execução foi justamente a área de metodologia e comunicação, já que a educação formal recebida pelo técnico geralmente é restrita a área de transmissão de informação (EMATER-DF, 1998).

Finalizando a década de 1990 os entrevistados A e D relatam fatos importantes para extensão rural, como o foco na agricultura familiar e influência dos governos locais.

Foi em 1997 que se bateu o martelo na constituição de uma política voltada para agricultura familiar como prioridade do sistema de extensão. Os movimentos reivindicavam exclusividade, mas não conseguiram manter a exclusividade no sistema nacional, porque o sistema estava sendo bancado pelos governadores. Depois, com a criação do MDA houve oferta de uma parte do recurso, mas continua ainda 90% ou mais sendo bancado pelos estados, pelos governos estaduais. Eles direcionam muito as políticas. Mesmo quando aceitam recurso do Governo Federal, direcionam parte da política, não o sistema todo para a política de ATER. O MDA tenta imprimir força em todos os estados, mas quem paga a conta principal, salários, estrutura é o governo local. As empresas estaduais tem autonomia, mas o que está acontecendo é que muitos governadores não tem dada a atenção devida a extensão em seus estados (ENTREVISTADO D).

O fato é que dos anos 1900 aos anos 2000 todos os governadores prestigiaram bastante a extensão rural apesar dos riscos que aconteceram de extinguir e fundir a Emater-DF. Eu não me lembro em nenhum momento que alguém pensou em extinguir o serviço de extensão rural. Fusões foram pensadas mais de duas vezes (ENTREVISTADO A).

4.7 Emater- DF: período: de 2000 a atualidade

Em 2001, a empresa contava com 198 funcionários permanentes executando diversos planos estruturantes tais como: agricultura orgânica, olericultura, grãos, fruticultura, pecuária, piscicultura, avicultura, suinocultura, ovino/ caprinocultura, agroindústria, irrigação localizada, organização rural, capacitação, crédito rural, comercialização, hortas comunitárias, desenvolvimento sócio familiar, plano de contenção de gastos, entre outros.

A partir de 2001, o desenvolvimento rural sustentável³¹ aparece na missão da Emater, conforme descrito a seguir: "*Disseminar conhecimentos e formar produtores, trabalhadores rurais, suas famílias e organizações, nos aspectos tecnológicos e gerenciais do sistema produtivo agrícola, visando a geração de emprego, renda e o desenvolvimento rural sustentável*" (EMATER-DF, 2001:2). Conforme o Entrevistado D,

A gente pode dizer que em um universo das instituições aqui em Brasília ela é bem conceituada nas orientações de política pública para o desenvolvimento sustentável. O trabalho voltado em meio ambiente sempre foi avançado. Toda a unidade local é obrigada a programar atividades fortes na área de desenvolvimento sustentável (ENTREVISTADO D).

As metodologias participativas ganharam mais força nesse período. O diagnóstico rural participativo (DRP)³² se tornou uma importante ferramenta na empresa. O DRP é um guia prático constituído por técnicas e ferramentas que permitam que a comunidade faça seu próprio diagnóstico, planejamento e gerenciamento através da participação. A mudança para um governo de esquerda trouxe para a extensão rural no DF a exclusividade e/ou prioridade de atendimento para a agricultura familiar e assentados de reforma agrária. (ENTREVISTADO G).

Em 2005, há um aumento do quadro de profissionais para 285 funcionários, sendo 33 estagiários, 16 cedidos de outros órgãos e 28 comissionados. Todavia, mesmo com a contratação de novos profissionais, no ano de 2006, uma das dificuldades relatadas pela empresa refere-se à multidisciplinaridade necessária para o atendimento das novas demandas da extensão rural. Os extensionistas, além de atender as demandas tecnológicas tradicionalmente feitas pela empresa, tiveram que se adaptar a um perfil de agente de desenvolvimento, executando políticas compensatórias e de desenvolvimento socioeconômico (EMATER-DF, 2005, 2006).

³¹ Não foram encontradas referências específicas sobre o ano específico em que o desenvolvimento rural sustentável aparece nas orientações da empresa. Mesmo com as entrevistas não foi possível conseguir o dado com exatidão, então se utilizou o ano de 2001 como marco, por ser a primeira vez que foi encontrado nos relatórios consultados.

³² VERDEJO. M. E. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático. Brasília: MDA/ Secretaria de agricultura familiar, 2006.

Ao longo dos anos a extensão rural foi adquirindo um caráter multidimensional. O enfoque deixa de ser puramente econômico englobando a dimensão social, ambiental, cultural, entre outras. Isso fez com que a empresa contratasse profissionais com formações diferentes das quatro tradicionais (agronomia, veterinária, economia doméstica e técnico agrícola) tornando-se, portanto, mais multiprofissional. A partir de então passou a contratar engenheiros florestais, turismólogos, nutricionistas, técnicos em agroindústria, entre outros (ENTREVISTADO G).

Em 2007, apareceu pela primeira vez nos relatórios anuais da Emater-DF temas relacionados à agroecologia e à PNATER. Foi instituída a subárea de desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção orgânica no DF, como mostra o relato a seguir.

De 2007 a 2010 o crescimento da agroecologia ocorreu de forma natural aqui dentro e no Brasil todo. Tanto que o primeiro seminário de agroecologia do DF saiu daqui de dentro. O tema cresceu para os técnicos com capacitação, seminários, palestras, visitas aos escritórios, conversas no dia a dia e no cotidiano. Em 1994, havia muita chacota, isso é coisa de hippie, coisa de doidão, No início foi um choque, mas ai a coisa foi evoluindo. Os céticos vão vendo resultados. Já tive colegas muito céticos com a questão da agricultura orgânica e que hoje em dia tem contribuído, trazido novas ideias (ENTREVISTADO A).

No ano de 2009 a missão da empresa é alterada para:

Coordenar e promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar no DF, por meio da assistência técnica e extensão rural, da vigilância sanitária, da regularização e administração fundiária e do apoio à distribuição e comercialização de produtos e serviços, com educação ambiental e foco no bem estar social (EMATER-DF, 2008, 4).

Neste mesmo ano foi incluído o programa de fortalecimento da agricultura familiar como atendimento das demandas da PNATER. Entre as dificuldades enfrentadas pela empresa estava a diversidade de serviços executados. A multiplicidade de atividades resultava em um déficit de funcionários para executar os trabalhos. Além disso, a execução do Plano de Demissão Voluntária (PDV) retirou pessoas qualificadas levando um tempo para que seus substitutos alcançassem capacitação e agilidade em suas funções (EMATER-DF, 2010).

A empresa na década de 1990 até 2000 teve o auge dela. Nesse processo, concomitantemente, teve um processo onde boa parte daqueles que eram os pioneiros da Emater saíram no PDV. Hoje vivemos uma crise que chamo de crise de conhecimento tácito. Quem saiu levou o conhecimento da extensão e o pessoal jovem que entrou ainda não adquiriu esse conhecimento (ENTREVISTADO B).

Segundo o Entrevistado B, alguns funcionários antigos que trabalhavam mais com produtividade e tecnicismo se sentiram deslocados com a chegada dos princípios propostos pela PNATER e o PDV veio como uma “fuga” para esses profissionais.³³

Em 2011, a Emater participou das propostas de desenvolvimento sustentável do território, auxiliando na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania de Águas Emendadas. Neste mesmo ano foi assinado um contrato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural na região do Entorno.

A Emater voltou a atuar fora do DF aumentando sua área de ação. No outro governo (governo Agnelo) a gente teve uma concentração de esforços mais para os produtores dos movimentos sociais, trabalhamos muito com assentamento. Atualmente com a política que entrou nesse governo, que é um governo mais de centro (Rolleberg), atendemos médios produtores também. A gente fica muito a mercê da ideologia do governo que assume, as vezes a gente vai mais para um lado, as vezes mais para o outro (ENTREVISTADO B).

Em 2012, a missão da empresa é novamente atualizada para: *Promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar por meio da assistência técnica e Extensão rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno* (EMATER-DF, 2012:6).

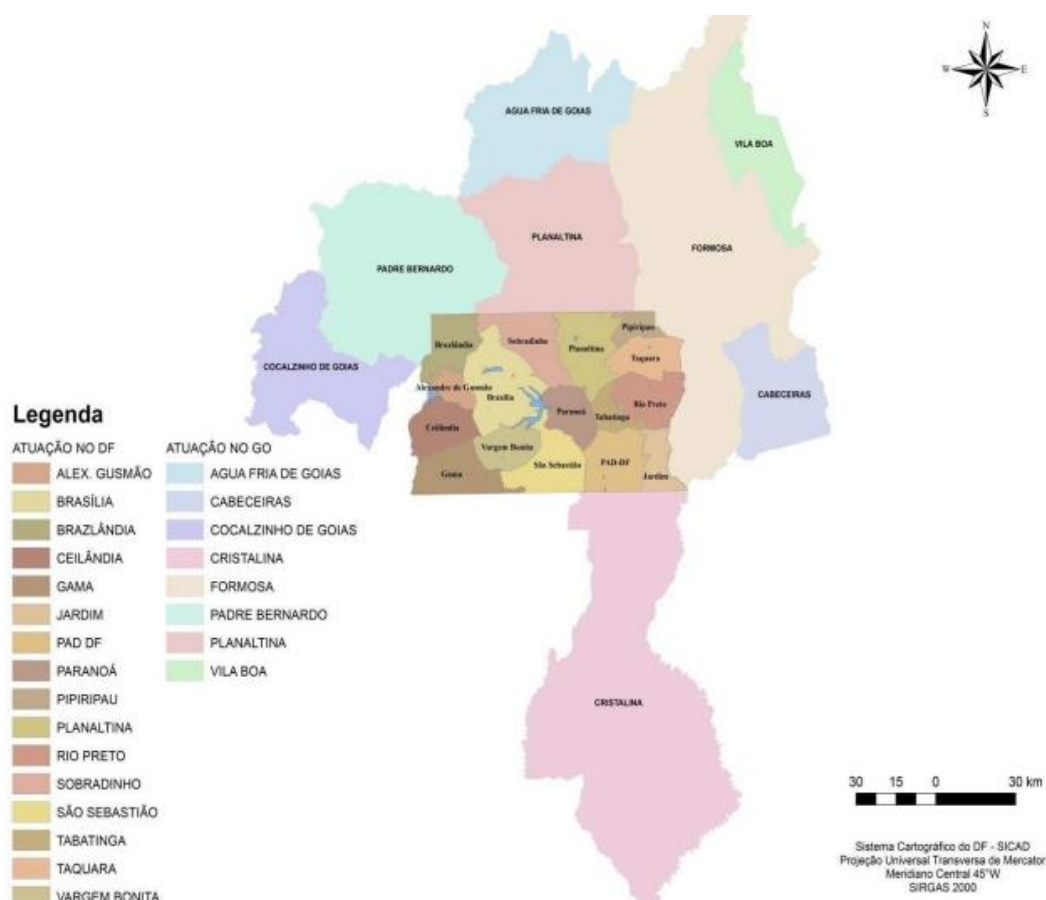
No relatório de atividades do ano de 2014, novamente é citada a PNATER. Segundo a empresa, as ações objetivam a promoção da agricultura sustentável em parceria com outras instituições, atendendo a exigências da lei 12.118. Neste período a empresa tinha 374 servidores e 48 estagiários.

Atualmente, os programas prioritários da empresa são: agricultura urbana; programa Brasília leite sustentável; programa organização e gestão social; programa de olericultura, programa floricultura; programa agroecologia; programa produtor de água. Além dos programas citados a Emater-DF trabalha com os programas de compras governamentais tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA) (EMATER-DF, 2013).

Em relação à distribuição dos escritórios locais, atualmente a localização está baseada na distribuição geográfica das propriedades rurais variando de 0 km a 40 km de distância das mesmas, conforme ilustrado no mapa abaixo:

³³ Vale ressaltar que esta afirmação é de um extensionista ainda atuante na Emater-DF, nenhum extensionista do PDV foi entrevistado.

Figura 01: Áreas de atuação da Emater-DF



Fonte: Emater (2014).

Cada unidade local geralmente é composta de 04 a 09 funcionários, variando de acordo com as demandas de cada região. A equipe padrão é composta por um engenheiro agrônomo, um médico veterinário, um técnico agrícola, um economista doméstico e um assistente administrativo, como pode ser confirmado pelo entrevistado A. (EMATER, 2012).

A Emater não era muito diferente, tinha praticamente os mesmos escritórios que tem hoje. Nesse ponto a Emater é muito estável, até demais, agente já podia até ter modificado um pouco nossa distribuição geográfica, mas funciona praticamente no mesmo formato (ENTREVISTADO A).

Finalizando o capítulo de resgate histórico da EMATER-DF é importante ressaltar que a instituição é diferenciada das demais empresas de ATER do país, seja pela estrutura tecnológica, física e humana que possui, seja pela maior proximidade com os centros decisórios dos ministérios, instituições de ensino e pesquisa. Sendo assim, o serviço de assistência técnica e extensão rural do DF é bastante diferenciado, dotado de recursos financeiros e um número grande de profissionais e técnicas qualificadas (ÁVILA, 2011). O relato da entrevistada E ilustra tal vantagem.

Eu acho que a extensão aqui no DF de certa forma ela é favorecida em questão do próprio governo local, creio que a gente tem menos dificuldades que as outras Emateres, nesse sentido. A gente pode se sentir priorizado e até porque as comunidades são diferenciadas porque elas são praticamente na cidade, as distancias são muito curtas (ENTREVISTADA E).

4.8 Estrutura organizacional da Emater-DF

A Emater-DF é uma empresa pública de direito privado, com autonomia jurídica, administrativa e financeira, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Em suma, tem como ações básicas a prestação de assistência técnica e gerencial aos agricultores em busca da melhoria da qualidade de vida, fornecendo treinamentos, fazendo a integração entre órgãos que atuam no desenvolvimento rural, entre outras (EMATER-DF, 2014). Tem como competências:

I - colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal, na formulação e execução das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural;

II - planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando o aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e melhoria da qualidade e das condições de vida no meio rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE;

III - difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica, ambiental e social, em consonância com as políticas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal (EMATER-DF, 2014: 6).

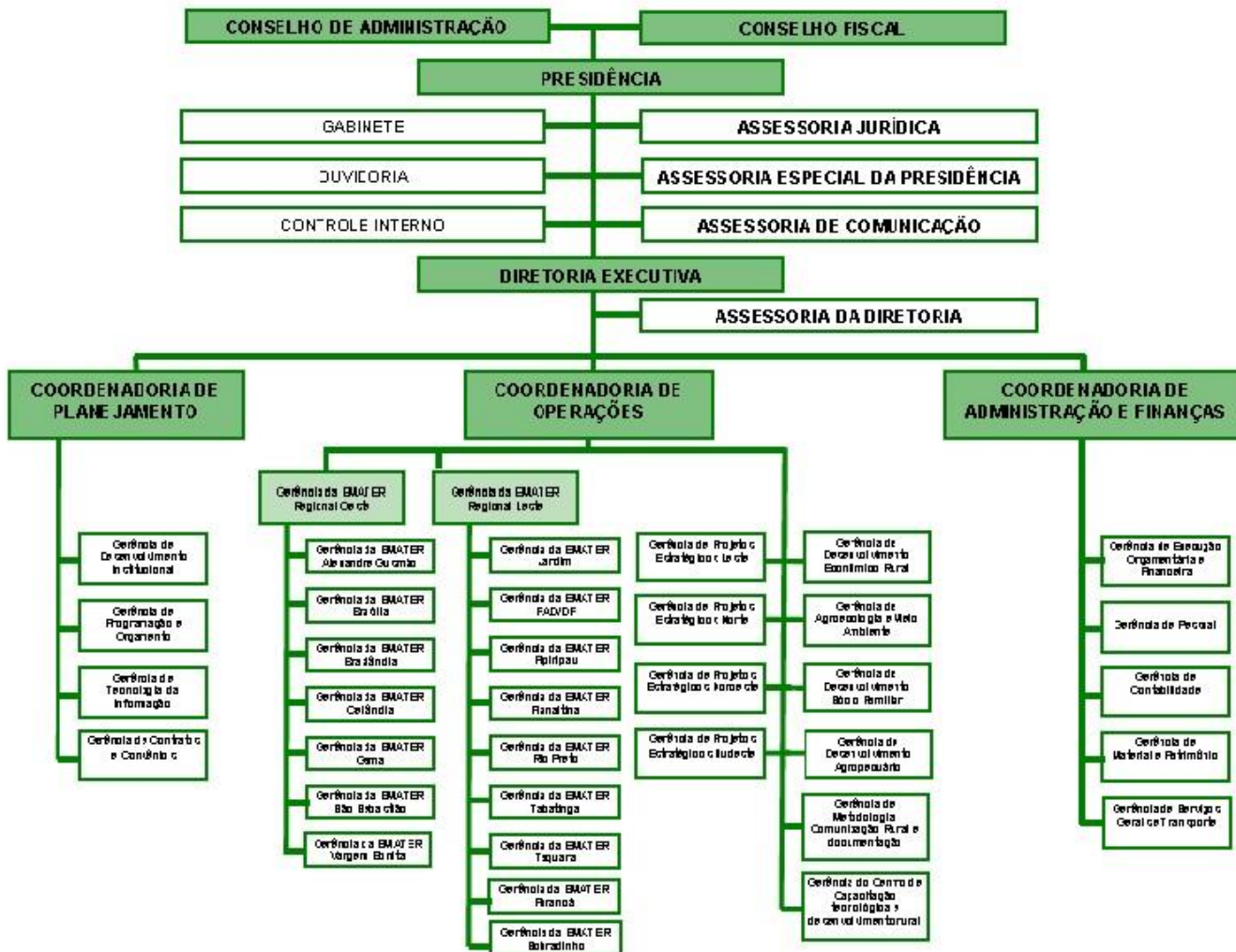
Entre suas diretrizes e normas internas está reforçada a compatibilização dos programas da empresa com os planos de governo local e federal. A empresa pode também ser contratada por outros órgãos, mediante remuneração, para executar seus serviços. Os recursos financeiros da empresa são constituídos por várias fontes tais como: transferências anuais do Governo do Distrito Federal; convênios e contratos, bens patrimoniais, doações, empréstimos e financiamentos, entre outras receitas (EMATER-DF, 2014). De acordo com o artigo 6 do seu Estatuto Social, seus objetivos são:

I - Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando ao aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria das condições de vida no meio rural do Distrito Federal, por meio da difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal (EMATER-DF, 2010).

Para cumprimento das suas competências legais, a Emater-DF apresenta a seguinte estrutura:

Figura 02: Organograma da empresa



Fonte: Emater-DF (2014)

Para Costa e Costa (2011), as normas institucionais das empresas de ATER não estão sendo alteradas. Embora haja uma mudança no discurso oficial, isso não se materializa na prática. Segundo os extensionistas presentes no Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural realizado em Brasília, é unânime o desejo de ampliar o poder dos agricultores sobre a ação extensionista (ABRAMOWAY, 1998).

Porém, conforme afirma Caporal (2006), boa parte das organizações públicas ainda preservam as características da administração burocrática e, muitas vezes, não responde com agilidade às demandas da comunidade.

Outro aspecto diz respeito ao modelo presidencialista das diretorias nomeadas. Se não se pode mudar isso, em muitos casos por razões políticas, no mínimo, seria

importante montar uma equipe de gestão estratégica, formada por servidores escolhidos de forma democrática por seus pares, mediante eleições. Uma espécie de parlamento que acompanharia e fiscalizaria o presidencialismo, dando sugestões e contribuindo no processo de gestão (CAPORAL; RAMOS, 2006:19).

A permanência da estrutura burocrática das empresas de ATER corrobora a tese de Chandler (1962) *apud* Silva (1985) que afirma que a estrutura deve seguir a estratégia. O autor identificou que os problemas administrativos provocados pela adoção de novas estratégias ocorreram devido à permanência da mesma estrutura organizacional, tornando as estratégias ineficazes. A estrutura organizacional de uma empresa decorre de sua estratégia, ou seja, a alteração das estratégias conduz a necessidade de mudanças estruturais. A adaptação da estrutura ocorre ao longo de um processo, cujo desenvolvimento só ocorre em função das provocações e conflitos nas empresas.

. Quanto ocorre a adição de novas fontes de diversidade (no caso das empresas de ATER a prestação de serviço em novas áreas e mudança das formas de atuação para implementação da PNATER), maior será o nível de complexidade das atividades, o que exige mudanças estruturais na instituição para que as novas estratégias se tornem eficazes (RICHERS, 1985).

Entre as mudanças estruturais necessárias, a principal delas está relacionada com as formas de gestão, uma vez que os mecanismos de controle deveriam ser descentralizados. Alguns indicadores podem ser utilizados para se discutir o sucesso de uma nova ATER, sendo eles: a) indicadores do processo de transição agroecológica; b) indicadores sociais; c) indicadores econômicos; d) indicadores relacionados IV cultura local; e e) indicadores de gestão institucional (CAPORAL, 2006).

De acordo com Brodbeck (2003) *apud* Scholz (2011) é necessário que se faça o alinhamento do planejamento com as estratégias organizacionais. Porém, segundo o autor, esse processo não deve ser feito de forma isolada, mas a partir de um processo de mudança, adaptação e revisões contínuas. No caso da política de ATER, o quadro 07 sintetiza alguns pontos citados por Brodbeck (2003) *apud* Scholz (2011) que podem auxiliar no alinhamento das empresas de ATER em relação à PNATER.

Além da adaptação estrutural, outro problema é a execução de diversos programas de governo para captação de recursos, tarefas que se tornam mais uma obrigação dos agentes de extensão rural. Frequentemente, os secretários de agricultura e os governos locais delegam à extensão rural a função de executar programas assistencialistas e/ou programas que não levam, na maior parte das vezes, ao desenvolvimento rural, uma vez que mostram-se

ineficientes ao longo do tempo e limitam a extensão à relações assistencialistas (CAPORAL, 2006). Tal fato pode desmobilizar as ações das instituições de ATER, na medida em que haja incompatibilidade entre os programas de governo e ações de ATER; assim como divisão de esforços, recursos humanos e técnicos.

Quadro 07: Quesitos de Contexto Organizacional, Elementos de Alinhamento Estratégico e Questões Inerentes às Organizações de ATER.

QUESITOS	ELEMENTOS DE ALINHAMENTO	QUESTÕES INERENTES ÀS ORGANIZAÇÕES DE ATER
Contexto Organizacional	Condições e direcionamento, envolvendo "porte da organização, estratégias, custos operacionais, cultura, autonomia e posicionamento no mercado".	Condições de autonomia (administrativa e financeira), porte (possui unidades descentralizadas/departamentos), natureza jurídica da organização (autarquia, empresa pública, departamento ou Secretaria de Estado), direcionamento (atua com ATER ou está associada à Pesquisa).
Modelo de Plano Estratégico	PEN - Plano Estratégico de Negócios: estratégias, objetivos, metas e plano de ação. Participação e comprometimento, reuniões, horizonte e ambiente do planejamento.	A organização possui um plano de negócio que estabelece estratégias, objetivos, metas e plano de ação para as áreas técnicas de ATER, de suporte (Financeira, Administrativa e Logística e Pessoal). A organização define planos estratégicos para a tecnologia de informação, com o estabelecimento de infraestrutura de suporte possui pessoal capacitado para operá-los?
Etapa de Formulação do Processo de Planejamento Estratégico	Participação e comprometimento, reuniões, horizonte e ambiente do planejamento.	Metodologia utilizada, comprometimento da alta direção e dos colaboradores, horizonte (período estabelecido entre a elaboração e a revisão dos planos) e ambiente em que foi feito o planejamento (clima organizacional).
Etapa de Implementação do Processo de Planejamento Estratégico	Metodologia de implementação dos planos e dos sistemas de informação, manutenção da adequação contínua dos itens planejados, integração funcional e informacional pela conformidade dos itens planejados com os processos e modelo de informações definidos nos Sistemas de Informação, que mantenham a participação, o monitoramento e comprometimento das pessoas com as metas.	Identificação da metodologia de implantação e de manutenção dos processos. - Sistemas de Informação (controles/resultados): - participação; - monitoramento; - comprometimento

Fonte: Adaptado de Brodbeck (2003) apud Scholz(2011).

5 RESULTADOS E ANÁLISES: MODELOS DE EXTENSÃO RURAL NO DF E ALINHAMENTO COM A PNATER

Esse capítulo visa identificar o(s) modelo(s) de extensão rural predominante(s) na Emater-DF, tendo como referência a classificação da extensão como participação, como serviço ou como intervenção elaborada por Castro (2003); verificar se as ações dos extensionistas são orientadas pelo princípios da PNATER ou da ATER convencional; assim como identificar o alinhamento da instituição com a PNATER.

5.1 Identificação e caracterização dos modelos de extensão rural a partir percepção dos extensionistas

Utilizando-se os três modelos de extensão propostos por Castro, foram destinadas duas afirmativas para identificação de cada um. O modelo de extensão como participação teve os maiores índices de frequência na concordância parcial e concordância total. Quando indagados se a extensão busca compartilhar vivências de forma participativa, de modo a que o extensionista seja um intermediador do conhecimento, 63,63% dos respondentes concordaram totalmente, o que indica um forte alinhamento com o modelo de extensão como participação.

A segunda afirmativa do modelo de extensão como participação afirmou que o papel do extensionista não é persuadir, mas antes oferecer uma proposta, uma solução para determinado fim. Nessa alternativa, o extensionista enxerga o agricultor como possuidor de condições para selecionar as recomendações que achar mais conveniente para sua realidade. A frequência de 36,36% de concordância parcial e 36,36% de concordância total confere um grau forte/moderado de alinhamento do modelo de extensão como participação.

A primeira afirmativa do modelo de extensão como intervenção afirmou que os extensionistas deveriam persuadir o agricultor a aceitar as sugestões, já comprovadas cientificamente. Tal afirmação teve uma frequência de resposta de 45,45% de concordância

parcial, ou seja, a empresa também está moderadamente alinhada com o modelo de extensão como intervenção.

A segunda afirmativa relacionada à extensão como intervenção estava relacionada aos programas de Estado, afirmando que os extensionistas deveriam colocá-los em prática no campo, já que são elaborados a partir de verdades científicas incontestáveis, cujos benefícios são comprovados por meio de experiências desenvolvidas em outras localidades. O nível de discordância parcial foi de 30,30%, seguido da discordância total de 30,30%; o que significa que a empresa está moderadamente/fortemente não alinhada com o modelo de extensão como intervenção.

A extensão como serviço indica que a assistência técnica e extensão rural devem estar voltadas para a solução de problemas específicos demandados pelos agricultores, a partir da aplicação de tecnologias. Como mostra a tabela 04, cerca de 30,30% dos extensionistas não opinaram sobre o assunto, o que confere um grau de não alinhamento com esse modelo. Quando questionados se os serviços de extensão são semelhantes a uma relação contratual, com compromissos mútuos, sendo os usuários vistos como meros clientes, 33,33% concordaram parcialmente; o que indica um grau moderado de alinhamento ao modelo de extensão como serviço.

Tabela 04: Distribuição de respostas do eixo 03 (modelos de extensão rural) em porcentagem. ³⁴

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T	D.P.	S.O.	C.P	C.T	S.R
24	Baseado em comprovações científicas, o extensionista deve convencer o agricultor para que adote procedimentos considerados mais adequados para os fins almejados, uma vez que sabe positivamente o que é adequado ou não para cada realidade. (MODELO DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO)	21,21%	24,24%	6,06%	45,45%	0%	9,09%
25	A extensão buscar compartilhar aprendizagens e vivências; é uma proposta participativa que leva à reflexão, sendo o extensionista o intermediador dos conhecimentos que devem ser compartilhados com a comunidade. (MODELO DE EXTENSÃO COMO PARTICIPAÇÃO)	0%	3,03%	0%	30,30%	63,63%	3,03%
26	A extensão é um serviço de assistência, com aplicação de tecnologias e conhecimentos, conduzida pelos extensionistas para solução de problemas demandados pelos agricultores. Se por acaso os resultados não ocorrerem de forma prevista é provável que alguns passos do processo tenham sido executados de maneira equivocada pelo agricultor. (MODELO DE EXTENSÃO COMO SERVIÇO)	3,03%	15,15%	21,21%	24,24%	6,06%	30,30%
27	Os extensionistas devem seguir os programas propostos por políticas de Estado e instituições de ATER, elaborados a partir de verdades científicas incontestáveis, cujos benefícios são comprovados por meio de experiências desenvolvidas com êxito	30,30%	30,30%	3,03%	18,18%	6,06%	12,12%

³⁴ Discordo totalmente (DT); discordo parcialmente (DP), não tenho opinião formada sobre esse assunto (NO); concordo parcialmente (CP); concordo totalmente (CT).

	em outros lugares. Além disso, a ação da extensão é justificada pela sua importância para o desenvolvimento nacional e os agricultores devem ser convencidos que o que está sendo oferecido é a melhor proposta. (MODELO DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO)						
28	Os serviços de extensão se assemelham a uma relação contratual onde ambas as partes criam compromissos mútuos. O extensionista oferece uma solução viável para determinado problema e o agricultor deve seguir o que lhe foi oferecido. Os usuários destes serviços são vistos como clientes. (MODELO DE EXTENSÃO COMO SERVIÇO)	12,12%	24,24%	6,06%	33,33%	3,03%	21,21%
29	O extensionista enxerga o agricultor como possuidor de condições de selecionar o que é conveniente para sua realidade. Portanto, o interesse do extensionista não é persuadir o agricultor, mas antes oferecer uma proposta. Trata-se de uma aliança onde se comunicam vivências. (MODELO DE EXTENSÃO COMO PARTICIPAÇÃO)	0%	6,06%	3,03%	36,36%	36,36%	6,06%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Segundo a frequência de respostas e o peso relativo de cada uma, observa-se que não há modelo hegemônico na Emater-DF. Ora a empresa está voltada para o modelo de extensão como participação (frequências 63,63% de concordância parcial e 36,36% de concordância total), ora voltada para o modelo de extensão como serviço (frequências de 24,24% e 33,33% de concordância parcial); ou ainda, voltada para a extensão como intervenção (frequência de 45,45% de concordância parcial e 30,30% de discordância parcial). No quadro 08 exibe-se o grau de alinhamento para cada modelo.

Quadro 08: Grau de alinhamento das questões relativas aos modelos de extensão

MODELO DE EXTENSÃO	GRAU DE ALINHAMENTO
Intervenção	Moderadamente alinhado
Intervenção	Fortemente/moderadamente não alinhado
Serviço	Sem alinhamento
Serviço	Moderadamente alinhado
Participação	Fortemente alinhado
Participação	Fortemente/moderadamente alinhado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Assim, os índices maiores de concordância evidenciam a existência de um modelo misto de extensão. As características de cada modelo se desenham na prática, se adequam a cada circunstância, ao público atendido e ao aprendizado de cada extensionista. Os depoimentos dos entrevistados e as respostas dos extensionistas sobre a característica

predominante dos serviços de ATER na Emater-DF, corroboram a não existência de um modelo hegemônico na empresa.

Para o Entrevistado A, nos últimos oito anos, a Emater-DF está caminhando para um modelo mais participativo e sustentável por iniciativa de alguns extensionistas e do MDA.

Acabamos de formar a última turma que entrou em maio desse ano (2014). Entraram 43 extensionistas e fizemos um processo de formação com eles. No processo de formação nós tivemos uma parte significativa de organização social e tivemos uma parte, a mais pesada, em agroecologia. Nós fizemos um curso de agroecologia em parceria com a Unb e depois tivemos o curso de metodologias participativas. Tudo isso aí são processos. Antigamente a entrevista contava muito ponto no processo seletivo, hoje não tem mais isso, até pra evitar fraudes. Então a pessoa passa no concurso e vem com aquela formação mais tradicional possível. Boa parte destas pessoas estão pagando pra ver se há resultados (da agroecologia), há muitas críticas. Durante o curso de formação nós fizemos uma avaliação e muitas críticas foram feitas: Ah, é filosofia demais, é muita dinâmica, é muito exotérico, quero saber é da solução, etc. Então eu fui no último dia do curso falar sobre custos de produção. Não estava previsto. Fiz uma reunião com a coordenação do curso e falei que a turma era difícil, que não veio querendo saber de agroecologia. Nós que incluímos o tema na formação inicial deles, então temos que falar um pouco a linguagem deles, entrar na sintonia deles. Então veio a ideia de fazer a parte de custos de produção para eles entrarem mais na área real da produção agrícola agroecológica, da prática. Isso demonstra claramente a dificuldade que a gente tem de trabalhar temas como participação popular, agroecologia, meio ambiente. As universidades não focam isso (ENTREVISTADO A).

Segundo o Entrevistado B, a empresa está em duas velocidades e o difusionismo ainda é muito forte por conta do histórico da extensão e pela forma como foi construída a questão agrária no DF. Como dito anteriormente, a construção da área rural do DF foi estrategicamente pensada para alcançar a segurança alimentar e a Emater-DF foi crucial no processo da expansão da agricultura moderna nos Cerrados.

Muita terra aqui é do governo, então se você pegar Tabatinga, Rio Preto, PAD-DF, em quase toda região os lotes são do Estado. São terras arrendadas, que cria uma especificidade diferente das outras Emateres do país, e faz com que a Emater-DF seja hoje a Emater que mais está presente junto aos produtores rurais, não somente na qualidade do serviço, mas por essa estrutura agrária que foi montada com a construção de Brasília, que são os grupos rurais e colônias agrícolas. As distâncias são relativamente menores (ENTREVISTADO B).

Já para o Entrevistado C, a Emater cumpre bem o papel na transferência de tecnologia. Muitas vezes o público atendido não é agricultor, mas deseja iniciar atividades agropecuárias e para isto busca auxílio almejando resultados rápidos.

O nosso público vem aqui querendo resultados. Ele quer ir pro meio rural, mas muitas vezes nunca esteve lá, então temos que apresentar a tecnologia. Podemos sugerir que ao invés de utilizar agrotóxico, pode-se usar outro tipo de produto, a matéria orgânica, por exemplo. Mas não pode deixar de usar fertilizante, porque é

uma coisa natural, você não pode trabalhar sem fósforo, sem potássio, sem nitrogênio. Há varias fontes de NPK e você tem que adequar à necessidade do produtor e o que eles esperam também. Tem produtor que quer colher amanhã. Tem produtos com excesso de agrotóxico? Tem sim, mas tem muito produto orgânico também. Isso a extensão rural tem sabido levar com muita propriedade (ENTREVISTADO C).

De acordo com o Entrevistado D, o viés desenvolvimentista (na formação do extensionista) não é tão forte. Com o ingresso de novos profissionais a cultura institucional está mudando lentamente. A Emater-DF passou aproximadamente 15 anos sem concurso e somente renovou o quadro no ano 2010. Pela renovação do quadro de profissionais a cultura organizacional dos funcionários ainda é recente, conforme descrito a seguir:

“O serviço é mais voltado para assistência técnica por parte dos funcionários, principalmente os que ingressaram recentemente. Talvez com o passar do tempo eles possam se adequar aos dois, extensão e assistência” (ENTREVISTADO 15).

Antes havia um grupo de funcionários com uma faixa etária e cultura organizacional estabelecida. A chegada de um grupo novo trás uma outra cultura, uma outra visão. Até você formar uma nova cultura é um processo demorado. A gente pode dizer que em um universo das instituições aqui em Brasília, ela (Emater) é bem conceituada nas orientações de política pública para o desenvolvimento sustentável. O trabalho voltado para o meio ambiente sempre foi avançado, a questão ambiental tem um grupo muito forte. Toda a unidade local é obrigada a programar atividades na área de desenvolvimento sustentável e esse novo grupo que chegou está sendo formado pra isso. Muitos técnicos gostam do processo de assistência direcionada, alguns tem resistência, mas isso está se desmanchando ao longo do tempo. Pode-se dizer houve resistência, mas hoje trabalham de forma mais articulada, de uma maneira muito tranquila, a resistência pode-se dizer que é mínima no ponto de vista institucional (ENTREVISTADO D).

Para o Entrevistado 01, não existe uma padronização dos serviços de ATER. Já para o Entrevistado 05 o serviço da Emater-DF está mais voltado para o difusionismo e para assistência técnica do que para a extensão rural. Apesar das diferenças, as falas evidenciam por um lado o reconhecimento da importância da ATER mais participativa, e por outro, a predileção de alguns técnicos pela assistência puramente técnica e difusionista. A interação entre os dois modelos aparece claramente nos trechos a seguir:

“As práticas devem ser realizadas por ambos (participação e difusionismo) para desenvolver as metodologias de ATER, organização, mobilização e cooperação” (ENTREVISTADO 06).

“Os serviços são mais próximos de ambos (difusionista e participativo), depende dos técnicos, cada um atua de forma diferente” (ENTREVISTADO 18).

“Atualmente a assistência técnica tem mais espaço, sendo as práticas mais difusionistas” (ENTREVISTADO 16).

A resistência do produtor é citada como um dos entraves para a atuação da extensão de modo mais participativo, uma vez que os agricultores atendidos pela extensão rural foram historicamente acostumados ao sistema convencional de produção e ao método difusionista. Muitas vezes o agricultor necessita resultados rápidos e não tem paciência para aguardar benefícios futuros. Além disso, sentem-se inseguros em arriscar no que para eles é desconhecido. No caso dos assentamentos de reforma agrária, o atendimento é diferenciado e mais participativo, em função de suas especificidades, tais como a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso a crédito rural, conforme descrito nas falas a seguir:

“As práticas são mais próximas da participação, no entanto, os produtores não querem mudar os hábitos apreendidos, fazendo com que o extensionista rural volte para a assistência técnica” (ENTREVISTADO 17).

Nos assentamentos os serviços são mais voltados para extensão rural e nas propriedades particulares mais voltados para assistência técnica. No primeiro grupo se pratica mais os métodos participativos e no segundo se pratica mais difusionismo, pois há demandas específicas (ENTREVISTADO 23)

Para alguns extensionistas, as práticas de ATER tem caráter misto e se adequam às situações, necessidades e demandas encontradas (ENTREVISTADO 19). Outros extensionistas concordam com a duplicidade das práticas, como descrito nas falas abaixo.

Há práticas mistas, serviços de assistência técnica e extensão rural. Atendemos não só agricultores familiares, mas os agricultores patronais também. Com os agricultores familiares é feito mais extensão rural e com os demais é feito mais a assistência técnica (ENTREVISTADO 07).

“A empresa parece equilibrar coerentemente a assistência técnica e a extensão rural aos produtores. A metodologia dialética é práxis, porém a interferência política, como todo setor público, favorece o difusionismo” (ENTREVISTADO 20).

Segundo a Entrevistada E, está ocorrendo na empresa um esforço maior na direção da participação. As exigências das chamadas públicas, convênios e contratos que preconizam um enfoque mais participativo foram um dos fatores que contribuiu para o crescimento do tema na instituição. Para que isso ocorra é necessário que a empresa se adeque às novas práticas. Porém, ainda não há um corpo técnico completo formado, pois os novos extensionistas estão em processo de formação, construção e consolidação de novos conhecimentos.

De acordo com o Entrevistado G, existe um direcionamento da empresa para a multidisciplinariedade, porém, o processo ainda passa pela perspectiva teórica da adoção de tecnologia. Apesar de o viés tecnológico ser um dos pilares, a consciência dos técnicos é diferenciada. Se antes era recomendada a aplicação de agrotóxicos, hoje isso é feito de forma mais racional. Existe também a corrente da agroecologia e da produção orgânica.

Assim, de acordo com os modelos teóricos propostos por Castro (2003) e a partir dos dados dos questionários e das entrevistas, é possível observar a co-existência de elementos dos três modelos. Entretanto, dois parecem ser predominantes, a extensão como participação e a extensão como serviço, aparecendo com frequência de forma conjugada. O caráter assistencial se assemelha ao modelo de extensão como serviço, onde os extensionistas acreditam que a tecnologia, a produtividade e a solução de problemas técnicos são primordiais nos serviços de ATER. Porém existe o grupo dos extensionistas mais dialógicos do ponto de vista educacional, que primam pela preservação do meio ambiente a partir da prática da agroecologia e da produção orgânica, e acreditam na construção conjunta do conhecimento. Esse grupo se identifica com o modelo de extensão participativo que reconhece o processo de aprendizado como uma troca de experiências mútuas.

Para finalizar, o Entrevistado 22 caracteriza o serviço de extensão rural na Emater-DF, evidenciando o caráter misto de suas práticas:

O serviço de extensão rural na Emater-DF é um mecanismo para melhorar a qualidade de vida das famílias do campo. As práticas incluem geração de renda, diversificação do sistema de produção, acesso a recursos, promoção da sustentabilidade. Ainda busca-se o alinhamento entre difusão e participação. Atualmente os serviços são mais voltados para assistência técnica, porém a extensão rural tem sido vivenciada com a prestação de serviços da empresa para os assentamentos da reforma agrária.

5.2 Alinhamento da Emater-DF aos princípios da PNATER

Para identificar o alinhamento da Emater-DF aos princípios da PNATER, foram analisadas as percepções dos extensionistas da empresa em relação aos eixos temáticos orientadores das diretrizes e princípios da política: modernização da agricultura, agricultura familiar, público-compromisso, desenvolvimento sustentável, gestão social, agroecologia e metodologia participativa.

De acordo com a metodologia adotada neste trabalho (item 1.5), foi aplicado um questionário temático junto aos extensionistas. Os resultados percentuais estão contidos na Tabela 05 e serão interpretados nos itens a seguir.

Tabela 05: Distribuição de respostas do eixo 01 (princípios da PNATER) em porcentagem.

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T	D.P	C.O	C.P.	C.T	S.R
07	A Extensão Rural, promotora da modernização da agricultura brasileira, contribuiu para o aumento da pobreza e da miséria no campo brasileiro, expulsando um grande número de agricultores familiares do campo.	96,96%	0%	0%	3,03%	0%	0%
08	A vocação da agricultura familiar é a produção de alimentos sendo fundamental o investimento e fortalecimento desta categoria. Este fortalecimento deve ser feito sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável para a promoção da segurança e soberania alimentar.	0%	0%	0%	30,30%	54,54%	15,15%
09	O público da extensão deve ser ligado à agricultura familiar: proprietários, trabalhadores, posseiros, extrativistas, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, colonos, reideiros, ocupantes, acampados, pescadores artesanais, ribeirinhos, caiçaras; além de reforçar as ações afirmativas com a inclusão de índios, quilombolas, mulheres, jovens e idosos.	9,09%	15,15%	3,03%	45,45%	24,24%	3,03%
10	Os impactos ambientais e sociais provocados pelo atual modelo tecnológico da agricultura (agroquímicos e mecanização excessiva) indicam que a sustentabilidade só será alcançada a partir de uma nova agricultura baseada em princípios agroecológicos.	15,15%	9,09%	3,03%	57,57%	15,15%	0%
11	É papel do extensionista e da extensão rural contribuir para o estabelecimento de modos de gestão capazes de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades..	0%	0%	0%	30,30%	60,60%	9,09%
12	Agroecologia é um modelo de agricultura baseada na adoção de determinadas práticas culturais; na substituição dos insumos químicos pelos naturais e em tecnologias agrícolas pouco mecanizadas, objetivando ofertar produtos “limpos” ou ecológicos e de valor social por ser produzido por agricultores familiares. Esses agricultores devem ter garantida sua participação nos espaços de aprendizagem coletiva sobre a produção de base ecológica e nos espaços de mobilização regional para que os novos conhecimentos sejam socializados.	6,06%	12,12%	0%	51,51%	27,27%	3,03%
13	A ação extensionista deve ser realizada a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de metodologias participativas e de um paradigma tecnológico baseado na Agroecologia.	3,03%	9,09%	0%	57,57%	30,30%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

5.2.1 Modernização da agricultura

Conforme discutido anteriormente, os principais instrumentos utilizados para a modernização da agricultura foi o crédito altamente subsidiado e a assistência técnica e extensão rural. Segundo Martine (1991) a distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou divisão, ofertando assistência e crédito aos grandes produtores, enquanto os produtores menos capitalizados continuaram com suas práticas tradicionais em terras menos férteis. A mudança do processo tecnológico desencadeado pela modernização acentuou ainda mais a concentração de terra e o êxodo rural.

Além disso, a literatura também aponta para as consequências ambientais desastrosas de algumas tecnologias oriundas da Revolução Verde, em especial a contaminação por agrotóxicos, erosão dos solos, desmatamentos, entre outras. A partir da análise crítica dos resultados negativos do modelo convencional de produção e dos problemas originados pela ATER difusionista nasceu à proposta de ATER que consta na PNATER. No texto base da política, o posicionamento em relação à modernização da agricultura brasileira é muito claro ao recomendar *“uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde”* (MDA, 2004 p.5).

Ao serem indagados sobre a afirmação de que a modernização da agricultura, com a contribuição da extensão rural, trouxe consequências negativas para a população do campo, a grande maioria dos extensionistas (96,96%) discordou totalmente, o que evidencia uma falta de autocrítica e leva à conclusão de que há um desconhecimento acerca do histórico difusionista da extensão no Brasil e suas consequências, assim como um não alinhamento com esse princípio preconizado pela PNATER.

5.1.2 Agricultura familiar e público compromisso

Reconhecendo a importância da agricultura familiar e comprovada a insuficiência da ATER em atender essa categoria e demais povos tradicionais do meio rural, a PNATER tem como um de seus princípios o atendimento exclusivo dos agricultores familiares, assentados

de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros, e outros povos beneficiários dos programas do MDA (MDA, 2007: 7).

Ao serem questionados sobre a importância da agricultura familiar na contribuição para segurança e soberania alimentar, 54, 54% concordaram totalmente que a vocação da agricultura familiar é a produção de alimentos e deve ser feita sob a ótica do desenvolvimento sustentável. A concordância total confere um grau forte de alinhamento com a PNATER.

Em relação à inclusão de índios quilombolas, mulheres, jovens e idosos rurais no público alvo da extensão rural, 45,45% concordaram parcialmente o que indica um grau moderado de alinhamento.

Esses resultados indicam que os extensionistas reconhecem a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e a garantia da segurança e soberania alimentar. O reconhecimento da inclusão de outros povos rurais pode representar uma ruptura com a visão conservadora de que o público atendido deveria ser somente os que têm condições financeiras e estruturais para a produção técnica.

5.1.3 Desenvolvimento sustentável

No texto base da política os pacotes tecnicistas baseados na Revolução Verde são duramente criticados, sendo indicado como alternativa um processo de desenvolvimento sustentável baseado em estilos de agricultura ecológica, transição agroecológica e utilização sustentável dos recursos locais. Segundo os pressupostos da PNATER, a adoção de estilos alternativos de produção deve contribuir para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, conservar os recursos naturais e assegurar a produção de alimentos limpos. Em consequência, a ATER deve adotar uma missão, objetivos, estratégias e práticas compatíveis com o estabelecimento de sistemas de agricultura, extrativismo e pesca sustentável (MDA, 2004).

Cerca de 57,57% dos extensionistas concordaram parcialmente que a sustentabilidade poderá ser alcançada por meio de uma agricultura baseada na agroecologia, contrária a agricultura convencional baseada em agroquímicos, o que indica um moderado alinhamento com a política.

5.2.4 Gestão social

A PNATER orienta os extensionistas a buscarem uma nova forma gestão que auxilie na democratização das decisões e na construção da cidadania. Para isso, devem privilegiar os Conselhos de modo a fortalecer a participação dos beneficiários e da sociedade civil na qualificação das atividades de ATER, promovendo a participação e gestão compartilhada entre todos os agentes do processo de desenvolvimento (MDA, 2004).

Ao serem questionados se o papel do extensionista é induzir a democratização das formas de gestão para a construção da cidadania por meio do processo de controle social nas atividades, 60,60% concordaram totalmente. Esse alto percentual de concordância demonstra um forte alinhamento com a PNATER.

5.1.5 Agroecologia

A agroecologia é um enfoque científico que proporciona bases para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, não obedecendo a um modelo pronto como os pacotes tecnológicos da Revolução Verde. A transição para o sistema agroecológico pode ser feita gradualmente das formas de manejo de um sistema convencional para outro sistema que incorpore princípios e métodos de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER 2004).

Pouco mais da metade (51,51%) dos extensionistas concordaram parcialmente com a afirmação de que a agroecologia é um modelo de agricultura natural, sem uso de insumos químicos e com pouco uso de tecnologia mecanizada. Sua produção é considerada “limpa” e de valor social, produzida por agricultores que devem sociabilizar seus conhecimentos nos espaços de mobilização social e de aprendizagem. A concordância parcial com a afirmativa demonstra um moderado alinhamento com a PNATER.

5.1.6 Metodologia participativa

Em relação aos métodos de ação dos agentes de ATER, a PNATER preconiza metodologias e práticas compatíveis com a sustentabilidade. Para dar conta dos novos

desafios, os serviços de extensão devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, “*devendo seus agentes desempenhar um nível educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável*” (MDA, 2004: 6).

Ao serem questionados se a ação extensionista deve ser realizada a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de metodologias participativas e de um paradigma tecnológico baseado na agroecologia, 57,57% dos extensionistas concordaram parcialmente, o que demonstra um grau moderado de alinhamento com a política.

Sintetizando, pode-se dizer que, no conjunto de eixos temáticos, há um forte alinhamento dos extensionistas em relação à gestão social, à agricultura familiar e público compromisso preconizados pela PNATER. Em um nível mais moderado de alinhamento, encontram-se as diretrizes ligadas ao desenvolvimento sustentável, à agroecologia e à metodologia participativa. Somente em relação à modernização da agricultura há um forte não alinhamento com a PNATER, o que confirma as falas dos entrevistados.

O quadro 09 sintetiza os resultados sobre o grau de alinhamento dos extensionistas da Emater-DF à PNATER, evidenciando que, dos seis eixos temáticos analisados, cinco são bem aceitos; ou seja, com exceção do eixo “modernização da agricultura”, o alinhamento às diretrizes e princípios da Política situa-se entre os níveis moderado a forte. .

Quadro 09: Grau de alinhamento dos extensionistas de acordo com os eixos temáticos

EIXO	GRAU DE ALINHAMENTO
Modernização da agricultura	Fortemente não alinhado
Agricultura familiar	Fortemente alinhado
Público compromisso	Moderadamente alinhado
Desenvolvimento sustentável	Moderadamente alinhado
Gestão social	Fortemente alinhado
Agroecologia	Moderadamente alinhado
Metodologia participativa	Moderadamente alinhado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

As falas dos entrevistados corroboram esse quadro de alinhamento. Para o Entrevistado A, a PNATER foi primordial no crescimento da agroecologia na Emater-DF:

O recurso do MDA que chegava aqui para aportar trabalhos vinha com a obrigação de trabalhar temas de agroecologia. As chamadas públicas exigiam que se não trabalhasse a agroecologia puramente, tinha que trabalhar pelo menos transversalmente as ações propostas. Então, eu acho que o MDA e os princípios da PNATER influenciaram muito. Tanto que as nossas diretrizes nos últimos anos foram fundamentadas nas diretrizes da PNATER. Não é coincidência. A gente bebeu na fonte da PNATER pra traçar nossa estratégia de trabalho nos 4 últimos anos.

Já para o Entrevistado B a política dividiu a empresa em dois grupos, nos alinhados ao difusionismo e nos extensionistas voltados para o desenvolvimento social:

Eu tive a satisfação de ajudar a escrever a PNATER e sua chegada dividiu a Emater-DF naqueles que tem a vocação mais voltada para o produtivismo e nos que estavam mais engajados no desenvolvimento humano. Então ficou o pessoal mais desenvolvimentista, mais voltado para o lado humano, que seria um terço ou menos dos funcionários e a outra turma mais voltada para a produção, de crédito rural. Atualmente eu acho que os princípios ainda não estão todos consolidados, estão em processo de consolidação. Eu acho que aqui a gente evoluiu muito na questão da agroecologia, a questão da metodologia nós evoluímos muito pouco. Fizemos cursos, mas a alta gerência, a direção da empresa não assumiu aqui no *stricto senso* como deveria ser.

De acordo com o Entrevistado G, o trabalho de extensão é muito individualizado e a implementação dos princípios da PNATER depende da formação de cada extensionista e de sua trajetória profissional, para muitos os princípios foram bem aceitos para outros não. Tal declaração dialoga com Choa (2012), Lusa (2013), Bertoldo *et al* (2009) que afirmam haver um descompasso entre a PNATER como política de Estado e as ações das instituições de ensino, pesquisa e extensão relativas a formação que se enquadre nos princípios e diretrizes da política. Além disso, o ensino superior brasileiro ainda é carente de ações multidisciplinares, requisito importante na execução de atividades voltadas a sustentabilidade.

Apesar de os extensionistas apresentarem um forte grau de alinhamento com a PNATER, há vários obstáculos para serem superados para a efetiva implementação de todos os princípios e diretrizes orientadores da política de ATER. Como apresentado anteriormente, uma das maiores dificuldades está justamente na formação dos mesmos; seja no currículo das universidades e escolas de nível médio, como também na pouca capacitação ofertada nas instituições de ATER.

Tais resultados também estão presentes nas falas dos agentes. Os Entrevistados 01, 06, 07, 32, relatam que faltam recursos humanos e financeiros para que se viabilize a implantação da política, além de capacitações frequentes que abordem os temas da PNATER: “*Falta*

conhecimento teórico da política por parte dos extensionistas, pois a aplicação prática ocorre conforme as exigências do mercado de trabalho”(ENTREVISTADO 34).

A Entrevistada F relata o privilégio de ter participado de um curso de pós-graduação sobre os princípios da PNATER:

Eu fui privilegiada porque houve uma seleção no Brasil inteiro de extensionistas para participar da capacitação e daqui da empresa nós fomos 3 selecionados, então nós fomos com essa missão de entender essa nova forma, esse novo diálogo, como que iria se falar com o agricultor e com essa estruturação eles montaram um curso de pós-graduação. Nós éramos 45 extensionistas de todo o Brasil, mas os demais extensionistas poucos tinham entendimento dessa nova linguagem. Como nós éramos poucos para falar pra muitos, causava estranheza essa nova linguagem, essa nova construção de conhecimento. Antes era a difusão de tecnologia. Ao longo do processo foi melhorando porque vários extensionistas saíram pra estudar fora, alguns fizeram pós-graduação, então isso foi intensificando e o recurso pra qualificar a mão-de-obra extensionistas foi surgindo, o que foi facilitando. A agroecologia foi muito intensa nas Emateres. O que muda mais agora no caso da Emater-DF é ruptura com a chegada de novos técnicos e saída dos antigos. Essa ruptura levou muito conhecimento tácito da extensão rural. Ainda havia muita coisa deficiente porque muitos ainda tinham o comportamento de difusão, porém alguns já tinham sido qualificados nesse novo perfil (perfil da PNATER).

Para o Entrevistado 23 deveria haver uma mudança de paradigma, maior aporte humano e financeiro, além de um maior controle social pelas diversas classes de agricultores. Outra fala frequente está relacionada à melhoria da gestão institucional e à dificuldade de mudança de hábitos e de aceitação de novas ideologias de trabalho. Mussoi (2011) e Caporal e Ramos (2004) também afirmam haver um alto grau de hierarquia e autoritarismo nas instituições clássicas de extensão rural, sendo estas carentes de uma gestão compatível com desafios impostos pela nova ATER. Outro desafio a ser considerado é a resistência a mudanças repentinas o que pode dificultar a legitimação da política.

Além disso, o planejamento estratégico da instituição deve ser balizado pelos princípios da PNATER, possuir mecanismo de avaliação e monitoramento para mensurar se os objetivos estratégicos estão sendo colocados em prática. A adoção desse processo permitiria identificar quais os gargalos a serem superados, em que nível os planos da empresa estão sendo implementados e se as ações estão alinhadas com a política. Somado ao alinhamento estratégico, conforme afirma Chandler (1962) *apud* Silva (1985) a estrutura deve seguir a estratégia, ou seja, a eficácia das novas estratégias só ocorrerá quando houver mudanças na estrutura organizacional.

Mesmo com o aparente alinhamento à PNATER, faz-se necessário um aporte maior de recursos para a realização de cursos e capacitações para que os profissionais de ATER consigam levar aos beneficiários os resultados almejados pela Política, principalmente neste

momento de renovação do quadro profissional. Cabe aqui ressaltar que, além dos eixos temáticos apresentados neste trabalho, a PNATER contém vários temas tais como: reforma agrária, gênero, geração e etnia, parcerias, dinamização de mercados locais, realidade social, soberania e segurança alimentar, entre outros.

5.2 Percepção do extensionistas em relação ao alinhamento da empresa com a PNATER

Em relação à adequação institucional em oferecer serviços em consonância com as orientações da PNATER, o eixo 02 buscou identificar em que medida a Emater-DF mostra-se adequada institucional e organizacionalmente para implementar a Política. A tabela 06 exibe os resultados em porcentagem sobre o alinhamento institucional.

Tabela 06: Distribuição de respostas do eixo 02 (alinhamento com a PNATER) em porcentagem.

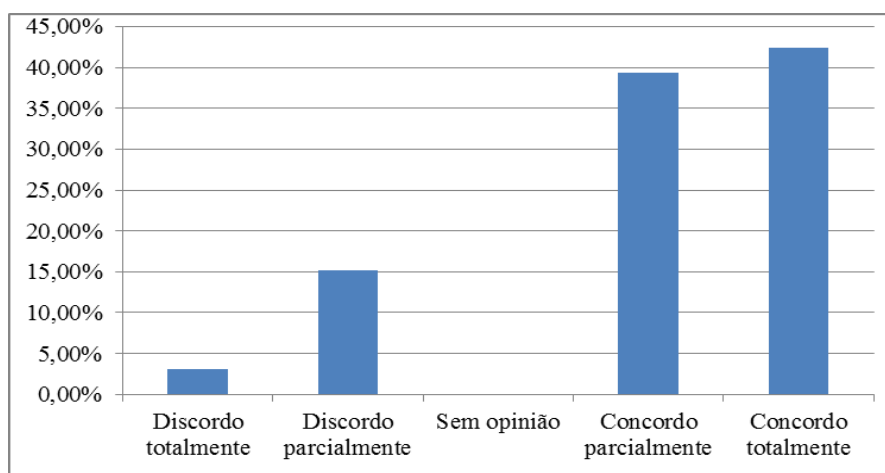
QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T.	D.P.	S.O.	C.P	C.T.	S.R.
14	As estratégias da Pnater (agricultura familiar, metodologias participativas e orientação agroecológica) são fundamentais para que a organização de Ater em que eu trabalho possa cumprir sua missão institucional.	3,03%	15,15%	0%	39,39%	42,42%	0%
15	A Pnater produziu e está produzindo os resultados previstos internamente, isto é, criar uma nova concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural na organização de Ater em que eu trabalho.	15,15%	12,12%	18,18%	42,42%	12,12%	0%
16	A Pnater disponibilizou recursos materiais, financeiros e metodológicos para a organização de Ater em que eu trabalho, viabilizando não somente o cumprimento das metas da política como a própria missão institucional da organização.	24,24%	27,27%	12,12%	33,30%	3,03%	0%
17	As formas e atuação trazidas pela PNATER (para a agricultura familiar, metodologias participativas e orientação agroecológica) são melhores do que aquelas predominantemente utilizadas no passado (por produto, na propriedade).	6,06%	18,18%	18,18%	33,3%	21,21%	0%
18	Eu participei ativamente da implementação da PNATER, dei o melhor de mim em termos de dedicação e utilização de meus conhecimentos para melhorar métodos e processos de trabalho.	18,18%	3,03%	36,36%	24,24%	18,18%	0%
19	A PNATER trouxe para mim uma nova forma de ver e trabalhar a extensão rural.	9,09%	12,12%	24,24%	45,45%	9,09%	0%
20	Recebi treinamento e capacitação adequadas para implementar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável propostos pela PNATER.	18,18%	27,27%	0%	42,42%	12,12%	0%

21	A PNATER melhorou efetivamente a vida das famílias rurais beneficiárias desta política.	15,15%	24,24%	12,12%	42,42%	6,06%	0%
22	A PNATER produziu e está produzindo os resultados previstos externamente, isto é, promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.	9,09%	30,30%	15,15%	45,45%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

As estratégias organizacionais estão diretamente ligadas à missão e aos valores da empresa. O gráfico 01 mostra que 42,42% dos extensionistas concordam totalmente que as estratégias da PNATER são essenciais para que a Emater-DF cumpra sua missão institucional, seguida da concordância parcial de 39,39%, o que demonstra um forte alinhamento com a política de ATER.

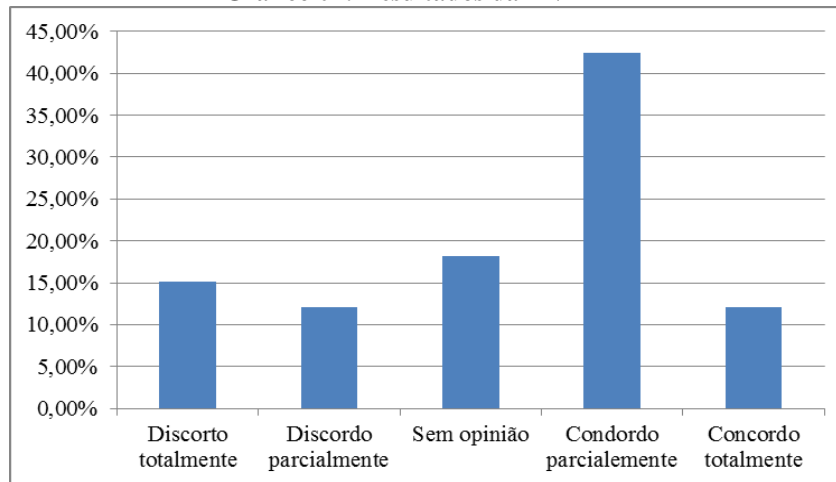
Gráfico 01: Estratégias da PNATER e missão institucional



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Após cinco anos de instituição da Lei de ATER poucos estudos relatam os resultados após sua implementação. Em relação aos resultados gerados pela política na Emater-DF, como pode ser visto no gráfico 02, 42,42% dos extensionistas concordaram parcialmente que a PNATER produziu e/ou está produzindo os resultados previstos e está criando uma nova concepção de ATER na instituição. A concordância parcial confere um moderado alinhamento da empresa com a PNATER.

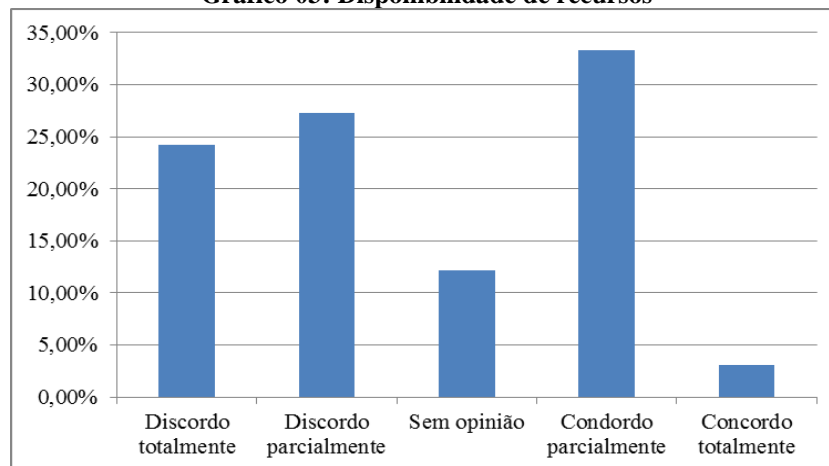
Gráfico 02: Resultados da PNATER



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado no gráfico 03, em relação à disponibilidade de recursos materiais, financeiros e metodológicos, 33,3% dos extensionistas concordaram parcialmente que houve maior disponibilidade de recursos. Esse resultado indica um grau moderado de alinhamento com a PNATER. É importante ressaltar os significativos índices de discordância parcial (27,27%) e de discordância total (24,24%).

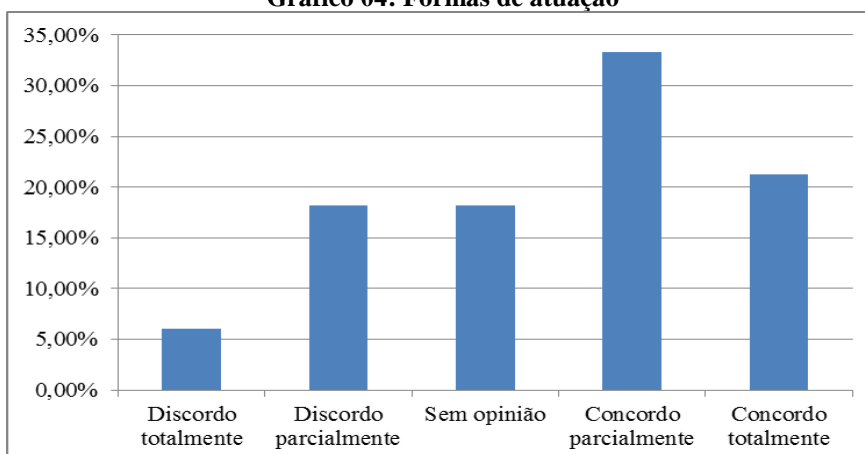
Gráfico 03: Disponibilidade de recursos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Ao serem questionados se as formas de atuação trazidas pela PNATER são melhores do que as orientações anteriores voltadas para o produtivismo, 18,18% não opinaram sobre o assunto, 33,33% concordaram parcialmente e 21,21% concordaram totalmente, como pode ser visto no Gráfico 04. Esses percentuais indicam que, segundo a visão dos extensionistas a instituição está moderadamente alinhada com a PNATER.

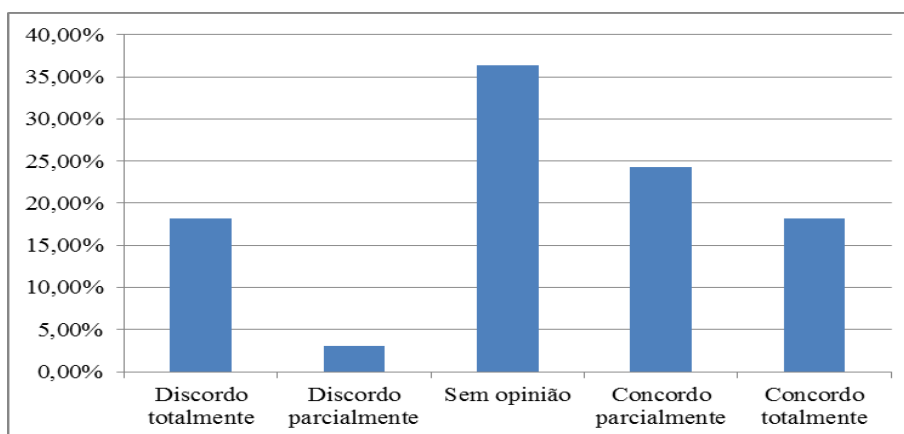
Gráfico 04: Formas de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Em relação à contribuição pessoal de cada extensionista na implementação da PNATER, o sentimento de colaboração para melhorar métodos e processos de trabalho foi compartilhado por 24,24% dos extensionistas que concordaram parcialmente, seguido de 18,18% que concordaram totalmente. Porém, 38,46% dos extensionistas não opinaram sobre sua participação. Esta questão teve elevada abstenção nas respostas, conforme pode ser verificado no gráfico 05. Esses resultados mostram que o esforço e a contribuição individual não estiveram ou não estão alinhados com as diretrizes da PNATER.

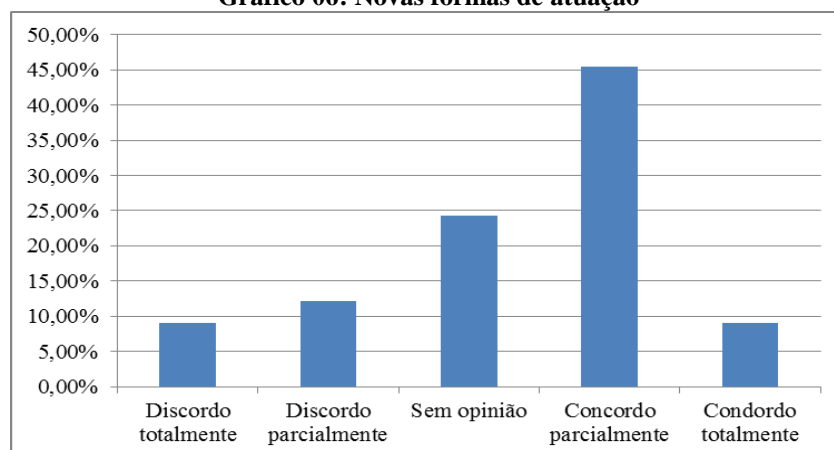
Gráfico 05: Participação do extensionista na implementação da PNATER.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Como já indicado, a política de ATER propõe novas formas de atuação, contrárias à extensão rural convencional. Sobre essa questão, 45,45% dos extensionistas (gráfico 06) concordaram parcialmente que a PNATER trouxe para a empresa uma nova forma de atuação, o que confere um grau moderado de alinhamento com a política.

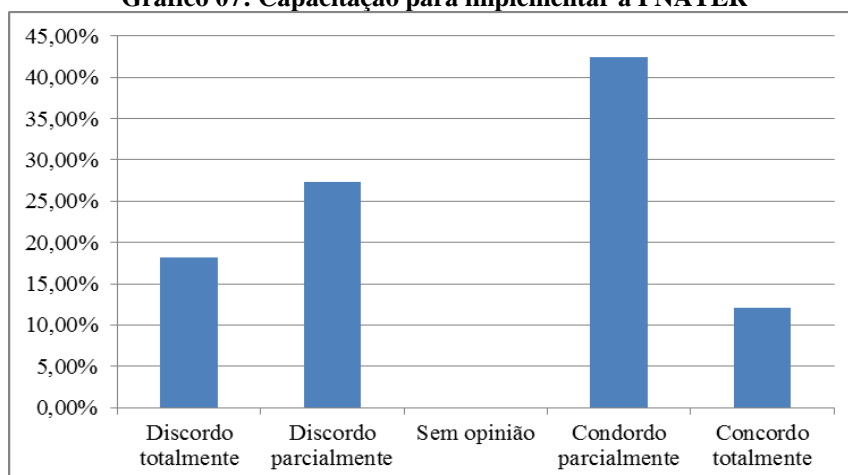
Gráfico 06: Novas formas de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Para o estabelecimento de um novo paradigma rumo ao desenvolvimento rural sustentável, faz-se necessário um amplo processo de capacitação dos extensionistas e assessores técnicos. No documento base da política, está destacada a importância de uma formação massiva, por meio de programas de atualização profissional (MDA, 2004:21). Quando indagados sobre a capacitação e treinamento para implementação da PNATER, 42,42% dos extensionistas concordaram parcialmente que receberam treinamento para implementar a política de ATER e 12,12% concordaram totalmente. O grau de concordância parcial aponta para um moderado alinhamento da instituição.

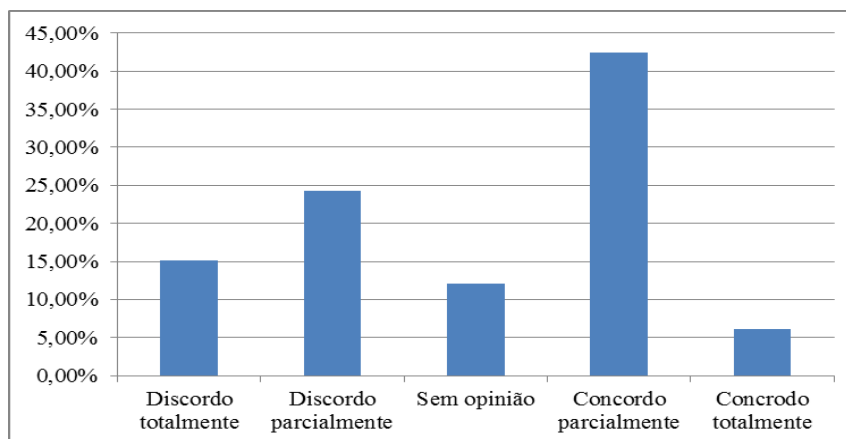
Gráfico 07: Capacitação para implementar a PNATER



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Em relação aos benefícios trazidos para o meio rural, 42,42% dos extensionistas concordaram parcialmente que a PNATER melhorou efetivamente a vida das famílias rurais beneficiárias (gráfico 08), indicando um moderado alinhamento.

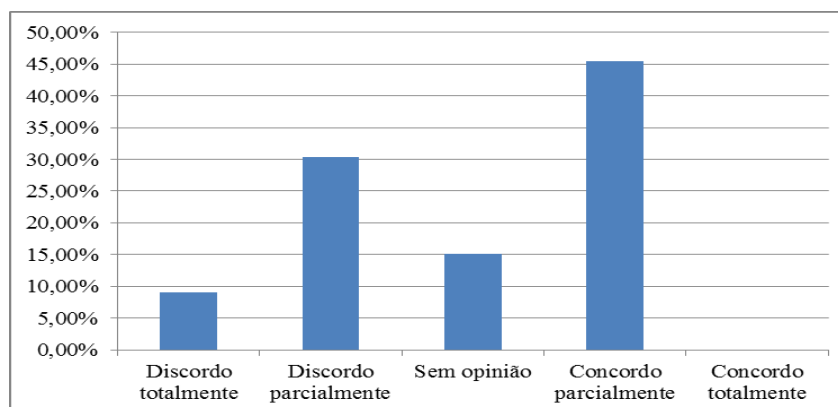
Gráfico 08: Melhoria da qualidade de vida dos agricultores



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Por último, foi questionado se a PNATER está efetivamente promovendo o desenvolvimento rural sustentável, o gráfico 09 mostra que 45,45% dos extensionistas concordam parcialmente que a política está produzindo os resultados previstos, o que significa um grau moderado de alinhamento com a PNATER.

Gráfico 09: Resultados da PNATER.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Ao analisar os resultados conclui-se que, de acordo com a percepção dos extensionistas, a Emater-DF encontra-se mais próxima de um grau moderado de alinhamento com a PNATER, com 77,7% de moderado alinhamento, 11,1 % de forte alinhamento e 11,1% sem alinhamento. Sistematizando os resultados, o quadro 10 exibe o grau de alinhamento com a PNATER de acordo com as dimensões apresentadas.

Quadro 10: Grau de alinhamento da instituição com a PNATER na percepção dos extensionistas

DIMENSÃO	GRAU DE ALINHAMENTO
Estratégias	Forte alinhamento
Resultados	Moderado alinhamento
Recursos	Moderado alinhamento
Formas de atuação	Moderado alinhamento
Participação	Sem alinhamento
Nova forma de atuação	Moderado alinhamento
Treinamento e capacitação	Moderado alinhamento
Vida das famílias rurais	Moderado alinhamento
Resultados da PNATER	Moderado alinhamento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados da pesquisa.

Tais resultados evidenciam que a instituição mostra-se relativamente disposta para implementar a PNATER. Neste sentido, os extensionistas concordam que os princípios da política (metodologias participativas, agricultura familiar e orientação agroecológica) são primordiais para o cumprimento da missão institucional e que as novas formas de atuação são melhores do que as formas de atuação convencionais (produtivismo difusionista). Além disso, percebem que após a implementação da PNATER a vida das famílias rurais beneficiárias melhorou efetivamente por meio da promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Em relação aos processos internos da instituição, boa parte dos respondentes afirmaram que receberam algum tipo de treinamento para implementação da política. Porém, de acordo com a fala de alguns dos extensionistas, nem todos receberam treinamento e capacitação adequada para implementar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável propostos pela PNATER, o que implica em limites na dedicação e utilização de seus conhecimentos.

Os dados revelam que existem dois tipos comportamento na instituição, um grupo mais propício a implementar a política e outro grupo mais resistente e mais voltado para a assistência técnica. Essas duas posturas indicam que uma parte da empresa aparenta estar relativamente adequada e outra parte relativamente não adequada para implementar a política. Além disso, por meio dos depoimentos dos extensionistas é possível ver duas tendências, uns são mais positivos em relação à PNATER, reconhecendo os avanços diários rumo ao desenvolvimento sustentável. Outros acreditam que o produtivismo difusionista ainda é muito presente na instituição e que há muitos obstáculos a serem enfrentados, principalmente com o grande número de profissionais recém-contratados.

Para o Entrevistado G a empresa está se adaptando institucionalmente, tal fato pode ser comprovado com a adoção de um viés de planejamento multidimensional com base em cinco indicadores: propriedade com práticas sustentáveis; empregos diretos na propriedade rural; renda bruta anual; agricultores com acesso as políticas públicas sociais; agricultores participantes em organizações sociais. Portanto, é possível observar a presença do viés ecológico, social, econômico, geração de renda e de organização social, ou seja, há um esforço da empresa em assumir as diretrizes da PNATER e de um modelo de extensão mais sustentável.

Para a Entrevistada E, a PNATER vem avançando ao longo dos anos:

Eu acho que teve um grande crescimento, um grande avanço, porque do período que ela (PNATER) iniciou havia muita dificuldade de trabalhar com os técnicos a questão de gênero e até mesmo a questão da agroecologia, acho que hoje ela teve um avanço muito grande aqui no DF. Tem mais técnicos sensibilizados para trabalhar, então acho que teve um crescimento muito grande. E a gente vem vendo esse crescimento com o tempo. A Emater começou a trabalhar com essa questão da agricultura orgânica, antes era só um ou outro extensionista e hoje as pessoas falam de mudanças na questão do convencional, de aplicar práticas sustentáveis.

Portanto, o grau moderado de alinhamento pode significar que os extensionistas percebem no dia a dia que, apesar de ainda não estar totalmente adequada para mudança de tal magnitude, a instituição procura implementar a política de forma gradual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estiveram voltados para a modernização conservadora e a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde. Na década de 1980, começaram a surgir críticas às formas de extensão pública e ao modelo de desenvolvimento adotado no campo.

Anos após a extinção da EMBRATER e do sucateamento da extensão rural, pressionados por movimentos sociais, ONGs e pela sociedade civil, foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Derivada de um processo de reflexão sobre os impactos da Revolução Verde, a política foi construída de forma participativa e tem como princípios e diretrizes o desenvolvimento rural sustentável, adoção de agricultura de base (agro) ecológica, uso de metodologias participativas, inclusão de gênero, raça e etnia, entre outros.

Após inúmeros debates, a política de ATER foi implementada por meio da Lei 12.188 de 2010, destacando a necessidade de um perfil de extensionista e de organizações prestadoras dos serviços, capazes de dar respostas aos novos princípios e diretrizes estabelecidos.

Esta pesquisa teve como um dos principais objetivos identificar o modelo de extensão rural predominante na Emater-DF e seu alinhamento com os princípios da PNATER.

Os resultados relativos ao perfil dos extensionistas que participaram da pesquisa mostram que a maioria é do sexo masculino, encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos e são formados em agronomia e medicina veterinária. O tempo de serviço da maior parte dos respondentes é de, no máximo, 5 anos, ou seja, esses extensionistas podem ser considerados “novatos” na empresa. O fato da maioria ter pouco tempo de serviço se deve ao PDV (Programa de Demissão Voluntária) que incentivou a aposentadoria dos mais antigos e, conseqüentemente, renovou o quadro profissional da empresa.

Em relação à aplicação dos questionários, é importante ressaltar a dificuldade de retorno dos mesmos, principalmente devido sobrecarga de trabalho dos extensionistas. Além disso, a aplicação de forma indireta (sem a presença do pesquisador) pode ter causado desestímulo. A escolha do questionário autoaplicável decorreu do limitado tempo de pesquisa

de campo e devido a distância elevada entre escritórios locais. Em diálogo com a empresa, para alcançar uma amostra considerável foi indicada a distribuição via malotes, visto que a aplicação do questionário online não alcançaria todos os escritórios, devido o acesso restrito a internet em algumas localidades.

O alto índice de respostas dos recém-ingressos pode indicar um maior interesse por parte dos mais novos em participar das atividades da empresa, ou, ainda, pode estar relacionado ao fato de que a maioria desses novos extensionistas desenvolve suas atividades nas unidades locais onde a pesquisa foi realizada, enquanto os mais antigos assumiram cargos de gerência.

Em relação ao alinhamento da Emater-DF aos princípios da PNATER, os resultados sobre o conjunto dos eixos temáticos da política apresentados no questionário apontam para um forte alinhamento nos eixos agricultura familiar, público-alvo e gestão social. Os eixos desenvolvimento sustentável, agroecologia e metodologia participativa apresentaram um grau moderado de alinhamento. Somente no eixo modernização da agricultura houve um forte não alinhamento com a PNATER. Estes dados podem indicar que boa parte dos extensionistas conhece, pelo menos em parte, os princípios da política e na medida do possível tentam colocá-los em prática.

Em seu conjunto, os dados sobre o alinhamento institucional da empresa com a PNATER, mostram que a Emater-DF tem um grau de alinhamento moderado com a política. A pesquisa aponta, igualmente, para uma não hegemonia ou não predominância de um modelo de ATER na instituição. Embora seja possível identificar aspectos dos três modelos propostos por Castro (2003), os modelos com maior índice de concordância e, portanto, de aceitação por parte dos extensionistas, foram a extensão como participação e a extensão como serviço, ocorrendo muitas vezes de forma conjugada. Tal fato é explicado pela adequação das práticas de ATER a cada circunstância, ao público atendido, ao aprendizado do extensionista, entre outros fatores.

Os resultados da pesquisa comprovam duas das hipóteses iniciais: a primeira, de que o(s) modelo(s) de extensão rural praticado(s) e institucionalizado(s) na Emater-DF não está(ão) totalmente alinhado(s) ao modelo preconizado pela PNATER, em especial no que se refere ao desenvolvimento rural sustentável, e a segunda, de que a simples adequação do(s) modelo(s) praticados e institucionalizados na Emater-DF às diretrizes e princípios da PNATER não seria, por si só, suficiente para a execução da política.

Alguns fatores, em especial a formação dos agentes de ATER, ainda baseada em princípios difusionistas e produtivistas, os obstáculos institucionais e gerenciais, e a carência de infraestrutura podem explicar esse fenômeno. Além da superação dos diferentes obstáculos institucionais e infraestruturais, torna-se fundamental uma mudança na concepção do que seja a extensão rural; uma mudança do paradigma institucional que norteia as ações dos extensionistas do DF na direção do desenvolvimento rural sustentável preconizado pela política.

Além dos desafios já citados, outros fatores dificultam a efetivação da PNATER:

Influência governamental e relativa falta de autonomia: De acordo com a revisão documental, ao longo de sua existência, é possível perceber a constante mudança de missão institucional. Segundo o depoimento dos extensionistas, a alternância do governo local é um dos pontos de influência nas ações da empresa. Isso se traduz em diferentes direcionamentos em um curto espaço de tempo (como pode ser visto na alteração frequente da missão institucional) e na falta de continuidade dos programas executados, um exemplo foi o caso do PROVE. Terminada a candidatura do governante, o programa de verticalização da produção foi desmobilizado causando grandes prejuízos a agricultores locais e prejudicando o prestígio dos técnicos junto aos agricultores. Outra constante mudança que pode ser observada com a alternância do governo é a determinação do público-alvo. Em alguns mandatos a empresa deu prioridade a agricultura familiar e assentados de reforma agrária, em outros governos os médios e grandes produtores foram incluídos no público atendido. Essa inconstância das atividades causa desmobilização das ações.

Captação de recursos: Por ser uma empresa pública de direito privado, a Emater-DF têm que buscar recursos para sua sobrevivência. Um exemplo disso são os convênios feitos com INCRA para prestação de serviços no Entorno do DF. Por se tratar de contratos com tempo determinado, as regras propostas pelo INCRA limitam a ação dos extensionistas. Muitas vezes os serviços se restringem a poucas visitas sem continuidade, reduzidas a programas assistencialistas. Além disso, a maioria dos assentamentos carece do mínimo de infraestrutura necessária. Ou seja, mesmo estando na contramão dos princípios e diretrizes da PNATER, a empresa têm que se adequar a políticas e convênios para captação de recursos indispensáveis para sua sobrevivência.

Descolamento entre a estrutura e as estratégias: Embora a empresa responda rápido a mudanças e tenham capacidade de adequação as demandas para captação de recursos,

difícilmente estas mudanças alcançam a estrutura organizacional, o que inviabiliza a execução plena dos princípios da PNATER.

Em âmbito nacional, apesar do esforço do Governo Federal em apoiar princípios contrários a ATER convencional, muitos Estados adotam posições opostas à PNATER e, conseqüentemente, não destinam esforços suficientes para sua execução. Como a maioria das Emateres do país depende quase exclusivamente dos recursos locais, as empresas ficam a mercê de influências ideológicas e políticas. Tal fato se manifesta pela falta de autonomia das instituições.

Os resultados da pesquisa mostram que, além de uma normativa política, é necessário que haja a integração de diferentes políticas e de um conjunto de ações para que seja possível uma efetiva implementação da nova ATER, envolvendo todos os elos da cadeia da assistência técnica e extensão rural.

No caso da Emater-DF, embora haja muitos obstáculos a serem enfrentados, os resultados desta pesquisa demonstram que, do ponto de vista dos extensionistas, a instituição está se ajustando às novas proposições e vem demonstrando avanços em sua implementação. Alguns pontos positivos foram evidenciados. A incorporação do desenvolvimento rural sustentável na missão da instituição indica o rumo que os funcionários devem seguir, independentemente da sua preferência pessoal ou posição político-ideológica. Segundo um dos entrevistados há cinco diretrizes (desenvolvimento social, geração de renda, segurança alimentar, gestão ambiental, qualidade dos alimentos) para o planejamento anual da Emater e as unidades locais são obrigadas a incluí-las no planejamento de suas ações, mesmo que de forma transversal. Estes cinco grandes eixos temáticos estão diretamente ligados aos princípios da PNATER.

Há também cinco indicadores dos resultados da empresa (propriedade com práticas sustentáveis; empregos diretos na propriedade rural; renda bruta anual; agricultores com acesso as políticas públicas sociais; agricultores participantes em organizações sociais) que, indiretamente, se alinham aos princípios da política. Outra consideração importante diz respeito ao crescimento da agroecologia e da agricultura orgânica na Emater-DF. Todos os entrevistados ressaltaram esse movimento como um avanço rumo à sustentabilidade.

Para finalizar, é importante ressaltar que a Emater-DF é uma instituição mediadora de políticas públicas de desenvolvimento rural e, por exercer tal papel, é imprescindível que se adapte a novos paradigmas, repense sua atuação e busque atuar de uma forma mais dialógica com seu público-alvo, não limitando sua atuação à mera aplicação de tecnologias.

Além disso, deve buscar construir, juntamente com os técnicos e agricultores ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. O papel dos mediadores não pode ser reduzido apenas aos vínculos e articulações institucionais, mas deve incorporar, igualmente, resultantes da socialização profissional dos extensionistas e suas relações com as diversas esferas da sociedade. Assim, deve incentivar a participação dos agricultores em todas as etapas de trabalho, com o propósito de estabelecer uma boa comunicação entre todos os atores envolvidos e o reconhecimento dos diferentes saberes por eles construídos. Tudo isso pressupõe uma ruptura com as antigas formas de ação difusionista, por meio de um engajamento coletivo onde se discutam conjuntamente soluções, tendo como resultado a aprendizagem social. Para isto é fundamental que o Poder Público, em todos os níveis, reconheça cada vez mais a importância dos serviços de assistência técnica e de extensão rural e direcione os recursos necessários que garantam sua melhoria e avanço na direção da sustentabilidade.

Recomendações

Embora já tenha sido relatado anteriormente, é importante ressaltar que um dos principais desafios para implementação da PNATER é a mudança das matrizes curriculares da formação dos agentes de ATER, com a inclusão das temáticas relativas ao desenvolvimento rural sustentável de modo interdisciplinar. Desde sua formação, o profissional de ATER deve ter consciência crítica da realidade rural, para isso é preciso que as universidades e escolas técnicas incorporem os conceitos da PNATER e da agroecologia. Ademais, é de extrema relevância o estreitamento das relações entre a Emater com as universidades e centros de pesquisa para que “afinem” suas ações de tal forma que a pesquisa, a teoria e prática caminhem lado a lado.

Outra vantagem a ser explorada pela empresa é sua proximidade com os centros de poder. Por estar na Capital Federal, a Emater-DF tem vantagens que a maioria das empresas de ATER do restante do país não tem. A construção de parcerias com o poder público pode alavancar mais recursos para empresa, podendo facilitar inclusive ações de formação continuada e reciclagem dos agentes de ATER relacionadas à PNATER.

Também é de suma importância que, no âmbito dos cursos de capacitação dos extensionistas, o processo histórico da extensão seja revisto para que os agentes consigam

fazer uma reflexão mais crítica sobre a trajetória do extensionismo no Brasil e no Centro-Oeste e reconheçam tanto as consequências positivas quanto as negativas da modernização da agricultura empreendida pelo Estado e executada pelas instituições de ATER.

Uma ação que deveria ser empreendida pelo MDA é uma melhor fiscalização das instituições que recebem auxílio financeiro para execução das chamadas públicas. As entidades que não se enquadrarem aos princípios da PNATER ou que, de alguma forma, não seguirem o edital deveriam ser descredenciadas.

Finalizando, algumas medidas que podem auxiliar no alinhamento das instituições de ATER, em especial da Emater-DF, aos princípios da PNATER e em sua efetiva execução:

- a) Diálogo efetivo entre ensino-pesquisa-extensão de modo interdisciplinar.
- b) Fomento a extensão universitária como espaço de aprendizagem dos estudantes com as realidades locais.
- b) Capacitação e reciclagem contínuas nas instituições de ATER.
- c) Estabelecimento de metas institucionais para o alcance do desenvolvimento rural sustentável.
- d) Diálogo entre planejamento estratégico e estrutura organizacional
- d) Revisões periódicas da estrutura organizacional
- e) Maiores investimentos e destinação de recursos do Governo Federal às Emateres.
- f) Gestão condizente com os princípios e diretrizes da PNATER.
- g) Fiscalização efetiva por parte do MDA das ações das instituições cadastradas como prestadoras de serviços.
- h) Avaliação e continuidade de ações que estejam em andamento.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998

ACAR-DF-ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. Informativo extensão rural no Distrito Federal: Relatório de atividades 1969. Brasília, 1969.

ACAR-DF. Relatório de atividades da ACAR-DF em 1972. Brasília, 1972.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALMEIDA, L L. III – O centro angroambiental do Tocantins (CAT): concepções situacionais de desenvolvimento rural para a região de Marabá - PA. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 79-104.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ANDRADE. B.O.; SANTOS, M.S.T. Extensão rural e cibercultura: o facebook como ferramenta de promoção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Revista Extensão Rural**, DEAER-CCR-UFMS. Santa Maria, v.22, n.3, 2015.

ANDRADE, T. O de; GAMINI, R.N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v.21, p.43 - p.56. Juiz de Fora, 2007.

ANSANI, M. V. **Evolução da Emater- DF (1978-1992): processo de adaptação de uma empresa de extensão rural**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Viçosa- MG, novembro, 1996.

ASSIS, R.L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.** vol.10 n.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006.

AVILA, M. L.; SABOURIN, E. ; DUARTE, L. M. G. Governança e ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do território das águas emendadas. In: www.sober.org.br, 2009, Porto Alegre. 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009.

AVILA, M. L.; SABOURIN, E.; DUARTE, L. M. G.; MASSARDIER, G. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, p. 427-448, 2011.

ÁVILA, M. L. **A ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território Águas Emendadas**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BALEM, T.A. et all. Da Extensão Rural difusionistas à construtivistas agroecológica: condicionantes para a transição XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA RIO DE JANEIRO, JULHO DE 2009.

BRANDALISE, L.T.; BERTOLINI, G.R.F. Instrumentos de medição de percepção de comportamento- uma revisão. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 14, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2013.

BERTOLDO, C. A.; NEUMANN, P. S. Os descompassos entre a Pnater e as instituições públicas de ensino e de extensão rural: a formação e a atuação profissional. In: IV SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, Araraquara. 2009.

BELEZA, F. T. **A mediação como instrumento da participação para a realização da cidadania**. Universidade de Brasília Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Política Social. Brasília, 2009.

BRASIL. DECRETO Nº- 4.854, DE 8 DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL, Portal Brasil. Dilma oficializa a criação da Anater. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/dilma-oficializa-criacao-da-anater>>
Data de publicação: 27/05/2014. Acesso: 16/02/2016.

BRASIL. Lei 12.897 de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo Federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- ANATER. Brasília, 2013.

BIANCHINI, V., MEDAETS, J.P.P. Da revolução Verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf>
Acesso em: 18/03/2015.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v.5, nº10, 2003.

CALLOU, A.; PIRES, M.; LEITÃO, M.; SANTOS, M. O estado da arte da extensão rural no Brasil. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed16.pdf>>. Acesso: 12/2010.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado, prêmio SOBER; Santa Maria, RS, Brasil, 1991.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público: ante los desafíos del desarrollo sostenible: El caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de doutorado. Programa Agroecologia, Campesinato e História. Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ater pública. Extensão Rural - Série de Estudos Rurais. **Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural** (Mestrado e Doutorado), 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 2004.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: Jorge Tavares; Ladjane Ramos;. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural - Construindo o conhecimento Agroecológico**, v 1, p. 9-34: Manaus, 2006.

CAPORAL, F. R, RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006.

CAPORAL, F. R. . **La Extensión Agraria del Sector Público ante los Desafíos del Desarrollo Sostenible: El Caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Agroecologia, campesinato e historia, Universidade de Córdoba, Espanha, 2008.

CAPORAL, F. R *in*: **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, E. G. (2003). El punto de inserción. In R. Thorton & G. Cimadevilla(Orgs.), **La extensión rural em debate** (pp. 41-65). Buenos Aires: Ediciones INTA.

CODEPLAN; SEPLAN. Agricultura familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios . Brasília/DF ,2015.

COSTA, R.C.M.; COSTA, A.R. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal baixo Acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, set de 2011.

DEPPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3; ENCONTRO DA REDE RURAL, 3, 2008, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008.

DIAS, M. M. Mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

DIAS, M. M. Políticas públicas e de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 2008.

DIAS, M. M. Condicionantes da ação extensionista como processo de interação. Material didático da disciplina ERU-451. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2012.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V. - Por que a “nova ater” não sai do papel ? uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária In: XLV CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER – Londrina – PR, 2007.

DUARTE, L. M.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VII, Quito. Anais. Quito: Alasru, 2006.

DINIZ, R. F. ; HESPANHOL, A. N. Instituição, crise e renovação das políticas públicas para o extensionismo rural no Brasil: notas para debate. In: Florianópolis - SC. ANAIS DO VIII ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISAS - ENGRUP - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS. Florianópolis-SC: LABRURAL, 2015.

ECOBRASÍLIA. ONU lança vídeo sobre as 17 metas globais para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: < <http://www.ecobrasilia.com.br/2015/10/01/onu-lanca-video-sobre-as-17-metas-globais-para-o-desenvolvimento-sustentavel-assista/>> Data de publicação: 01/10/2015. Acesso: 25/10/2015.

EMATER-DF. Relatório Conclusivo sobre situação da Emater-DF. Brasília, 1979. EMATER-DF. Memória de dados 1978/1980. Brasília, 1980

EMATER-DF. Resultados alcançados- 1982. Brasília, novembro de 1982.

EMATER-DF. Programa de assistência técnica e extensão rural do distrito federal. Ano agrícola jul/83 a jul/84. Brasília-DF, 1983.

EMATER-DF. Programa de fomento ao pequeno produtor rural do DF. Brasília- DF, 1984.

EMATER-DF. Relatório institucional. Brasília- DF, 1990.

EMATER-DF. Diagnóstico institucional. Brasília-DF, 1992.

EMATER-DF. Relatório de atividades: 1992. COPER- Núcleo de planejamento. Brasília-DF, março de 1993.

EMATER-DF. Regimento interno. Brasília-DF. Fevereiro, 1994.

EMATER-DF. Desenvolvimento institucional. Brasília-DF, 1995.

EMATER-DF. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal- PROATER-DF. Brasília, 1995.

EMATER-DF. Profissionalização de agricultores familiares. Brasília- DF, 1998.

EMATER-DF. Relatório 2001. Brasília- DF, 2001.

EMATER-DF. Relatório 2002. Brasília-DF, 2002.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades SUPLAN/SUPLen: 2005. Brasília-DF, 2006.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades SUPLAN/SUPLen: 2006. Brasília-DF, 2007.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades SUPLAN/SUPLen: 2007. Brasília-DF, 2008.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades SUPLAN/SUPLen: 2009. Brasília-DF, 2010a.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades: 2010. Brasília-DF, 2010b.

EMATER-DF. Relatório anual de atividades: 2011. Brasília-DF, 2011.

EMATER-DF. Planejamento estratégico: 2012 a 2021 .Brasília-DF, 2012.

EMATER-DF. Disponível em:

http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=837:programa-de-aquisicao-da-producao-da-agricultura-papa&catid=35&Itemid=134 Data da publicação: 03/09/2013. Acesso: 15/02/2016.

EMATER-DF. Normas organizacionais: Regimento interno. Brasília, março de 2014a.

EMATER-DF. Disponível em:

http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49:localizacao-das-unidades-da-emater-df-no-distrito-federal-&catid=34&Itemid=27#brasil Data de publicação: 24/01/2012. Acesso: 10/12/2014b

EMATER-DF. Relatório anual de atividades: 2014. Brasília-DF, 2014c.

EMATER-DF. Disponível em: <

http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=937&Itemid=63> Data de publicação: 13/02/2014. Acesso: 19/04/2015.

EMATER-DF. Folder Contribuindo para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2015.

FAVERO, E; SARRIERA, J.C. Extensão Rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2009, vol. 12, n. 1, pp. 1-16.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 8º ed. 1983.

GASTAL, M.L. **A representação social do desenvolvimento rural sustentável construída por assentados**: o caso do Projeto Unaí. Tese (doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. E. D.; VICENTE P. M. de A. M. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n. 1. 2010

GUEDES, M. E.C. **Transferência de tecnologia agropecuária**: o difícil dilema da formação extensionista. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

JONES, G. E.; GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension, Improving agricultural extension - A reference manual. Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível em: <http://www.fao.org> Acesso em: 08/07 2011.

KREUTZ, I. J.; PINHEIRO, S. L. G.; CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para assistência técnica e extensão rural: a mediação como reconhecimento de identidade. Santa Maria: UFSM, janeiro/dezembro de 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art2ed12.pdf> Acesso em: 10 dez. 2014.

LUSA, M. G. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos Ceru** v. 24, n. 1, 2013.

MACHADO, C. T. C. Novo padrão agrário brasileiro, o processo de modernização da “agricultura”: planos governamentais, financiamento e parque industrial (1950 a 1980). VII Encontro de Pós-graduação em História Econômica. 5 ° CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2014.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, maio de 2004.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, novembro de 2007.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e solidário. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/pndrss/> Acesso: 03/2015.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua nova**, nº 23, março de 1991.

MATSUURA, S. **Emater 30 anos**: ensinando e aprendendo. Brasília: Emater-DF, 2008.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F.C. Dois mundos, duas linguagens: os processos de mediação social e a diversidade de conhecimentos na construção de projetos para o desenvolvimento rural. **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis**, vol.9, nº1, jan/jun de 2012.

MIRANDA, J. R. S. Ciências Agrárias, questão agrária e extensão rural: relações de ensino, extensão e o dever político da universidade brasileira. **Revista Congresso Universidad**, v. II, No. 2, 2013.

MUSSOI, E.M. Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar. Brasília: EMBRATER, 1985.

MUSSOI, E.M. **Política de Extensión Rural Agroecológica em Brasil: avances y desafios em la transición en las instituciones oficiales**. Tese de pós doutorado em Extensión Agroecológica. Universidades Internacional de Andalucía y de Córdoba y Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.16, n.2, p. 97-134, mai/ago. 1999.

OLIVEIRA, V, L. **A impossível simetria: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

OLIVEIRA, M. N. S.; WEHRMANN, M. E. S. de F. Assistência Técnica e Extensão para agricultura familiar: contribuições para o desenvolvimento regional sustentável. VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Cuiabá, MT, 2009.

OLIVEIRA, V.L. A construção do sujeito ecologista e os processos de mediação e resistência. In: Nussbaumer, B. e Ros, C.C (ed.). **Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

OLIVEIRA, M. N. da S. **A Formação de Técnicos e Extensionistas Rurais no Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

ONUBR. ONU aumenta apoio à agricultura familiar no Brasil após análise positiva dos impactos alcançados. Disponível em: < <http://nacoesunidas.org/onu-aumenta-apoio-a-agricultura-familiar-no-brasil-apos-analise-positiva-de-impactos-alcancados/>> Data de publicação: 22/10/2015. Acesso: 25/10/2015.

PAIVA, M. S. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para sua efetivação no Escritório local da EMATER em Muriaé- MG.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 2012.

PEDROSO, I. L. P. B. Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município de Rio Verde no sudoeste de Goiás. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar** (CESIN-MT/DCS/UEM).. Maringá – PR, nº . 06, abril de 2005.

PETTAN, K.B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):** percepções e tendências. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, SP.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil- Uma abordagem histórica da legislação. Consultoria legislativa do Senado Federal- Centro de Estudos. Brasília, out, 2008.

PEIXOTO, M. **A Extensão privada e a privatização da extensão:** uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.

RAMBO, J. R.; DINIZ, R. F. ; HESPANHOL, A. N. ; SANTANA, A. L. Políticas públicas de extensão rural no brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos estados de Minas Gerais e mato grosso. In: 53º CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, João Pessoa: SOBER, 2015.

RECH, C.M. Entre mediações e (re)configurações: a trajetória do Fórum da Agricultura Familiar. **INTERSEÇÕES.** v.17, n.1, p. 274-293. Rio de Janeiro, jun. 2015.

RICHERS, R. Estratégia, estrutura e meio ambiente. **Revista Administração de empresas.** São Paulo, v.21, nº4, out/dez. 1981.

RIDOLFI, A. R. C; ROMARCO, M.L. Desafios da extensão rural agroecológica: Uma análise de implementação da PNATER. Resumos do VII CONGRESSO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA; Porto Alegre, 2013.

RODRIGUES, C.M. **Estado e seletividade de políticas públicas:** uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de Doutorado, Brasília: UnB, 1994.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, v.14, n.1, 1997.

ROMANIELLO, M.M.; ASSIS, T.R.S. Extensão rural e sustentabilidade: guia de estudos. Centro de educação a distancia. Universidade Federal de Lavras, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement** – essai em socio-anthropologie du changement social. Karthala: 1995.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 nº. 51, 2003.

SILVA, L. E. P.C. Estrutura empresarial e estrutura organizacional sob a ótica mercadológica. **Revista Administração de empresas**. São Paulo, v.25, nº1, jan/mar. 1985.

SILVA, D. W. A Extensão Rural entre discursos e praticas. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político 4º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, Curitiba (PR). UFPR, 06 a 09 de jul de 2010.

SILVA, L.M. Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal: Da agricultura que temos para o desenvolvimento rural que queremos. Núcleo Bandeirante-Brasília-DF, 2011.

SILVA NETO, B. Por uma Agronomia como uma ciência da complexidade: o papel da disciplina de Extensão Rural. II SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL. Santa Maria, 2010.

SILVEIRA, P.R.C; BALEM, T.A. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. Aracaju, Sergipe. 20 a 22 out. 2004.

SOUZA, J. R. F. de A Extensão Oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VII, Ecuador, 20-24 de nov. de 2006.

SOUZA, L.V. **Lógicas vivenciais da identidade extensionista em uma organização pública de extensão rural**. Tese de mestrado. Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SCHOLZ, G.A.G. **Planejamento nas organizações estaduais de assistência técnica e extensão rural – ATER**: percepções do alinhamento estratégico frente às políticas setoriais. Tese de Mestrado em Planejamento e Governança Pública. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

THEODORO, S.H. et. al. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural brasileira. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.

THEODORO, S.H., LEONARDOS, O. H., DUARTE, L.M.G. Cerrado: o celeiro saqueado. In: **Dilemas do Cerrado**: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Garamond, 2002.

TRÉZ, T. A. Caracterizando o método misto de pesquisa em educação: um continuum entre abordagem qualitativa e quantitativa. **Atos de Pesquisa em Educação**- PPGE/ME v. 7, n. 4, p. 1132-1157, 2012.

WANDERLEY, M.N.B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

8 APÊNDICE

8.1 Questionário ³⁵

Prezado extensionistas meu nome é Tauanna F. Barros e gostaria de contar com sua colaboração para responder este questionário. Essa pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER) da Universidade de Brasília e tem com objetivo geral a identificação dos modelos de extensão rural predominantes na Emater-DF e oferecer subsídios para formulação de propostas condizentes com o desenvolvimento rural sustentável preconizado pela PNATER.

DADOS PESSOAIS

- 1- SEXO
- 2- IDADE
- 3- FORMAÇÃO
- 4- QUALIFICAÇÕES E/OU CAPACITAÇÕES/CURSOS
- 5- TEMPO DE SERVIÇO
- 6- UNIDADE DE ATUAÇÃO

1º EIXO: CONHECIMENTO DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PNATER

Assinale a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo.

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T.	D.P.	S.O.	C.P.	C.T
07	A Extensão Rural, promotora da modernização da agricultura brasileira, contribuiu para o aumento da pobreza e da miséria no campo brasileiro, expulsando um grande número de agricultores familiares do campo.	1	2	3	4	5
08	A vocação da agricultura familiar é a produção de alimentos sendo fundamental o investimento e fortalecimento desta categoria. Este fortalecimento deve ser feito sob a ótica do desenvolvimento rural	1	2	3	4	5

³⁵ No questionário apresentado no item 8.1 exibe-se os pesos padrões das questões e a identificação dos modelos de acordo com as alternativas. É importante lembrar que estas informações não estão presentes nos no momento da aplicação.

	sustentável para a promoção da segurança e soberania alimentar.					
09	O público da extensão deve ser ligado à agricultura familiar: proprietários, trabalhadores, posseiros, extrativistas, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, colonos, rendeiros, ocupantes, acampados, pescadores artesanais, ribeirinhos, caiçaras; além de reforçar as ações afirmativas com a inclusão de índios, quilombolas, mulheres, jovens e idosos.	1	2	3	4	5
10	Os impactos ambientais e sociais provocados pelo atual modelo tecnológico da agricultura (agroquímicos e mecanização excessiva) indicam que a sustentabilidade só será alcançada a partir de uma nova agricultura baseada em princípios agroecológicos.	1	2	3	4	5
11	É papel do extensionista e da extensão rural contribuir para o estabelecimento de modos de gestão capazes de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades.	1	2	3	4	5
12	Agroecologia é um modelo de agricultura baseada na adoção de determinadas práticas culturais; na substituição dos insumos químicos pelos naturais e em tecnologias agrícolas pouco mecanizadas, objetivando ofertar produtos “limpos” ou ecológicos e de valor social por ser produzido por agricultores familiares. Esses agricultores devem ter garantida sua participação nos espaços de aprendizagem coletiva sobre a produção de base ecológica e nos espaços de mobilização regional para que os novos conhecimentos sejam socializados.	1	2	3	4	5
13	A ação extensionista deve ser realizada a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de metodologias participativas e de um paradigma tecnológico baseado na Agroecologia.	1	2	3	4	5

2º EIXO: ALINHAMENTO DA EMPRESA COM A PNATER

Assinale a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo.

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T.	D.P	S.O.	C.P.	C.T
14	As estratégias da Pnater (agricultura familiar, metodologias participativas e orientação agroecológica) são fundamentais para que a organização de Ater em que eu trabalho possa cumprir sua missão institucional.	1	2	3	4	5
15	A Pnater produziu e está produzindo os resultados previstos internamente, isto é, criar uma nova concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural na organização de Ater em que eu trabalho.	1	2	3	4	5
16	A Pnater disponibilizou recursos materiais, financeiros e metodológicos para a organização de Ater em que eu trabalho, viabilizando não somente o cumprimento das metas da política como a própria missão institucional da organização.	1	2	3	4	5
17	As formas e atuação trazidas pela PNATER (para a agricultura familiar, metodologias participativas e orientação agroecológica) são melhores do que aquelas predominantemente utilizadas no passado (por produto, na propriedade).	1	2	3	4	5
18	Eu participei ativamente da implementação da PNATER, dei o melhor de mim em termos de dedicação e utilização de meus conhecimentos para melhorar métodos e processos de trabalho.	1	2	3	4	5
19	A PNATER trouxe para mim uma nova forma de ver e trabalhar a extensão rural.	1	2	3	4	5
20	Recebi treinamento e capacitação adequadas para implementar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável propostos pela PNATER.	1	2	3	4	5

21	A PNATER melhorou efetivamente a vida das famílias rurais beneficiárias desta política.	1	2	3	4	5
22	A PNATER produziu e está produzindo os resultados previstos externamente, isto é, promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.	1	2	3	4	5
23	Em sua opinião, quais os principais desafios para implementação da PNATER ?	(Questão aberta)				

3º EIXO: MODELOS DE EXTENSÃO RURAL

Assinale a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo.

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	D.T.	D.P.	S.O	C.P	C.T
24	Baseado em comprovações científicas, o extensionista deve convencer o agricultor para que adote procedimentos considerados mais adequados para os fins almejados, uma vez que sabe positivamente o que é adequado ou não para cada realidade. (MODELO DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO)	1	2	3	4	5
25	A extensão buscar compartilhar aprendizagens e vivências; é uma proposta participativa que leva à reflexão, sendo o extensionista o intermediador dos conhecimentos que devem ser compartilhados com a comunidade. (MODELO DE EXTENSÃO COMO PARTICIPAÇÃO)	1	2	3	4	5
26	A extensão é um serviço de assistência, com aplicação de tecnologias e conhecimentos, conduzida pelos extensionistas para solução de problemas demandados pelos agricultores. Se por acaso os resultados não ocorrerem de forma prevista é provável que alguns passos do processo tenham sido executados de maneira equivocada pelo agricultor. (MODELO DE EXTENSÃO COMO SERVIÇO)	1	2	3	4	5
27	Os extensionistas devem seguir os programas propostos por políticas de Estado e instituições de ATER, elaborados a partir de verdades científicas incontestáveis, cujos benefícios são comprovados por meio de experiências desenvolvidas com êxito em outros lugares. Além disso, a ação da extensão é justificada pela sua importância para o desenvolvimento nacional e os agricultores devem ser convencidos que o que está sendo oferecido é a melhor proposta. (MODELO DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO)	1	2	3	4	5
28	Os serviços de extensão se assemelham a uma relação contratual onde ambas as partes criam compromissos mútuos. O extensionista oferece uma solução viável para determinado problema e o agricultor deve seguir o que lhe foi oferecido. Os usuários destes serviços são vistos como clientes. (MODELO DE EXTENSÃO COMO SERVIÇO)	1	2	3	4	5
29	O extensionista enxerga o agricultor como possuidor de condições de selecionar o que é conveniente para sua realidade. Portanto, o interesse do extensionista não é persuadir o agricultor, mas antes oferecer uma proposta. Trata-se de uma aliança onde se comunicam vivências. (MODELO DE EXTENSÃO COMO PARTICIPAÇÃO)	1	2	3	4	5

8.2 Roteiro da entrevista

- 1) O que lhe motivou trabalhar na Emater-DF?
- 2) Conte um pouco a história da empresa (desde a sua criação até o momento atual), fatos importantes, datas marcantes, mudanças institucionais.
- 3) Quais foram as principais dificuldades encontradas pelos serviços de ATER no DF, ao longo da história institucional?
- 4) Na sua opinião, as mudanças de governo influenciaram e ou influenciam na atuação da empresa (missão, modelos, ações, gestão, etc.)?
- 5) Recentemente, foi criada a Lei 12.188 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. De que forma a política influenciou na Emater? O que mudou desde o lançamento da PNATER?
- 6) Em sua opinião, houve resistência ou receptividade para implantação dos princípios norteadores da política? Você acha que a empresa está alinhada a PNATER? Quais são os principais obstáculos para efetivação dos princípios e diretrizes norteadores da política?
- 7) Ao ler os folders da empresa é perceptível a presença do tema “desenvolvimento rural sustentável”. Em sua opinião, a empresa oferece suporte para que se leve a campo tais pressupostos? Se não, quais são os principais obstáculos para que isso ocorra de fato?
- 8) Ao longo do histórico da extensão, pode-se perceber mudanças nas orientações de trabalho, nas ações dos extensionistas, das populações beneficiadas e dos métodos utilizados. Comente um pouco sobre o tipo de extensão (difusionista, participativo, humanista) colocado(s) em prática ao longo da história da empresa. Atualmente qual é o modelo predominante?